

EFEITOS DESAGREGADORES DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM
DE IBIRAMA SOBRE A COMUNIDADE INDÍGENA

POR

SALVIO ALEXANDRE MULLER

SOB ORIENTAÇÃO DE

PROF. DR. SÍLVIO COELHO DOS SANTOS

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO DE
EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA, COMO REQUISITO PARCIAL PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

setembro/1985

Dedicado ao Prof. Dr. Silvio Coelho dos Santos,
Mestre e Amigo, incentivador do presente trabalho.
Agradecimentos especiais aos Professores e Colegas do
Curso de Pós-Graduação em Ciências
Sociais da UFSC

QUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM	
capadoneer-fetore-ly-tiltores	12
extratoneer-fetore-ly-tiltores	16
capadoneer-fetore-ly-tiltores	18
capadoneer-fetore-ly-tiltores	22
capadoneer-fetore-ly-tiltores	27
capadoneer-fetore-ly-tiltores	29
capadoneer-fetore-ly-tiltores	30
capadoneer-fetore-ly-tiltores	32
capadoneer-fetore-ly-tiltores	33
capadoneer-fetore-ly-tiltores	35
capadoneer-fetore-ly-tiltores	37
capadoneer-fetore-ly-tiltores	38
capadoneer-fetore-ly-tiltores	40
capadoneer-fetore-ly-tiltores	42
capadoneer-fetore-ly-tiltores	44
capadoneer-fetore-ly-tiltores	46
capadoneer-fetore-ly-tiltores	48
capadoneer-fetore-ly-tiltores	50
capadoneer-fetore-ly-tiltores	52
capadoneer-fetore-ly-tiltores	54
capadoneer-fetore-ly-tiltores	56
capadoneer-fetore-ly-tiltores	58
capadoneer-fetore-ly-tiltores	60
capadoneer-fetore-ly-tiltores	62
capadoneer-fetore-ly-tiltores	64

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer à minha esposa e companheira, Josely, a compreensão e o apoio que me deu nesta jornada;

Aos meus filhos Ana Paula, Alexandre e Thiago, por cederem suas horas de lazer com seu pai para que este trabalho pudesse ser elaborado;

Ao Prof. Pedro Paulo Hugo Wilhelm, pelo inestimável auxílio no processamento da dissertação;

A todos, que de alguma forma deram sua contribuição.

QUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM	
capadoneer-fetore-ly-tiltores	12
extratoneer-fetore-ly-tiltores	16
capadoneer-fetore-ly-tiltores	18
capadoneer-fetore-ly-tiltores	22
capadoneer-fetore-ly-tiltores	27
capadoneer-fetore-ly-tiltores	29
capadoneer-fetore-ly-tiltores	30
capadoneer-fetore-ly-tiltores	32
capadoneer-fetore-ly-tiltores	33
capadoneer-fetore-ly-tiltores	35
capadoneer-fetore-ly-tiltores	37
capadoneer-fetore-ly-tiltores	38
capadoneer-fetore-ly-tiltores	40
capadoneer-fetore-ly-tiltores	42
capadoneer-fetore-ly-tiltores	44
capadoneer-fetore-ly-tiltores	46
capadoneer-fetore-ly-tiltores	48
capadoneer-fetore-ly-tiltores	50
capadoneer-fetore-ly-tiltores	52
capadoneer-fetore-ly-tiltores	54
capadoneer-fetore-ly-tiltores	56
capadoneer-fetore-ly-tiltores	58
capadoneer-fetore-ly-tiltores	60
capadoneer-fetore-ly-tiltores	62
capadoneer-fetore-ly-tiltores	64

ÍNDICE	13
RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
BREVE HISTÓRIA DO POSTO INDÍGENA DE IBIRAMA	9
CAPÍTULO II	
AS ENCHENTES NO VALE DO ITAJAÍ E AS BARRAGENS DE CONTENÇÃO	17
CAPÍTULO III	
CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM	
1. De caçadores-coletores a agricultores	26
2. O extrativismo: palmito e madeira	26
3. Trabalho subordinado dentro do Posto: cafuzos e Guarani	27
4. Emprego fora da Reserva	27
5. Declínio da atividade agrícola após o início da construção da barragem	27
6. O "stress" psicológico	28
7. O incremento da extração de madeira como alternativa estratégica de sobrevivência	30
8. O êxodo para o Bugio	32
9. Os desempenhos da FUNAI, do I.B.D.F. e da Polícia Federal na repressão à retirada de madeira	35
CAPÍTULO IV	
CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM	
1. As divisões políticas internas da comunidade da Reserva a partir de um processo histórico de estratificação	44
2. Articulações entre facções ocorridas entre fevereiro de 1982 e janeiro de 1985	48
3. O processo de indenização	54
CONCLUSÕES	60
BIBLIOGRAFIA	64

QUADROS

QUADRO Nº 1	18
QUADRO Nº 2	19
QUADRO Nº 3	22
QUADRO Nº 4	56

..... dissertação procura mostrar os efeitos desagregados da ANEXOS contenção de cheias sob

ANEXO 1: Mapas

ANEXO 2: Entrevistas

ANEXO 3: Fotografias

..... participativa
..... ..

..... ..
..... ..

..... ..
..... ..
..... ..
..... ..

RESUMO as agricultáveis e pelas perdas enormes com
a inundação causada pelas cheias da barragem. Consequentemente, na
área afetada, os parentes e cheias de famílias intensificaram a
EFEITOS DESAGREGADORES DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM
DE IBIRAMA SOBRE A COMUNIDADE INDÍGENA por sua vez,
ESTUDO DE CASO as internas, provocando cismas dentro
da comunidade praticadas e intransponíveis. Essas divisões in-
ternas, etc. A dissertação pretende mostrar os efeitos desagre-
gadores da construção de uma barragem de contenção de cheias so-
bre a comunidade indígena aldeada no alto Vale do Itajaí do Nor-
te, do qual decorreu o desaparecimento das famílias.

O trabalho apresenta-se como um estudo de caso e a
metodologia empregada na pesquisa centrou-se na observação dire-
ta e participante, com utilização de técnica de entrevistas abert-
tas com roteiro prefixado. Também deduzir-se que, a partir do in-
ício da obra. Trata-se da barragem em construção na localidade
de Barra Dollmann, município de Ibirama-SC, com a finalidade de
formar uma bacia de retenção de água por ocasião de chuvas muito
intensas nas cabeceiras do rio Itajaí do Norte (também conhecido
por "Hercílio")

O Vale do Itajaí apresenta configurações geográficas
e climáticas "sui generis", resultando como das mais graves con-
sequências, a ocorrência frequente de enormes cheias. Com a cons-
trução da barragem no rio Itajaí do Norte, integrante de uma re-
de com outras duas já construídas (Taió e Ituporanga), pretende-
se atenuar os efeitos catastróficos das cheias, principalmente
sobre a cidade de Blumenau, importante pólo econômico regional.

A comunidade indígena atingida é constituída dos
sobreviventes do povo Xokleng, famílias Kaingang e um grupo Gua-
rani para lá emigrados, mestiços, cafuzos e brancos integrados à
Reserva indígena ao longo de sua história, iniciada em setembro
de 1914.

Os efeitos desagregadores apontados no trabalho
são de duas ordens: econômicos e políticos. As atividades agríco-
las de subsistência praticadas pelas famílias da comunidade in-
dígena decresceram significativamente após o início das obras da
barragem. O fenômeno é explicável pela perspectiva de perda futu-

ra das melhores terras agricultáveis e pelas perdas enormes com as cheias provocadas pelas obras da barragem. Consequentemente, na busca do sobreviver, vários chefes de famílias intensificaram a exploração ilegal e predatória de madeira.

O aumento dessa atividade extrativa, por sua vez, acirrou as dissensões políticas internas, provocando cismas dentro da comunidade praticamente inconciliáveis. Essas divisões internas, por outro lado, enfraquecem o poder de barganha das várias facções frente às empresas madeireiras da região, ocasionando o aviltamento dos preços obtidos, com a consequência previsível de um grave depauperamento das famílias.

Como conclusões, depreende-se do estudo que a comunidade do Posto indígena de Ibirama se encontra em processo de desagregação; que o estado de pobreza de alguns estratos dentro da comunidade é aviltante. Também deduziu-se que, a partir do início da construção da barragem e da desgastante busca de uma indenização pelas perdas físicas da Reserva, houve um processo de esvaziamento das lideranças da comunidade, o que irá re-alimentar a desagregação e o empobrecimento.

The Itajaí Valley has a high geographical and climatic level, the most serious of them being recurrent and inordinate floods. The population is one of the Northern Itajaí, a part of a group of people who, through their traditional activities, have been able to survive in a region which is meant to lessen the productivity of the soil, especially due to the erosion caused by the frequent regional storms.

The social settlement effected by the construction of the dam has caused the disintegration of the Itajaí tribe, beinggang families and individuals, as well as individual families, who have been displaced from their settlements in the Itajaí Reservoir, established in September, 1914.

The disintegration of the tribes pointed out in the present report is a result of economic and political. The subsistence activities of the families in the abandoned settlement have decreased practically after the beginning of the work, inasmuch as it is prevented by the prospect of the loss of their former best tillable lands, and by

...brought on as a result of the floods caused by
... ABSTRACT ... in the struggle for survival, several
... families have intensified the illegal and plundering
... DISAGGREGATING CONSEQUENCES ON THE INDIGENOUS SET-
... TLEMENT RESULTING FROM THE CONSTRUCTION OF THE
... IBIRAMA DAM - political disputes, touching off
... A CASE STUDY ... On the other hand, those intestine
... weakened the bargaining power of the various oppo-

The thesis aims at evincing the shattering conse-
quences to an aboriginal community settled at the upper Northern
Itajaí Valley, caused by the construction of a flood stopwall.

The paper is done as a case study and the methodo-
logy applied to the research has rested on straightforward and
active observation, with open interviews based on a prepared set
of questions.

The dam is the one under construction at the Barra
Dollmann hamlet, Ibirama county, state of Santa Catarina, as a
water-holding basin for heavy rain at the headwaters of the Nor-
thern Itajaí River (a.k.a. "Hercílio"). The leaders of the
settlement. The Itajaí Valley has unique geographical and cli-
matic features, the most serious of them being recurrent and in-
ordinate floods. The building of a dam in the Northern Itajaí
River (part of a three-dam network, out of which two - Taió's
and Ituporanga's - have already been built), is meant to lessen
the catastrophic effects of the floods, especially over the ci-
ty of Blumenau, an important regional economic hub.

The indigenous settlement affected by the constru-
ction is peopled with survivors of the Xokleng tribe, Kaingang
clans and a migrating Guarani tribal group, as well as half-cas-
tes, Indian-and-Negro offspring and Caucasians settled in the
Indian Reservation ever since its inception in September, 1914.

The disaggregating consequences pointed out in the
paper encompass two aspects: economic and political. The subsis-
tance agricultural activities pursued by the families in the ab-
original settlement have decreased dramatically after the beggi-
ning of the dam work. This fact is explainable by the prospect
of their losing in the future their best tillable lands and by

the severe losses brought on as a result of the floods caused by the dam work. Consequently, in the struggle for survival, several heads of families have intensified the illegal and plundering exploitation of the woods for timber.

In its turn, the expansion of that extracting activity has stirred up internal political disputes, touching off splits within the community. On the other hand, those intestine dissents have weakened the bargaining power of the various opposing groups when the time comes for them to do business with lumber dealers in the area. The loss of bargaining power has given rise to the downgrade of asking prices, with the foreseeable consequence of a severe impoverishment of the families.

As a conclusion, it is to be inferred from this study that the people of Ibirama's indigenous settlement are going through a disaggregating process; that the stage of poverty reached by some of the groups within the settlement is vilifying. It is also to be inferred that, as of the initial work on the dam and the abrasive negotiations after compensation for the physical losses incurred in the Reservation, the leadership in the settlement has gone through a deflation process bound to incite even further the disaggregation and impoverishment.

... e, em parte, reavaliadas e muitas das grandes obras hidro-elétricas, com a INTRODUÇÃO das barragens, foram implantadas de forma a atingir territórios indígenas e seus laços. Basta a citação das duas maiores, Juruá e Itaipu, que deslocaram comunidades indígenas. A opção de desenvolvimento feita pelos segmentos dominantes da burguesia brasileira, ocupantes dos aparelhos estatais, já desde a década de 30 com intensificação após a guerra, impôs a efetivação de grandes obras de infra-estrutura energética, de transportes e de comunicações. Essa opção importou no repasse de recursos do Estado, como agente redistribuidor, para engordar as burras do Capital privado e vinculou definitivamente a política econômica do governo aos interesses expansionistas desse mesmo Capital. Em, a Dissertação de Mestrado, que trata-se propriamente, tem como O Estado brasileiro não fugiu assim ao modelo napoleônico de uma enorme máquina administrativa, ideologicamente autoritária, funcionando a modo de um dreno enquanto penaliza as classes subalternas com gastos gigantescos em infra-estrutura de sustentação do Capital, nacional e transnacional.

E o faz, não somente pela carga de impostos diretos sobre ganhos de salário, mas também pela criação de Programas, que captam compulsoriamente recursos a título de "poupança institucional", como FGTS, PIS-PASEP, FINSOCIAL, etc.. Outra forma insidiosa de drenagem de recursos para setores privilegiados é o tratamento secundário das necessidades básicas da população, tais como saúde e saneamento, habitação popular e educação.

Nesse contexto de verdadeiro "fascismo econômico", descrito por VIOLA (1980:77) como "Estado Promotor", insere-se o aspecto que será abordado por esta Dissertação: a desídia dos órgãos governamentais no atender às populações atingidas em seu patrimônio econômico-cultural por obras de engenharia, tais como barramentos de rios para fins energéticos ou para controle de vazão.

Os projetos e estudos de viabilidade não levavam em consideração os custos sociais de tais obras e populações inteiras foram arrancadas de suas terras, casas e cidades, deslocadas para ambientes estranhos à sua cultura, verdadeiros desenraizados, pois até seus mortos perderam.

Dentre os pobres, as comunidades indígenas foram

sempre as mais desvalidas e muitas das grandes obras hidro-elétricas com suas gigantescas barragens, foram implantadas de forma a atingir territórios indígenas com seus lagos. Basta a citação das duas maiores, Tucuruí e Itaipu, que deslocaram comunidades tribais de seus territórios (1).

Este trabalho justifica-se, pois, como um esforço de busca do entendimento dos fenômenos sociais decorrentes desses fatos e também como um alerta a mais acrescentado ao esforço de muitos cientistas sociais e juristas preocupados com a questão. Deve ser lembrado, igualmente, que a Sociedade brasileira necessita urgentemente de perspectivas renovadoras, agora que se prepara para uma nova Constituição.

Assim, a Dissertação de Mestrado, que ora se propõe, tem como objetivo ilustrar, através de um estudo de caso, o processo de desagregação social ocorrido na comunidade indígena de Ibirama, após ter início a construção de uma barragem para contenção de cheias no rio Itajaí do Norte (Hercílio), na localidade de Barra Dollmann, município de Ibirama.

A literatura de apoio ao presente estudo de caso é constituída basicamente da produção científica criada a partir dos livros publicados por Silvio Coelho dos SANTOS e Paul Leslie ASPELIN que, em seus trabalhos, procuraram estabelecer conhecimentos e subsídios úteis para o assessoramento de órgãos governamentais (2) e, fundamentalmente, para o apoio das próprias comunidades atingidas pela construção de barragens.

As publicações acima aludidas e utilizadas nesta dissertação são as seguintes em ordem cronológica de publicação:

- a) "Educação e Sociedades Tribais" (SANTOS, 1975).

Apresenta-se, a seguir, o objetivo da obra:

"Este trabalho foi realizado com o objetivo de esclarecer as possibilidades e os limites da educação formal em contribuir para o encontro de melhores condições de vida para as populações tribais do sul do Brasil" (p.11).

Quanto aos resultados obtidos:

"Foi assim possível detectar como a educação vem sendo usada junto às comunidades indígenas para manter os quadros de dominação exercidos pela sociedade nacional" (p.12).

E, ainda mais, quanto à exploração que sofrem os índios na dilapidação de riquezas extraídas de suas Reservas:

"Esses recursos florestais sempre foram explorados com a participação direta dos serviços oficiais encarregados da assistência ao indígena. Quase sempre os índios em nada se beneficiaram com a derrubada de suas florestas" (p.28).

"Mas não só o pinheiro foi explorado. As madeiras de lei são, ainda hoje, a razão de diversos contratos, e o palmito foi motivo, inclusive, para que toda a população Xokleng abandonasse as atividades agrícolas, que desde a sua pacificação, vinham servindo como base para a sua sobrevivência" (p.29).

"Em Ibirama, a exploração do palmito e do sassafrás colocou os indígenas frente a aspectos da complexa economia mundial" (p.30)

O autor apresenta, como conclusões do trabalho, a situação de espoliação econômica por que passam as comunidades indígenas praticada pela sociedade envolvente em suas várias determinações histórico-sociais, situação essa que se reproduz também por um sistema educacional alienante (p.81-84).

A importância dessa obra para o presente trabalho está situada nos conhecimentos e subsídios que fornece quanto às relações estruturais da comunidade indígena com a sociedade envolvente.

b) "Indian Areas threatened by Hydroelectric Projects in Brazil" (ASPELIN e SANTOS, 1981).

Trata-se de relatório escrito especificamente para a série "IWGIA Document" (International Work Group for Indigenous Affairs), Copenhagen-Dinamarca, e apresentado, em primeiras versões, por ASPELIN e SANTOS, em encontros internacionais e brasileiros (3).

O relatório apresenta as situações específicas das várias Reservas indígenas brasileiras atingidas, ou a serem atingidas por reservatórios de água para geração de energia elétrica ou para controle de cheias. Esses estudos mostram a situação de constrangimento e de penúria em que são lançadas as comunidades indígenas com a perda de seus territórios de perambulação, caça e coleta.

São apresentados, sucessivamente, os projetos da bacia do Uruguai (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), do rio Itajaí do Norte (Santa Catarina), rio Iguaçu (Salto Santiago-Paraná), rio São Francisco (Itaparica-Baía), rio Tocantins (Tucuruí-Pará), rio Uatuma (Balbina-Amazonas), rios Xingu, Iriri e Curuá (Mato Grosso e Pará) e rio Paraná (Itaipu-Paraná).

O relatório constatou o seguinte:

"To date, we have identified at least seven hydroelectric projects, each involving from one to as many as seven individual

dams or complexes of dams, and one flood-control project, either planned or under way, which threaten between 32 and 34 separated Indian areas in Brazil at the present time" (p.3).

As dimensões temporais e territoriais são imensas:

"The combined impact of all of these large or small individual projects, when taken together, appears to be so great as to threaten the continued existence of Indian people and Indian culture in Brazil during the next twenty-five years. A total of at least 100,000 hectares of Indian land (or nearly one hectare for each remaining Brazilian Indian) will be flooded or otherwise expropriated by these projects" (p.5).

A conclusão básica a que chega o relatório aponta para a gravidade do que possa vir a ocorrer com a própria estrutura multi-étnica da Sociedade brasileira, se não forem levadas a bom termo pesquisas e estudos interdisciplinares sobre as consequências desses e de futuros projetos semelhantes:

"Considering the relatively little land which the relatively few Indian people left in Brazil (probably no more than 150,000) still have available to them, a loss of these proportions would represent a grave threat both to their survival as individual groups and as distinct cultural entities, as well as to any possible policy of cultural pluralism which the nation might develop. Without allowing them adequate land, any such policy would be no more than a worthless piece of paper" (p.161).

"A multidisciplinary comparative research program is thus urgently needed to investigate the details and variations of each of these cases and to develop a coherent and viable set of guidelines to be utilized in future similar situations, on the basis of the generalizations which this research would provide" (p.162.)

c) "Indigenismo e Expansão Capitalista - Faces da Agonia Kaingang" (SANTOS, 1981).

Este trabalho acentua aspectos importantes que resultam das articulações da comunidade indígena com a sociedade envolvente, notadamente no que tange à exploração de recursos naturais das Reservas indígenas que possuem florestas economicamente rentáveis. Mas, além disso, ressalta-se a espoliação indireta pela utilização da produção e do consumo das comunidades indígenas.

Os pressupostos dessa exploração estão definidos

assim:

"A situação de o Brasil participar da economia internacional na condição de país capitalista dependente e periférico, acentuou nos últimos anos distorções internas e, em especial, configurou quadros bastante típicos de uma dominação de caráter colonial. As sociedades indígenas que subsistem no país exemplificam uma das faces mais cruéis desse colonialismo interno. A sociedade nacional como um todo exerce formas de dominação extremamente agressivas, aproveitando ao máximo os recursos naturais que subsistem nos territórios indígenas, sejam eles oficialmente reservados ou não. Explora também a capacidade de produção e consumo

das populações integrantes das diversas sociedades indígenas" (p.3)

"O suporte legal para esta exploração é dado por toda uma legislação que situa o índio, numa tradução ingênua e mecânica do evolucionismo unilinear, na condição de inferior e subordinado, ou, na melhor hipótese, como aspirante à condição de civilizado. O indigenismo oficial ampara-se nesta mesma visão ideológica, elegendo como seu objetivo final a integração dos contingentes indígenas à sociedade nacional" (p.3).

Nas conclusões, o autor volta a acentuar essa condição estrutural da sociedade brasileira:

"Esta situação não é particular, no Brasil, aos Kaingang. As demais sociedades indígenas, no que pesem diferenças específicas quanto ao relacionamento com a sociedade nacional, também estão sujeitas às mesmas formas vis de dominação. Isto porque a sociedade nacional como um todo, tendo como base o modo de produção capitalista, realiza seus projetos de expansão aproveitando à exaustão o potencial representado pelas sociedades tribais, seja na forma de utilização da força de trabalho de seus membros, seja explorando recursos que estão sob seu domínio" (p.60).

O autor conclui a obra apontando a necessidade de recorrer-se ao Judiciário buscando jurisprudência que proteja a terra reservada pelo próprio Estado brasileiro às sociedades tribais:

"É fundamental, pois, que os indígenas aproveitem as incongruências da "situação colonial", objetivando assegurar direitos que, às vezes, a legislação pretende lhes garantir e, ou, conquistar novos privilégios legais. É evidente que entre esses direitos ressalta a importância de assegurar um território convenientemente demarcado. Território que permita tanto a sobrevivência presente e futura da sociedade indígena, como garanta o reforçamento dos elos de identificação étnica através da consciência de que ocupam um espaço geográfico proibido para quem não é membro do grupo. É evidente que tal consciência será decorrente do projeto político que os índios têm e não o contrário" (p.64).

d) "O índio perante o Direito" (SANTOS, 1982).

Trata-se de uma coletânea de ensaios de antropólogos e juristas organizada por SANTOS a partir de encontro realizado na Universidade Federal de Santa Catarina. O livro é referido pelo significado crucial dos caminhos abertos por esse encontro:

"A presente obra é uma efetiva contribuição de Antropólogos e Advogados para o entendimento da situação do "índio perante o Direito". Ela é consequência direta da reunião realizada na Universidade Federal de Santa Catarina. Isto porque a maioria dos presentes atendeu ao apelo que fizemos, no sentido de que idéias e experiências vividas originassem ensaios que permitissem a elaboração de uma obra-denúncia. A diversidade de assuntos que compõem a problemática em questão, bem como formações teóricas e experiências de trabalho de campo diferenciadas, não impediram que se obtivesse uma coerência e um encadeamento entre os diversos trabalhos" (p.18).

e) Ainda foram utilizados no presente trabalho relatórios e artigos, todos ainda inéditos, dos antropólogos Dennis WERNER, Esther Jean LANGDON, Neusa BLOEMER, Anneliese NACKE, Cecília HELM e Luís Carlos HALFPAP. Esses trabalhos relatam resultados de pesquisas que envolveram diretamente levantamento de dados e análises sobre os efeitos de construção de barragens sobre populações indígenas no sul do país(4).

f) "A Integração do índio na Sociedade Regional" (SANTOS, 1969) e "Índios e Brancos no Sul do Brasil" (SANTOS, 1973).

Essas duas obras fundamentam esta Dissertação no que tange aos dados histórico-culturais do Posto Indígena de Ibirama. O Capítulo I como um todo tratará brevemente da rica e, ao mesmo tempo, dramática história dos Xokleng e demais membros da comunidade indígena do Posto de Ibirama.

g) O presente estudo de caso deverá ser referido, em termos de teoria explicativa dos fatos relatados, ao que Roberto Cardoso de OLIVEIRA denomina de "fricção interétnica". A comunidade indígena de Ibirama constitui, dentro dessa perspectiva, uma "cultura de contato", entendida como

"...a que envolve unidades étnicas assimetricamente relacionadas, mas presas a um sistema de dominação e sujeição (nas áreas de fricção interétnica ou como bem representam as relações entre índios na forma em que se dão em contextos coloniais, incluindo aí o do 'colonialismo interno')" (OLIVEIRA, 1976:24).

Para o autor, "fricção interétnica" deve ser entendida, em termos de modelo teórico, à semelhança do que se denomina de "luta de classes" dentro da sociedade capitalista:

"Do mesmo modo que, por exemplo, a sociedade nacional é um sistema social susceptível de ser analisado através de sua estrutura de classes, a situação de contato, graças ao sistema de relações que lhe é inerente, pode ser analisada mediante o que denominei 'fricção interétnica' - o que seria o equivalente lógico (mas não ontológico) do que os sociólogos chamam de 'luta de classes'" (OLIVEIRA, 1972:87).

"O... sistema se funda numa ordem radicalmente diversa de relações. Envolvendo grupos tribais e segmentos regionais da sociedade nacional, investidos esses últimos de grande poder de determinação na dinâmica do sistema interétnico, por força de seu maior poder bélico e econômico, o sistema é rigorosamente assimétrico, não sendo, porém, explicável por um modelo hierárquico - como nas relações do segundo tipo -, mas por um modelo de 'fricção interétnica'. Esse termo que cunhamos em 1962 (Cardoso de Oliveira, 1962) serve para enfatizar o caráter conflituoso das relações interétnicas, moldadas por uma estrutura de sujeição-dominação. Tal estrutura, a rigor, é uma réplica no plano étnico (i.e., das relações interétnicas) da estrutura de classes no plano social global (i.e., da sociedade nacional inclusiva)" (OLIVEIRA, 1976:56 e 57).

Dentro dessa perspectiva teórica, pois, o presente estudo de caso pretende analisar essas relações a nível do 'econômico' e a nível do 'político', o que OLIVEIRA também aponta:

"Analicamente é possível distinguir níveis de operação do sistema. Distingo três, dentre os quais um se reveste de particular importância porque é nele que tem lugar os fenômenos mais determinantes do sistema interétnico. Refiro-me em primeiro lugar ao nível 'econômico', seguido dos níveis 'social' e 'político'. Cada um desses níveis expressará aspectos parciais da situação de contato, porém somente a sua consideração conjunta permitirá o diagnóstico da situação e o prognóstico de seu desenvolvimento" (OLIVEIRA, 1972:89).

Este estudo de caso é proposto, pois, como exemplificação de uma "cultura de contato". Em termos de metodologia, optou-se, por isso, pela observação direta e participante e implementou-se a mesma com entrevistas com e sem roteiro prefixado.

Algumas dessas entrevistas, feitas com líderes da comunidade, ou apontados como tais, foram gravadas e encontram-se transcritas em anexo (Anexo 2).

A justificativa desses procedimentos metodológicos foi extraída, em sua generalidade, da prática antropológica da "observação participante", estabelecida em seus parâmetros básicos primeiramente por Bronislaw MALINOWSKI (1978:21). No entanto, o estudo de caso específico que constitui o conteúdo da presente dissertação, valeu-se de práticas de pesquisa preconizadas por Carlos Rodrigues BRANDÃO e por ele denominadas de "pesquisa participante":

"Quando o 'outro' se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o 'outro me' transforma em um compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história. Antes da relação pessoal da convivência e da relação pessoalmente política do compromisso, era fácil e barato mandar que 'auxiliares de pesquisa' aplicassem centenas de questionários apressados entre 'outros' que, escolhidos através de amostragens ao acaso 'antes', seriam reduzidos a porcentagens sem sujeitos 'depois'. Isto é bastante mais difícil quando o pesquisador convive com pessoas reais e, através delas, com culturas, grupos sociais e classes populares. Quando comparte com elas momentos redutores da distância do 'outro' no interior de seu cotidiano. Então a observação participante, a entrevista livre e a história de vida se impõem" (BRANDÃO, 1985:12 e 13).

No transcurso do trabalho, achou-se necessário, para bem da clareza, adotar um conceito operacional, o de "aldeia potencial". Ele pretende apenas condensar simbólica e temporariamente o seguinte: o agrupamento provisório de famílias e indivíduos em torno da residência (localidade) de um líder comunitário,

ou pretendente a tal, mas, com condições de tornar-se permanente.

Os dois próximos capítulos (I e II) propõem, o primeiro deles, uma síntese da história do Posto Indígena de Ibirama e, o segundo, um breve histórico da ocorrência de enchentes no Vale do Itajaí e das obras de contenção das mesmas. O capítulo III analisa as consequências da construção da barragem em Barra Dollmann sobre a comunidade indígena a nível econômico. O capítulo IV faz o mesmo a nível político e social. Por fim, procede-se às conclusões. Seguem, após, os Anexos com mapas, transcrições de entrevistas e fotografias. Por princípio ético, todos os nomes utilizados no corpo da Dissertação são fictícios. Pretendeu-se assim, resguardar da melhor forma possível a privacidade dos atores desse drama real.

Florianópolis, 15 de maio de 1984. E. M. Werner, pesquisador emérito
NOTAS

1. Refere-se aqui aos Parakanã, cujas terras foram atingidas pela represa de Tucuruí-PA (ASPELIN e SANTOS, 1981). Também foi o que ocorreu com os Guarani do Ocoí (Jacutinga, expulsos pelas águas de Itaipu. Mais recentemente, sua história mais recente).
 2. A Eletrosul, concessionária da Eletrobrás, encomendou ao Departamento de Ciências Sociais da UFSC, sob a coordenação de prof. Sílvio Coelho dos Santos, estudos sobre as consequências sociais da construção de um complexo de barragens para geração de energia na bacia do Uruguai (Projeto Uruguai).
 3. ASPELIN, no XLIII Congresso Internacional de Americanistas em agosto de 1979 e SANTOS, no 39 Encontro Anual da Associação Brasileira de Centros de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em Belo Horizonte em 1979. Este Relatório encontra-se publicado também nos Anais do Museu de Antropologia da UFSC, Florianópolis.
 4. WERNER, Dennis et alii. Relatório de Pesquisa para a II Reunião Regional da SBPC, Blumenau, 1985. (texto da parte de grupo de trabalho quanto às questões indígenas, pp. 213, 216 e 214).
- As informações quanto à organização social dos Xokleng estavam estritamente ligadas ao projeto de engenharia e de fato, devido aos nomes pessoais utilizados, destinam-se apenas para fins de organização administrativa, não podendo ser publicadas, por uma questão de arranjos

1973:197 e 217 e 218), que caracterizou a "Existência
 CAPÍTULO I", resultado da "oposição estrutural"
 BREVE HISTÓRIA DO POSTO INDÍGENA DE IBIRAMA volven-

Utilizando como critério de divisão a ocorrência de fatos de importância capital na história do Posto Indígena de Ibirama, dividir-se-á este breve relato histórico em três períodos. Com isso, pretende-se igualmente melhor ressaltar o drama vivido pela comunidade indígena envolvida nesses fatos.

O primeiro período compreende a fase anterior a setembro de 1914, mês e ano em que Eduardo de Lima e Silva Hoerhan contactou definitivamente um dos grupos remanescentes dos Xokleng (1). O segundo período compreende a implantação e desenvolvimento do Posto Indígena "Duque de Caxias", sob a chefia de Eduardo, indigenista funcionário do Serviço de Proteção ao Índio -SPI, até o ano de 1954 (2). E, finalmente, o período compreendido pelos últimos trinta anos, completados ainda no decorrer da pesquisa que gerou a presente Dissertação, os seguintes:

Os Xokleng pertencem ao grupo linguístico Gã e, por levantamentos etnolinguísticos recentes, sua história mais remota é comum com a história dos Kaingang (3). Os territórios de ambos os povos tangenciavam-se no sul do país. De acordo com SANTOS (1969:7 e 1973:208), os Xokleng habitavam a Serra do Mar, da região de Curitiba até às cercanias de Porto Alegre (cf. mapa nº 1, Anexo 1).

Eram nômades, vivendo em grupos de 50 a 300 indivíduos. A subsistência baseava-se na caça e na coleta do que lhes oferecia a mata atlântica e os pinhais. A caça como tal era a atividade básica dos homens e sua distribuição era feita dentro de estruturas bastante cooperativas (cf. SANTOS, 1973:209 e 210). As técnicas de construção de abrigos, armas e utensílios domésticos eram relativamente simples, quer pelo nomadismo, quer pela constante pressão sofrida, tanto da parte de grupos Kaingang, quanto de brancos (cf. SANTOS, 1973:210, 212 e 214). Quanto à organização social, os Xokleng estavam estruturados em grupos exogâmicos, identificáveis por nomes pessoais e por desenhos corporais (cf. SANTOS, 1973:222). Essa organização passou, após a pacificação, por uma série de arranjos

(cf. SANTOS, 1973:226, 227 e 229), porque caracterizou a existência de uma "cultura de contato", resultado da oposição estrutural ("fricção interétnica") entre os Xokleng e a sociedade envolvente.

Após os dramáticos acontecimentos da pacificação, relatados por SANTOS (1973:143-172), iniciou-se a fase, dolorosa aos Xokleng, de "arranjar-se" em sua estrutura tradicional para a convivência com a sociedade regional e com agências governamentais brasileiras. (págs. nº 2 e 3, Anexo 1) e propôs-se Eduardo a seguinte tarefa: O primeiro contato pacífico desse grupo com os brancos, deu-se em 22 de setembro de 1914, na foz do rio Plate (cf. mapa nº 4, Anexo 1), acontecimento esse documentado em SANTOS (1973:143-154). Para que esse contato tivesse o sucesso esperado, Eduardo precisou do apoio de indivíduos da língua Kaingang, na qual ele também se expressava. Igualmente, outros indivíduos, caboclos e regionais (4), formavam a infra-estrutura, primeiro do posto de atração, que se transformará depois da pacificação em Posto de atendimento do SPI aos índios.

A principal tarefa a que se propôs Eduardo era integrar os Xokleng na sociedade regional de tal forma que pudessem assimilar os elementos culturais da civilização que lhes fossem úteis. Para tanto, ele se propôs controlar o contato dos índios com os regionais, tanto para evitar a transmissão de doenças, como também para que a integração se desse gradualmente (cf. SANTOS, 1973:177). Foi essa a forma de sobrevivência da melhor maneira possível. Todavia, isso não aconteceu. Um dos principais impactos sofridos pela população Xokleng foi decorrente das doenças transmitidas pelos brancos. O período mais trágico do processo de depopulação parece ter ocorrido de 1914 até aproximadamente 1932, quando HENRY procedeu a um recenseamento. Dois terços da população teriam falecido em virtude dessas epidemias (cf. SANTOS, 1973:181), também com alguns arranjos (5). Todavia, os surtos continuaram.

A partir desse impacto, torna-se difícil aos remanescentes manterem em funcionamento as instituições, usos e costumes tradicionais do grupo como afirma RIBEIRO (1977:308-316). Essa desestruturação do "ethos" tradicional, obriga os sobreviventes à série de "arranjos", que vão caracterizar este período histórico do Posto Indígena "Duque de Caxias" como sendo de uma

"cultura de contato" com baixo potencial de integração (cf. OLIVEIRA, 1972:89).

Mais tarde, em 1926, Eduardo consegue que o governo do estado de Santa Catarina doe à comunidade indígena o território que ainda hoje ocupa. Foram doados 141.565.866,02 m² (cento e quarenta e um milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil oitocentos e sessenta e seis metros quadrados), correspondendo assim a 14.156,58 ha. (quatorze mil cento e cinquenta e seis hectares) (cf. mapas nº 2 e 3, Anexo 1) e propõe-se Eduardo a sustentar os índios e o Posto com o trabalho agrícola dos próprios índios. Não se faz referência especial à exploração do território.

Entretanto, foi impossível evitar que os Xokleng sempre mais dependessem da sociedade regional. Essa dependência estruturou-se primeiramente a partir do cerco da área tirando-lhes o território de perambulação, e depois pela sedentarização, resultando desde a mudança de dieta alimentar até a necessidade de dinheiro para obter certos produtos, como fumo, cachaça e quinquilharias (cf. SANTOS, 1973:178 e 183).

Com a depopulação e o contato com os segmentos marginais da sociedade envolvente, a estrutura social dos Xokleng apresentou mudanças profundas, tendo os sobreviventes de criar "arranjos" organizatórios (cf. SANTOS, 1973:218-219), nos quais foram conservados elementos da cultura tradicional indispensáveis à identificação étnica e adotados elementos culturais da sociedade envolvente. Foi essa a forma de sobreviver da melhor maneira possível dentro de um contexto social que não os aceitava como Xokleng, no entanto destinando-os a viver nas fimbrias marginais do sistema. (vide documentação fotográfica, Anexo 3).

Esses arranjos acabaram por sacrificar a maior parte do patrimônio cultural tradicional. Entretanto, os Xokleng continuam a falar a língua tradicional e a manter o sistema de nominação, embora também com alguns arranjos (5). Todavia, os aspectos da cultura tradicional que passaram por maiores transformações foram aqueles referentes à definição das chefias da comunidade (6). A própria posição de Eduardo frente à comunidade, deteriorou-se a ponto de provocar acontecimentos trágicos (7) e que culminaram com sua destituição da chefia do Posto e a completa marginalização em relação à obra que iniciara há quarenta anos

antes. Assim, há essas atividades extrativistas, bem como empre-

Após a saída de Eduardo, assumem a chefia do Posto indígena de Ibirama indivíduos sem o devido preparo. Uma das implicações mais graves dessa falta de critérios racionais foi a praxe quase universal de indicarem os Chefes de Posto quem, dentro da comunidade, haveria de ser o "capitão dos índios" (cf. SANTOS, 1973:237), sem respeito à qualquer tradição ou à alguma consulta da vontade dos liderados. alongadas ao Posto, de que já Edu-

Uma das atividades econômicas mais dinâmicas em Santa Catarina, já a partir do início do século, foi a extração de madeira. Deve-se fazer referência especial à exploração do pinheiro araucária (*Araucaria angustifolia*), abundante em todo o planalto sul-brasileiro, bem como da madeira-de-lei, extraída para usos nobres. exemplar, sequer eficientes. tempo de curso como

Outra atividade econômica significativa para o entendimento do sistema interétnico em funcionamento no Posto indígena de Ibirama foi a extração do palmito (*Euterpe edulis* Mart). Industrializado como alimento, tem grande aceitação no mercado interno e externo. Nos finais da década de 50, a Reserva indígena de Ibirama se constituía em área de grande concentração dessa palmeira, de tal forma que, no decorrer de toda a década de 60, se procede a uma intensa exploração, utilizando-se a própria mão-de-obra indígena (cf. SANTOS, 1973:258 e ss.) (8). antaço de um

Também a madeira foi sempre intensivamente explorada, especialmente a partir de meados da década de 60 com o esgotamento das florestas no estado de Santa Catarina. Essa exploração aumenta de intensidade com o início da construção da barragem em Barra Dollman (vide documentário fotográfico, Anexo 3). Membros da comunidade participam dessa atividade e a consequência é o progressivo abandono da atividade agrícola de subsistência (cf. SANTOS, 1973:262) e a comunidade passa a transformar sua Reserva em "comida" através de atividades extrativas. o, político

Onque torna trágica a história do Posto Indígena de Ibirama no tocante ao extrativismo, é o grau de extorsão a que são submetidos os membros da comunidade indígena pelas articulações profundamente assimétricas a que se acham submetidos pelo sistema interétnico ali criado. Muitas famílias e indivíduos, proprietários de empresas regionais de beneficiamento de madeira

enriqueceram com essas atividades extrativistas, bem como empresas maiores, de expressão nacional, nem mesmo sediadas na região (cf. SANTOS, 1973:259 e ss.).

Outro elemento a ser levado em consideração por sua atuação no sistema interétnico aqui estudado é a atuação dos agentes governamentais, tanto dos tuteladores (FUNAI), como de outros atuando ocasionalmente (DNOS, p.ex.). Além da carência de recursos econômico-financeiros alocados ao Posto, de que já Eduardo se queixava, sempre houve ineficiência e, muitas vezes, desídia dos Chefes de Posto na condução dos negócios da comunidade indígena. São poucos os Chefes considerados "bons" pelos índios de Ibirama.

Como já foi afirmado antes, a atuação dos Chefes de Posto não foi exemplar, sequer eficiente. Comportavam-se como funcionários públicos em alguma agência urbana (cf. SANTOS, 1973:237), ganhando salários baixos e com formação intelectual insuficiente. Tais limitações favoreceram alianças ilícitas desses funcionários com empresários regionais, de tal forma que eram estes últimos acobertados em suas intrusões na Reserva (cf. SANTOS, 1973:237).

Com a extinção do SPI e a conseqüente criação da FUNAI, não aconteceram mudanças significativas em termos de prática da Chefia. Ao contrário, favorecidos pela implantação de um regime de governo de ideologia francamente autoritária e tecnocrática (cf. VIOLA, 1980:77), os Chefes continuam a favorecer as práticas de exploração predatória e clandestina das riquezas da Reserva indígena de Ibirama.

Nesse contexto, característico de um processo de "fricção interétnica", surge um complicador: a inundação de terras, devendo incluir-se a perda de benfeitorias, além da própria terra arável e da madeira que resta às margens do rio. Esse processo histórico resultou em enorme desgaste econômico, político e social colocando a comunidade indígena de Ibirama frente a um quociente muito alto de tensões.

Até iniciar-se a construção da barragem, os arranjos característicos da "cultura de contato" específica que se modelou no Posto indígena de Ibirama manifestava-se primordialmente na contradição entre a pobreza da comunidade e sua depen-

dância em relação à sociedade envolvente de tal forma que necessitavam explorar irracionalmente as riquezas da Reserva.

Com o início da construção da barragem, introduziu-se um elemento de imponderabilidade, que escapa ao controle propiciado pelos arranjos já elaborados. Essa imponderabilidade é constituída pela expectativa incerta de uma "boa ou má" indenização pelas perdas a serem sofridas, pela incerteza do tempo de demora dessa indenização, de como será distribuída, de quem exigí-la, ou a quem questioná-la, e, finalmente, pela incerteza de onde deverão se fixar após serem desalojados pelo lago, temporário ou não, e que novos arranjos deverão construir em suas relações sociais, definindo-se assim um novo "modus vivendi" com a sociedade regional.

Sem definições de espécie alguma, os indivíduos, as famílias e a comunidade como um todo, a partir de 1979 (9), mergulham em desarticuladas tentativas de re-arranjos para conseguir o domínio sobre as riquezas de sua terra, que se esvaem descontroladamente, ou para as águas, ou para as burras insaciáveis dos madeireiros e funcionários venais.

NOTAS

1. Reconhecidamente tem-se notícia de mais dois grupos Xokleng, além daqueles pacificados na foz do rio Plate. O segundo grupo foi primeiramente contatado por Fioravante Esperança, que perdeu a vida na empreitada, e, depois definitivamente assentados por João Gomes Pereira, em 1918, na localidade de São João dos Pobres, município de Matos Costa (cf. SANTOS, 1973:154-161). Outro grupo, jamais pacificado, mas cujos sobreviventes devem ter se refugiado até a década de 60 na região de Anitápolis, a sudoeste da Serra do Taboleiro, foi, sem dúvida, extinguido-se e desapareceu tragado pela ocupação da Serra do Mar no sul de Santa Catarina (cf. SANTOS, 1973: 161-172).
2. Sobre a personalidade de Eduardo de Lima e Silva Hoerhan, transcreve-se o que dele escreveu SANTOS:

"Eduardo de Lima e Silva Hoerhan era um jovem, com pouco mais de 20 anos. No Rio de Janeiro, sua cidade natal, frequentou o ginásio e se engajou no Serviço de Proteção aos índios

objetivando aventurar-se no sertão e defender o indígena. Havia se informado da situação do silvícola nas discussões que se travaram na imprensa antes da criação do SPI. A sua origem urbana e a sua formação escolar logo lhe oportunizaram situações de liderança. Quando Abbot se afastou de Ibirama é Hoerhan que assume efetivamente a chefia dos trabalhos de atração. Aprende a falar o Kaingang com um dos índios que servia de intérprete e baseado no vocabulário do Dr. Gensch tenta dominar algumas palavras do idioma Xokleng. Simultaneamente aparece como irrequieto e impulsivo, fatores necessários para quem precisava se atirar aos braços dos indígenas sem saber se teria tempo de abraçá-los. A pacificação dos Xokleng do Itajaí foi um ato heróico" (1973:148).

3. Jules HENRY estudou os Xokleng na década de 30 e publicou em 1941 o livro "Jungle People. A Kaingang Tribe of the Highland of Brazil", New York. SANTOS refere-se também à publicação de dr. José Maria de PAULA: "Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos Selvícolas sob a inspeção do Dr. José Maria de Paula", in: Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas (Rio de Janeiro, 1922), v. I, Rio, 1924. Também SCHADEN (1940, 1944, 1946 e 1947) efetua estudos sobre os Xokleng. Igualmente BALDUS (1925 e 1952) e IHERING (1912) referem-se a este povo.
4. Os habitantes da região do médio Vale do Itajaí em geral e de Ibirama especificamente são de origem alemã, italiana e poucas colônias polonesas e ucranianas. Ibirama foi fundada pela Companhia Colonizadora Hanseática em 1899 e seu primeiro nome foi "Hansa Hammonia". No distrito de José Boiteux predominam hoje descendentes de imigrantes italianos, primeiramente assentados na região de Rodeio-Ascurra (vide mapa nº 3). Poloneses e ucranianos estão assentados nos municípios vizinhos de Witmarsum, Rio do Campo e Itaiópolis.
5. Arranjo característico quanto a este aspecto é a tentativa de dar sobrenome às crianças. Na organização tradicional a vinculação de parentesco era bilateral. No entanto, querendo imitar o costume dos regionais, os pais dão sobrenome apondo o nome, ou o sobrenome (se já tiverem) deles mesmos (cf. SANTOS, 1973:226 e ss).
6. Quando ocorreu a pacificação, o líder do grupo era o velho Trovoada, amigo de Hoerhan (cf. SANTOS, 1973:238-239).
7. Brasílio (Lili) Priprá foi assassinado nas proximidades da casa de Eduardo em 24 de agosto de 1954 e este é indiciado como cúmplice, sendo afastado do cargo e marginalizado no

SPI, não obtendo sequer aposentadoria (cf. SANTOS, 1973:236).

8. A exploração do palmito é apresentada por SANTOS como implicando a exploração indireta de força-de-trabalho, uma vez que se pagava aos índios por "cabeça" de palmito, como também por aumentar a dependência deles da economia regional, já que, para procederem à coleta da "Euterpe", tiveram de abandonar a atividade agrícola de subsistência e assim depender dos armazéns, pelos quais eram explorados através de preços extorsivos.
9. Em agosto de 1979, aconteceu a primeira grande inundação na Reserva devido ao entupimento das entradas dos dois túneis de desvio e vazão da água no canteiro de obras da barragem (ver foto nº 17, Anexo 3). Formou-se na parte baixa da Reserva um grande lago, de aproximadamente 11 km (onze quilômetros) lineares.

As condições de vida dos índios da reserva são a sociedade de produção coletiva, momento histórico de transição de uma sociedade de produção de subsistência para uma sociedade de produção mercantil, na qual se completam

QUADRO Nº 1

CAPÍTULO II AS CHEIAS OCORRIDAS EM BLUMENAU

AS ENCHENTES NO VALE DO ITAJAÍ E AS BARRAGENS DE

CONTENÇÃO

A temática, ora abordada, comporta dois enfoques: a ocorrência das enchentes e suas conseqüências sócio-econômicas no Vale do Itajaí e, o segundo, as barragens de contenção e seus efeitos diversos a jusante e a montante.

A ocorrência de cheias no Vale do Itajaí, suas conseqüências sobre a população e a economia da região, já foram registradas desde o início da colonização do médio Vale com a fundação da Colônia Dr. Blumenau (cf. SILVA, 1972:51 e 59). Na página seguinte, dá-se o registro, em quadro, dessas cheias até julho de 1983 (Quadro nº 1).

Quanto às perdas econômicas que sofre a sociedade regional com as enchentes, são muito grandes e dimensionadas de duas maneiras: o primeiro dimensionamento é constituído de sistemas contábeis econômico-financeiros e o segundo, mais complexo, de sistemas de avaliação de perdas psico-sociais. Essas perdas devem ser definidas como aumento de insegurança, angústia e desestímulo, enfim, processos estressantes com reflexos ainda não bem conhecidos na população.

Tome-se como exemplo os prejuízos arrolados no Quadro nº 2, causados pelas enchentes de julho/agosto de 1983. Deve-se ressaltar nesse quadro, que todo processo contábil oficial privilegia somente alguns itens passíveis de levantamento quantitativo. Os próprios critérios de avaliação monetária das perdas são relativos. Uma grande empresa desenvolve métodos de repassar e/ou recompor os danos sofridos.

Já bem diversa é a situação das famílias mais pobres, cujos prejuízos, avaliados por um sistema contábil oficial, são "pequenos". No entanto, de fato são perdas totais e irre recuperáveis, tendo como conseqüência, na maioria das vezes, perdas definitivas na qualidade de vida.

Os aspectos antes abordados já apontam uma das origens do "stress" psico-social, que se abate sobre as classes subalternas da sociedade regional. No entanto, existem fatores so-

QUADRO Nº 1

QUADRO Nº 1 - HISTÓRICO DAS CHEIAS OCORRIDAS EM BLUMENAU DE 1852 A 1983

Data	Nível (m)	Data	Nível (m)	Data	Nível (m)
16.11.1852	16.00	14.09.1931	10.62	18.02.1967	10.20
20.11.1855	13.00	17.11.1931	12.30	06.04.1969	9.00
17.09.1864	10.00	25.05.1932	8.90	09.06.1971	9.50
28.11.1868	13.00	04.10.1933	10.90	16.08.1972	10.40
22.07.1869	11.00	24.09.1935	10.60	29.08.1972	10.65
11.10.1870	10.00	27.11.1939	11.08	25.06.1973	10.55
23.09.1880	16.80	03.08.1943	9.82	22.07.1973	8.70
1888	12.50	02.02.1946	8.80	29.08.1973	11.84
18.06.1891	13.50	18.05.1948	11.20	03.10.1975	12.15
03.05.1898	12.50	17.10.1950	8.80	29.05.1976	10.55
24.12.1898	11.00	01.11.1953	9.30	18.08.1977	8.85
02.06.1900	12.50	18.05.1954	8.90	26.12.1978	11.05
02.10.1911	16.60	22.10.1954	11.84	10.05.1979	9.30
30.10.1911	9.56	19.05.1955	9.96	09.10.1979	9.78
15.05.1925	9.80	21.07.1957	8.68	22.12.1980	12.95
24.05.1925	10.00	02.08.1957	10.00	04.03.1983	9.95
13.01.1926	9.70	20.08.1957	12.42	20.05.1983	12.06
09.11.1927	12.00	16.09.1957	8.84	09.07.1983	15.37
18.06.1928	11.46	13.09.1961	9.52	13.07.1983	14.35
15.08.1928	10.52	30.09.1961	8.98	17.07.1983	10.96
17.09.1928	10.00	01.11.1961	11.70	27.07.1983	10.40
16.02.1930	9.05	09.09.1962	8.64	29.07.1983	11.10
01.04.1931	10.90	30.09.1963	8.58	02.08.1983	11.20
02.05.1931	10.44	13.02.1966	9.42	24.09.1983	11.10

Fontes: -Abel Diniz MASCARENHAS (Boletim do Ministério da Agricultura - jul/set 1939) - parte de setores econômicos
 -Otto PFASFSTETTER (Revista Saneamento, DNOS - jul/dez 1975) - parte de setores econômicos (p.ex.: dispensa de emprego)
 -CELESC - de trechos das enchentes como motivo, sem que isso
 -Patricio Vega FARFAN - "Blumenau na enchente de julho de 1983" - Prefeitura Municipal de Blumenau
 -DNAEE - MME : "Bacia do Rio Itajaí" - out./1984 - como

QUADRO Nº 2 - (p.ex.: Blumenauense - perseverante, trabalhador)
 AVALIAÇÃO FINANCEIRA DAS PERDAS COM A ENCHENTE DE JULHO DE 1983
 NO ESTADO DE SANTA CATARINA (ndice proporcionalmente de exploração do

SETOR	SUB-SETOR	CR\$ (10/10/83)	% do D.R.T.N.*
P V	Agricultura	162.000.000.000	27,469.313
R A	Indústria	378.400.000.000	64.162.889
I D	Comércio	66.400.000.000	11.259.027
- D	Pessoas Físicas	28.800.000.000	4.883.433
P B	Governo Federal	9.880.000.000	1.675.288
U L	Governo Estadual	34.900.000.000	5.917.771
- I.	Governo Municipal	35.200.000.000	5.968.640
TOT.		715.700.000.000	121.356.710

Fonte: Relatório DNAEE - out. 1984

* Valor da D.R.T.N. em out./1983: CR\$ 5.897,47 nos serviços de energia elétrica, serviços de telecomunicações, com ciais que agravam os efeitos econômicos das enchentes.

Não cabe na dissertação o estudo sobre esses fatores, mas, os mesmos são citados para que se possa ter alguns parâmetros de avaliação da pressão social exercida pela sociedade regional sobre os órgãos governamentais para que se complete as obras previstas de controle das cheias. Os fatores sociais aludidos são os seguintes:

- a) a manipulação político-partidária da distribuição, tanto das "perdas", quanto dos auxílios econômicos carreados para o atendimento dos flagelados;
- b) a manipulação por parte de setores econômicos dominantes da variação de "preços de mercado", tanto dos serviços, quanto da própria força-de-trabalho (p.ex.: dispensa de empregados usando-se os prejuízos das enchentes) como motivo, sem que isso corresponda aos reais motivos), aumentando a insegurança das classes subalternas;
- c) a manipulação ideológica de valores tidos como

"tradicionais" (p.ex.: "O blumenauense é perseverante, trabalhador e pertinaz perante a adversidade") ampliando a auto-exploração pelo emprego "autônomo" e o índice propriamente de exploração do trabalho assalariado.

Cabe aqui o registro especial sobre as catastróficas enchentes de julho/agosto de 1983. No Vale do Itajaí vinha ocorrendo, desde o final do mês de fevereiro daquele ano, intensas chuvas. Assim, no dia 4 de março o rio extravasou de seu leito pela primeira vez, atingindo no centro de Blumenau a cota de 9,95 m acima do nível normal (considera-se como "enchente" cotas com mais de 8,50 m acima do nível normal no centro de Blumenau). No dia 20 de maio, registra-se 12,06 m, causando elevado prejuízo.

Todo o mês de junho foi chuvoso, havendo precipitações em 17 dias. Essa condição literalmente encharcou o solo e fortes chuvas no início de julho iniciaram a catástrofe maior. No dia 7 de julho o rio começou a avolumar-se e atingiu 15,37 m na madrugada de 8 para 9 de julho. A cidade de Blumenau teve 90 % de sua área urbana alagada. Interromperam-se todos os serviços normais como fornecimento de água, energia elétrica, serviços de transporte, telefonia e outros serviços de telecomunicações, com exceção de alguns bairros mais altos e afastados do rio.

O que, no entanto, caracterizou essa enchente como atípica, foi sua longa duração com repetidos picos. Do dia 9 de julho ao dia 2 de agosto, ocorreram seis inundações (cf. Quadro nº 1). Além dos imensos prejuízos privados, houve a destruição de grande parte dos equipamentos comunitários e da infra-estrutura urbana de várias cidades do Vale (Blumenau, Rio do Sul, Gaspar, Ilhota e Itajaí foram as mais atingidas). Pavimentação das ruas, praças e equipamentos de lazer, pontes e canalizações, prédios públicos e escolas com seus equipamentos, documentação e acervo bibliográfico, Centros Sociais, dois dos quatro hospitais da cidade de Blumenau, e assim por diante.

Com toda essa destruição, no Estado em geral e no Vale do Itajaí em particular, houve uma mobilização nacional para socorrer as vítimas. Os modernos veículos de comunicação levaram a todo o Brasil, e também ao exterior, o sofrimento e a angústia da população e de muitas partes do Brasil e do exterior

chegou socorro em víveres, roupas, remédios e outros auxílios.

A mobilização no próprio Estado foi muito intensa. Os órgãos governamentais a nível estadual, com destaque à liderança pessoal do governador Espiridião Amin Helou Filho, promoveram medidas excepcionais em termos de mobilização de recursos pessoais, técnicos e financeiros na obra de reconstruir as cidades atingidas pela catástrofe. Santa Catarina e seu governo ganharam projeção no cenário político nacional pela habilidade com que foi capitalizada a comoção criada pelo impacto dramático das cheias.

Após a prestação dos socorros mais imediatos, o poder executivo estadual instalou um Conselho da Reconstrução, apoiado administrativamente em uma Secretaria Extraordinária da Reconstrução. Esses órgãos procuraram estabelecer planos de ação a partir de levantamentos minuciosos em colaboração com departamentos de Ministérios federais para a prevenção de futuras catástrofes (1).

Com a repetição do drama em 6 de agosto de 1984, a população do Vale do Itajaí mobilizou-se intensamente visando pressionar os órgãos governamentais centrais no sentido de não mais se protelar as providências prioritárias para o controle das cheias.

Os organismos federais mais diretamente inquiridos sobre essas providências foram o Departamento Nacional de Obras e Saneamento-DNOS (Ministério do Interior) e o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica-DNAEE (Ministério das Minas e Energia).

Reunidos os dados, foi possível avaliar a complexidade das providências que deverão ser tomadas e dos estudos necessários para implementá-las. Alguns estudos já tinham sido elaborados, a pedido do DNOS, e que resultaram na definição de cinco projetos de barragens de contenção de cheias. Duas já estão em funcionamento e uma terceira em construção. Esses primeiros estudos constam de um Relatório do DNAEE.

Segundo esse Relatório, que será denominado aqui de R-DNAEE/DCRH, cheias no Vale do Itajaí continuarão a ser uma constante preocupação:

"A ocorrência de enchentes com inundações de grandes proporções constitui evento comum no vale do rio Itajaí, em virtude não apenas das condições meteorológicas bastante propícias a chuvas intensas de longa duração, mas também das condições morfológicas da bacia que favoreceram sobremaneira a ocupação dos fundos de vale" (R-DNAEE/DCRH, 1984:C-34).

Desde os primórdios do processo colonizador, como já foi frisado antes, existiu a preocupação com as enchentes (cf. SILVA, 1972:51 e 59). No entanto, só muito recentemente foram efetuados estudos sobre a minoração dos efeitos dessas catástrofes:

"O único estudo mais abrangente que analisa a questão de controle de cheias na bacia do rio Itajaí foi elaborado pela firma Machado da Costa S.A.-Empresa de Engenharia, para o DNOS, entre 1958 e 1962,.....Cabe aqui destacar, entretanto, que naquele estudo foram definidas cinco barragens com a finalidade de controle de cheias,...." (R-DNAEE/DCRH, 1984:C-40).

Das cinco barragens planejadas (vide Quadro nº 3), apenas duas estão concluídas (Oeste e Sul) e uma terceira ainda em construção (Norte). Quando ocorreram as grandes enchentes de

QUADRO Nº 3
BARRAGENS PLANEJADAS PARA O CONTROLE DE ENCHENTES

Barragem	Rio	Área da Bacia (km ²)	Volume Máximo (m ³)
Norte	Itajaí do Norte	2.318	221.000.000
Oeste	Itajaí do Oeste	1.042	111.000.000
Sul	Itajaí do Sul	1.273	83.000.000
Benedito II	Benedito	726	12.000.000
Mirim	Itajaí-Mirim	489	7.000.000

Fonte: R-DNAEE/DCRH, 1984:C-40

julho/agosto de 1983, são superadas pela maior das cheias ocorridas em 1911 (vide Quadro nº 1), a população como um todo iniciou pressão muito forte para que o governo, em todas as suas instâncias, agilizasse as providências cabíveis ao controle das mesmas.

A parte física desses problemas de estrutura física da obra é o seguinte. Aqui se faz necessário um breve histórico sobre a construção das três barragens. A barragem Oeste, situada no município de Taió, e a barragem Sul, no município de Ituporanga, foram iniciadas no final da década de 60 e terminadas, a primeira, em março de 1973 e a última delas, em novembro de 1975. Estada e a barragem Norte. No ano de 1976, foi dado início às obras da barragem Norte, a maior delas. No entanto, por falta de alocação de verbas, já em 1980, a empresa construtora, Alcino Corrêa S.A., paralizava praticamente o andamento dos trabalhos e, posteriormente, abandonou a obra. Aberta nova concorrência, reiniciaram-se as obras em abril de 1983(2). Diga-se, no entanto, que, mesmo agora essas obras andam em ritmo lento, pela escassez de recursos repassados pelo DNOS.

Quanto ao andamento dessa obra, é necessário que se relate alguns episódios a fim de que se possa avaliar os efeitos sobre a população, tanto a montante, quanto a jusante. Já em agosto de 1979, os terrenos e benfeitorias localizados na várzea ribeirinha dentro da Reserva indígena, sofreram uma grande inundação devido à obstrução das entradas dos túneis de escoamento no canteiro de obras da barragem. Esses fenômenos vão se repetir por várias vezes (3).

Na cheia ocorrida em 22 de dezembro de 1980, as ensecadeiras romperam-se(4), provocando a maior enchente da história da cidade de Ibirama (5). Na cidade de Blumenau, a onda de cheia atingiu a cota de 12,95 m(cf. Quadro nº 1), uma das grandes enchentes do século.

Esses dois relatos, permitem uma prévia avaliação dos problemas já causados pela construção da barragem Norte além de outros. E colocam aos planejadores governamentais uma contradição já explicitada entre segmentos populacionais definidos por posições físico-espaciais diversas. Os moradores do Vale a jusante de Rodeio exigem a conclusão rápida da obra; já os moradores situados logo abaixo da barragem, incluindo as cidades de Presi-

dente Getúlio, Ibirama e Apiuna (Distrito de Indaial), manifestaram intenção de impedir (6) as obras de Barra Dollmann após o desastre de dezembro de 1980. Quanto aos problemas a montante da barragem, serão tratados nos dois próximos capítulos, chegando ao

À parte ainda desses problemas da estrutura física das obras da barragem Norte, as populações a montante sofreram o desgastante processo de indenização das terras e benfeitorias a serem atingidas pelo reservatório da barragem. Essas negociações foram conduzidas pelo DNOS e caracterizaram-se pela demora e pelo uso nas negociações da assimetria de poder entre Estado e indivíduo e/ou comunidade proprietária. WERNER, em 1982, realizou estudos a esse respeito na localidade Barra Dollmann (cf. WERNER, 1983b). (Nota para leitura do leitor: ver foto nº 17).

Também a comunidade indígena sofreu o impacto desse processo indenizatório, o que igualmente será estudado a seguir.

Trabalhos de campo, levantados principalmente, para

NOTAS

1. O deputado estadual Marciano de Souza foi derrotado por aquele que denominamos

1. Cabe destacar a atuação da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, que mobilizou seus recursos humanos e tecnológicos na organização do socorro às vítimas em julho/agosto de 1983. Também a Fundação Educacional da Região de Blumenau-FURB, a partir da reconstrução das perdas que sofreu com a enchente, constituiu um Grupo de Estudos do qual nasceu o "Projeto Crise". Em convênio com o DNAEE, o Projeto Crise já prestou auxílio na previsão dos níveis na cheia de 6 de agosto de 1984. Atualmente estão sendo desenvolvidos os modelos matemáticos para estudo de vazão e previsão de nível, previsão meteorológica, orientação de tráfego para qualquer cota de cheia, etc.
2. A empresa vencedora da concorrência foi C.R.Almeida S.A.
3. Essas inundações de grandes proporções irão acontecer em 22 de dezembro de 1980, em julho/agosto de 1983 e em 6 de agosto de 1984.
4. As ensecadeiras são diques para desvio da água, livrando assim o leito do rio para as obras da barragem propriamente di-

ta (vide foto nº 17, Anexo 3).

5. Quando ocorreu a enchente de 22 de dezembro de 1980, com o rompimento das ensecadeiras no canteiro de obras da barragem, a população de Ibirama revoltou-se sobremaneira, chegando ao Prefeito municipal de então, Heinz Scheidemantel, a dar entrevista à emissora de rádio local manifestando o desejo de "dinamitar as obras". Foi a maior enchente já sofrida pela cidade que, por sua posição em relação ao rio, não costuma sofrer grandes inundações. Isso vem demonstrar a força econômico-política da burguesia blumenauense, que força a construção de obras de contenção sem levar em consideração os prejuízos das comunidades a montante. Mesmo agora, com a construção de uma grande galeria para vazão de emergência (vide foto nº 17), e que será soterrada posteriormente pela massa da barragem propriamente dita, as comunidades, logo a jusante da barragem (Presidente Getúlio, Ibirama e Apiuna principalmente), sentem-se ameaçadas pela possível fragilidade da barragem em períodos de chuvas muito intensas. Tanto o atual Prefeito municipal, Luís Alexandre Muller, como o deputado estadual Marcondes Marchetti posicionaram-se contra aquilo que denominaram "falhas no Projeto". Para tanto solicitaram laudo técnico do Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT da Universidade de São Paulo-USP. O laudo concluiu pela segurança do Projeto. Entretanto, houve denúncia de corrupção de funcionários.
6. Cf. nota anterior, nº 5. Assistência à atividade agrícola.

de trabalho sob o comando dentro do Posto Indígena e
 (2) 1973.

CAPÍTULO III - Os Xokleng, Etínia, Cooptando-se II - CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

1. De caçadores-coletores a agricultores (SANTOS, 1973: 259).

1.1. O processo da década de 50, chegada de novas famílias

De acordo com os antropólogos que se dedicaram a estudar a estrutura sócio-econômica dos Xokleng (1), o que já foi abordado no capítulo I deste trabalho, a principal forma de subsistência do grupo era a caça e a coleta de alimentos que lhes fornecia a floresta da região, passava a trabalhar em

Com a "pacificação" em 1914, iniciou-se o processo de fixação à Reserva pela agricultura em oposição ao nomadismo favorecido pela coleta.

No entanto, as etapas iniciais desse processo já deixam entrever as dificuldades futuras, principalmente no que tange à distribuição dos resultados, pela manipulação da mesma a partir de critérios políticos internos. Divisões internas e ingerências externas, começam a afetar a distribuição equilibrada entre grupos, famílias e indivíduos.

De outro lado, a escassez de recursos destinada pelo Governo Central ao Serviço de Proteção ao Índio-S.P.I., bem como o emperramento burocrático e a corrupção de funcionários, torna precária a necessária assistência à atividade agrícola.

2. O extrativismo: palmito e madeira

Dessa forma, a partir da década de 50, aumenta de forma assustadora a extração de palmitos do território da Reserva (cf. SANTOS, 1973: 259 e ss). Foi tão rápida a extração de palmito que hoje não mais se justifica a exploração em escala na Reserva.

Até mesmo, há tempo, madeireiros da região em convivência com habitantes da Reserva, extraem madeira clandestinamente. Esta extração pode ser de toras para o posterior beneficiamento, de palanques para cercas, já cortados em gabarito para uso, como ainda de sassafraz para industrialização específica.

1 - SANTOS, 1973: 259 e 260.

3. Trabalho subordinado dentro do Posto: cafuzos e guarani. No início dos primeiros contatos do DNOB junto à comunidade. Há quarenta anos atrás, Eduardo, cooptando as lideranças da comunidade, permitiu a entrada e a fixação na Reserva de um grupo etnicamente diferenciado e historicamente alheio aos grupos já existentes na Reserva (2). Trata-se dos "cafuzos" (3).

No início da década de 50, chegaram algumas famílias Guarani, vindos de diversos locais do sul do país e são aceitos na Reserva e acantonados à beira do rio do Toldo no extremo oeste da Reserva. Os cafuzos desde logo subordinam-se aos demais grupos que compõem a comunidade da Reserva e passam a trabalhar em condições de grande exploração (4). Na mesma situação encontram-se os Guarani. A comercialização do artesanato dos mesmos é, de alguma forma, controlada pelos grupos dominantes da comunidade, que se arvoram em intermediários "necessários" com os possíveis compradores de fora da Reserva (5).

4. Emprego fora da Reserva. Os brancos e mestiços regularmente procuram emprego nos distritos e cidades vizinhas. Inclui-se nesta categoria aqueles que propositadamente enviam ao "exterior" filhos e/ou genros para estabelecerem-se fora da Reserva, muitos deles criando lá raízes definitivas. Cita-se dois exemplos: a família de Expedito (ele mesmo mestiço e casado com mulher de origem europeia) e o filho adotivo de Ana. Se, assim, a larga perspectiva de emprego e prosperidade fora da Reserva, fazendo prosperar empresas mercantis. No primeiro caso, filhos e filhas casados estabeleceram-se em Blumenau e Joinville. Um dos genros de Exped., apelidado de "Ládio", é porteiro do mais aristocrático e "fechado" clube esportivo-recreativo de Blumenau (6).

Setembrino Bern., segundo testemunho de sua mãe, é proprietário de uma pequena fábrica de brinquedos em Rio do Sul, município vizinho à Ibirama, sendo, por isso mesmo, motivo de prestígio e orgulho para sua família. Os habitantes da Reserva uma vez mais são vítimas da falta de decisões e medidas enérgicas.

5. Declínio da atividade agrícola após o início da construção da barragem à FUNO. Um caso escandaloso

Com o início das obras de construção da barragem e já antes disso, com o início dos primeiros contatos do DNOS junto aos moradores de Barra Dolmann para o estabelecimento das indenizações pelas terras e benfeitorias a serem atingidas pelo represamento do rio, os moradores da Reserva perceberam algumas das consequências disto.

E uma das primeiras percepções foi a da inutilidade do trabalho em cima do que futuramente iria ser inutilizado. E, imediatamente após, ocorre a percepção de que parte dessas perdas poderiam ser recuperadas por atividades decorrentes dessa própria "catástrofe" ou seja, a possibilidade de intensificar a extração da valiosa madeira da Reserva usando-se como argumento o fato de que parte da floresta ribeirinha iria ser encoberta pelo reservatório da barragem. A respeito dessa madeira, tem-se de levar em conta as seguintes considerações:

Nos 831 (oitocentos e trinta e um) ha. a serem inundados periodicamente, não existem mais porções de floresta virgem. Constituem-se de terras sucessivamente ocupadas, primeiro pelas roças comunitárias (7), e, posteriormente, pelas frentes ocupadas (8) pelas famílias da comunidade. O que resta de toras constitui-se de "madeira de qualidade", ou seja, de qualidade inferior à "madeira-de-lei". Segundo cálculos de Expedito de Tal, em 1982 restavam 12.000 (doze mil) metros cúbicos dessa madeira.

No entanto, madeireiros da região e índios perceberam a possibilidade de "legalizar" lotes de madeira-de-lei já extraídos clandestinamente. Abria-se, assim, larga perspectiva de exploração "acobertada" de madeira, fazendo prosperar empresas madeireiras, bem como camioneiros autônomos. Estes últimos ganham por metro cúbico colocado no pátio da serraria, sendo escandalosa a diferença entre o preço pago aos índios e o preço recebido na empresa (preços citados mais adiante).

6. O "stress" psicológico (9) entre 3 e 10 QPTNs.

Após a certificação precisa de que a construção da barragem era inevitável, abate-se sobre os habitantes da Reserva uma enorme pressão proveniente da falta de decisões e medidas exigidas para tais circunstâncias.

Primeiramente, a própria FUNAI omite-se escandalosa-

samente ao longo de todo o processo de negociações decorrentes da construção da barragem. À época em que foi iniciado o presente estudo, era Chefe do Posto Anselmo de Tal, mas o experiente indigenista, já tendo trabalhado anteriormente no Posto de Ibirama em 1961, como funcionário do S.P.I.. Para substituí-lo, foi nomeado Tiago de Tal, com idade de "n" anos então, tendo como experiência anterior estágio de três meses em um Posto indígena no estado de Mato Grosso do Sul. As negociações não estrecharam-se com Faustino afirmou ser muito difícil "obedecer a um rapazinho", especialmente por ser cacique do Posto e homem idoso, conhecedor de muitas falcatruas perpetradas por Chefes e funcionários da FUNAI no Posto indígena. Segundo ele e outros entrevistados, alguns Chefes de Posto enriqueceram-se com a venda acobertada de madeira.

Essa descara sistemática dos interesses dos tutelados, gerou na mente dos moradores da Reserva uma profunda desconfiança de toda e qualquer medida que proviesse da FUNAI. Isso, por sua vez, tirou dos próprios escalões superiores dessa mesma FUNAI a possibilidade de uma intervenção eficaz na Reserva, tanto em termos de medidas econômicas, quanto político-administrativas, como ainda será analisado no próximo capítulo.

Outra fonte de contínua tensão para os moradores do Posto indígena é constituída pelo conflito de interesses internos à comunidade. Os mesmos sempre foram motivados por fatores provenientes de fontes internas e externas: internamente, pela busca de afirmação perante o grupo, como também se estudará melhor no próximo capítulo, e, externamente, por parte das empresas madeireiras da região, que se beneficiavam e ainda se beneficiam enormemente da "concorrência" estabelecida internamente.

Essa concorrência teve como primeiro fruto o aviltamento do preço da madeira. Quando externamente as madeireiras já pagavam entre 25 e 30 DRTNs o metro cúbico colocado no pátio, nas mesmas condições, pagava-se aos índios entre 8 e 10 DRTNs.

No entanto, os membros da comunidade tinham consciência desse diferencial e, sem possibilidades de uma ação eficaz que o modificasse, introjetavam justificativas que os inferiorizavam, à maneira de "filhos pródigos" e culpando-se uns aos outros por não saberem "negociar".

Fato demonstrativo dessa situação de tensão interna foi a acusação contra Pedro de Tal - sendo chamado de "burro" por não tirar proveito pessoal quando designado para afeirar a metragem da madeira retirada do local chamado "óleo" (10). De outra feita, designaram-no de "velhaco" porque, aliado a outros mestiços, desviava madeira para si.

Foi possível perceber a extrema tensão porque passa essa gente, ao se situar no bojo de contradições tão extremadas e também foi possível aquilatar as consequências em termos de "stress" físico, psíquico e social que sofreu: aumentou a exploração do trabalho mediante o aviltamento dos preços, bem como aumentou a pobreza geral pela maior dependência de bens de primeira necessidade oriundos de fora do Posto, uma vez que se abandonou parte da atividade agrícola de subsistência. Além do local de exploração, os moradores também se dedicam à agricultura por subsistência.

7. O incremento da extração de madeira como alternativa estratégica de sobrevivência, uma coletividade e a região. As regiões do Médio e Alto Vale do Itajaí, bem como a região serrana do Estado de Santa Catarina, já foram grandes produtores de madeira, tanto para o mercado nacional, quanto para o exterior. Atualmente, somente a Reserva.

Já desde os primórdios da implantação da Colônia de Blumenau e da Companhia Hanseática de Colonização em Ibirama, atentou-se para essa potencialidade e, em inícios do século XX, tem começo a implantação da ferrovia ligando Blumenau à Ibirama, posteriormente estendida em ambas as extremidades, unindo Trombudo Central, no Alto Vale já próximo ao Planalto, com o porto de Itajaí.

Essa ferrovia foi essencial à exploração da madeira e sua desativação no início da década de setenta coincide com o declínio vertiginoso de disponibilidade de madeira nas regiões mencionadas. Restou tão somente a Reserva indígena de Ibirama, última floresta nativa da região viável para exploração madeireira, o que também importa em uma significativa coincidência: os municípios de Presidente Getúlio, Ibirama, Benedito Novo, Indaial e os demais que se acercam do território da Reserva, sediam as grandes madeireiras da região.

Algumas dessas empresas são frequentemente mencio-

nadas pelos índios: Oswaldo, Franz, Gustavo, Leal, etc. e outras. Algumas dessas empresas já estão beneficiando madeira proveniente do Estado do Pará. Mais uma vez corrobora-se a fragilidade da situação da Reserva indígena frente a esses interesses tão fortes.

A madeira que ainda resta nas áreas a serem inundadas pelo represamento da água do Itajaí do Norte está sendo retirada. Como já foi afirmado anteriormente, nestas áreas a madeira-de-lei já foi extraída.

Primeiramente, desmatou-se para o plantio de roças comunitárias, idealizadas por Eduardo para dotar a comunidade de alguma autonomia em termos de subsistência (cf. SANTOS, 1973:258). Essas terras estão localizadas às margens do Itajaí do Norte e foram sendo ocupadas a partir da foz do rio Plate. Além de local do primeiro contato bem sucedido, prestava-se à agricultura por ser a parte mais larga do fundo do vale (vide mapa nº 4 e Foto1).

Com o abandono gradativo da agricultura coletiva e a adoção consequente do cultivo de glebas familiares (cf. SANTOS, 1973:258 e 259), essa ocupação foi estendendo-se a ponto de hoje ocupar ambas as margens do Itajaí até a localidade de Barra Dae-niken, em todo o percurso desse rio dentro da Reserva.

A FUNAI procedeu a licitação para a retirada dessa madeira. O dinheiro apurado deveria ser aplicado em projetos agrícolas e em construções de residências e outras benfeitorias às famílias da comunidade, compensando em parte as perdas em infra-estrutura sofridas pelos moradores (11). No entanto, por depoimentos obtidos desses mesmos moradores, o preço levantado pelas licitações foi muito baixo e os projetos nunca foram efetivamente executados.

Muitos membros da comunidade perceberam a possibilidade de intensificar a exploração clandestina da floresta. Primeiramente, como estratégia de sobrevivência, cada vez mais difícil. Em segundo lugar, podiam comportar-se à maneira dos proprietários brancos, que usufruíam de suas propriedades obtendo por elas todas as "boas coisas da vida". Pela venda da floresta, teriam acesso ao mesmo nível de consumo dos brancos. Destarte, as famílias dominantes passaram a dividir a Reserva em "territórios" possuídos "privadamente" e, a partir dessa repartição, inicia-se

também um processo de apropriação de trabalho de "clientes", ligados de alguma maneira ao chefe da família dominante (12).

Essa territorialização de domínio por parte de famílias influentes e a conseqüente clientelização de estratos subordinados, serão designados neste trabalho como formação de "aldeias potenciais" (13). Foram identificadas três dessas aldeias durante a realização da pesquisa: localizado na Sede do Posto, o núcleo ao redor do grupo familiar liderado por Faustino, cacique formal da comunidade; ao redor de João de Tal e de seu irmão agrupam-se os moradores do Bugio e alguns mais que ainda moram na Sede; finalmente, os moradores de Barra Daeniken, que se agrupam ao redor de José de Tal.

As relações sociais, principalmente as de natureza econômica, entre as famílias dominantes e os clientes, apresentam características de assimetria, com subordinação desses últimos aos primeiros, embora essa assimetria não possa ser igualada à existente na sociedade regional envolvente.

Essa territorialização de influências teve também como conseqüência importante a perda parcial de poder de barganha de alguns líderes na venda clandestina de madeira, novamente acentuando a assimetria interna e reforçando a dependência dos empresários madeireiros.

Essa desigualdade de distribuição era, em parte, compensada pela mobilidade dos indivíduos e famílias, que se alinhavam e realinhavam na medida de seus interesses imediatos. No entanto, muitas pessoas e famílias passaram por pungentes situações de penúria.

3. O êxodo para o Bugio

Em 1979, pressionados de um lado pela inundação de terras e casas devido à obstrução do rio pelos entulhos da obra de construção da barragem e, de outro lado, pelo incitamento de pessoas pertencentes aos quadros da 4ª Delegacia da FUNAI em Curitiba, aproximadamente quatorze famílias (14), lideradas pelo então cacique Espiridião, mudaram-se para o Bugio, no extremo noroeste do território da Reserva, na divisa dos municípios de Ibirama e Itaiópolis. Vários tópicos deverão ser enfoca-

dos quanto a este êxodo.

Em agosto de 1978, a comunidade do Posto indígena sofreu a primeira grande inundação provocada pela construção da barragem em Barra Dollmann. Esse desastre foi provocado basicamente pelo entupimento das entradas dos túneis de saída d'água (15). Esse entupimento "antecipou" a formação do lago de retenção, inundando as roças e residências na Reserva. Esse lago atingiu aproximadamente 11 (onze) km lineares, provocando enormes perdas nas casas e benfeitorias situadas nas várzeas mais baixas e estendendo-se até à residência de Expedito, tantos quilômetros acima da Sede do Posto.

Essa inundação fez com que, pela primeira vez, a comunidade percebesse toda a extensão de seu drama, provocado por essa obra de engenharia. A reação que se seguiu revestiu-se de características de pânico e de desorientação quanto às ações e medidas a serem tomadas.

Em consequência, ações e atitudes assumiram formas contraditórias, não conseguindo a comunidade chegar ao consenso quanto à melhor forma de buscar a defesa de seus direitos. Ao contrário, mais desunida, colocou-se inerte à mercê de forças sociais desagregadoras, internas e externas.

A primeira questão a ser considerada faz referência a estruturas sociais tradicionais que poderiam explicar o processo de desintegração, antes de atribuir-se o mesmo à fricção interétnica genericamente e à construção da barragem especificamente.

SAHLINS (1974:79-82), analisando o estudo de BOHANNAN ("The Migration and Expansion of the Tiv", 1954), afirma que linhagens segmentárias, descentralizadas e igualitárias, favorecem a coesão grupal, ao mesmo tempo que garantem o território histórico. Não é possível identificar a estrutura social Xokleng com a estrutura Tiv "tout court" (16). No entanto, pelo fato de os Tiv se expandirem territorialmente devido a conflitos entre linhagens e, ao mesmo tempo, fazê-lo a partir de alianças também previsíveis na estrutura histórica, torna o modelo aplicável em parte à situação da comunidade indígena de Ibirama.

Contudo, outros fatores intervieram de forma mais decisiva na perspectiva em que se coloca o presente trabalho.

O primeiro desses fatores, além do "faccionalismo" de famílias, foi a pressão exercida pela 4ª Delegacia da FUNAI. Por testemunho de vários índios, ficou clara a pressão do Delegado Estêvão de Talambá para que a comunidade toda se deslocasse ao Bugio. A tanto que as famílias que para lá se deslocaram na ocasião foram lideradas pelo próprio cacique do Posto, Espiridião, como pelo fato de que muitas delas moravam em locais não inundáveis pelo futuro reservatório (17). Quanto às razões para que o Delegado da FUNAI tomasse tal atitude, não foram tornadas transparentes (18).

Pelos depoimentos, supõe-se que tenha sido realmente a possibilidade de extração clandestina de madeira de forma menos pública (cf. os diversos depoimentos no Anexo 2) o motivo mais forte da migração. Os indícios que apontam para o acerto dessa suposição são fortes.

Efetivamente foram feitos desmatamentos para as roças. A madeira em princípio deveria ser empregada na construção de residências para aquelas famílias que se deslocaram. No entanto, muitas delas utilizaram o material de suas residências anteriores para tal. Foi autorizado pela Delegacia o desmate de 40 (quarenta) ha. para o plantio das roças comunitárias em uma região próxima, conhecida por "óleo". Em cima dessa licitação, ainda se estava extraíndo madeira em 8 de janeiro de 1985 (19). Como se percebe, o processo constituiu-se numa série de logros e equívocos. Observou-se primeiramente o recuo do Delegado Regional da FUNAI quanto ao apoio oficial à iniciativa. Em consequência, nenhuma das providências necessárias à implantação física de um Posto foi tomada. Em segundo lugar, logo se tornou manifesto o interesse dos líderes da migração na exploração da madeira.

Por isso mesmo, famílias que se deslocaram passaram privações e dificuldades, uma vez que nenhum equipamento comunitário foi instalado. As crianças em idade escolar não tinham condições de vir até a Sede para frequência às aulas; o transporte dos doentes era dificultado pela distância e pela variação de humor das lideranças da Sede (20).

Concluindo o assunto (o êxodo para a localidade do Bugio), é possível resumi-lo pela sentença seguinte: interesses econômicos, internos e externos, na extração clandestina de ma-

deira, provocaram o deslocamento de algumas famílias a uma nova região dentro da Reserva usando-se para pressioná-los os argumentos da construção da barragem e de rivalidades internas entre as lideranças (cf. posição do Bugio e óleo, mapa nº 2, Anexo 1) (21). Ainda cabe reforçar a explicação sobre os motivos que leva os membros da comunidade a explorar sua reserva florestal: o grande incentivo à extração clandestina de madeira e à busca, -sempre mais ansiosa- de recursos monetários para comprar as coisas que os tornem semelhantes aos brancos (22). O trabalho agrícola na Reserva possui um retorno muito lento para a finalidade de consumo mais conspícuo (23).

A comunidade vê-se assim frente a situações perversas: a) possui muitas riquezas, mas, é pobre; b) esta riqueza está sendo carreada para fora e usufruída por quem sobre elas não possui direito algum. Por que, então, não poder usufruí-la de imediato seus legítimos donos? A questão, colocada desta forma, não deixa outra alternativa aos líderes da Comunidade, pressionados que são pelos seus "clientes", senão tentar a exploração dessa madeira sob qualquer risco. E o maior de todos os riscos desta exploração irracional não é mais a destruição da reserva florestal, mas sim, a desintegração definitiva da própria comunidade.

9. Os desempenhos da FUNAI, do I.B.D.F. e da Polícia Federal na repressão à retirada de madeira ilegal. A FUNAI, enquanto órgão tutelador, prerrogativa a ela atribuída pelo Estatuto do índio, no tocante ao resguardo dos interesses da comunidade indígena de Ibirama, sempre primou pela ambiguidade em sua ação de tutela. Define-se esta ambiguidade como se constituindo na diferença entre os pronunciamentos oficiais e as ações concretas de seus responsáveis e funcionários, a partir da própria Delegacia Regional. A Delegacia Regional sempre se opôs oficialmente a qualquer tipo de exploração econômica da reserva florestal do Posto indígena de Ibirama, a não ser que se fizesse necessário o desmatamento para a execução de projetos agrícolas comunitários.

Esses projetos agrícolas, no entanto, estavam vin-

culados a grupos definidos dentro da Comunidade, que se propunham, invariavelmente, a abrir "mais uma frente". As limitações da racionalidade desses procedimentos, no entanto, era extremamente circunstancial, ou seja: sem obediência a alguma a qualquer planejamento global de exploração dos recursos da Reserva. Essa descara sempre decorreu de dois tipos de posturas dos funcionários: improvisação e corrupção. De modo geral, os responsáveis pela ação tuteladora da FUNAI, no Posto indígena de Ibirama, desde os Delegados Regionais e Chefes de Posto, até os técnicos agrícolas e demais funcionários, pecaram, ou por uma, ou por ambas as posturas. Todos os membros da comunidade, abordados sobre o assunto, relataram acontecimentos envolvendo funcionários da FUNAI no comércio da madeira. Da mesma maneira, indivíduos de fora da comunidade e ligados ao comércio e beneficiamento de madeira da Reserva (24), apontaram o envolvimento desses funcionários. Deve-se ressaltar, no entanto, que esses depoimentos, de dentro e de fora da comunidade, levam uma forte carga de auto-defesa. No entanto, mesmo assim autorizam concluir pela existência de fortes e claros indícios de que alguns funcionários do Posto de Ibirama e da Delegacia de Curitiba tiveram algum tipo de participação no comércio ilegal de madeira da Reserva indígena de Ibirama.

Quanto aos indícios de incompetência, foram obtidos da mesma forma, incluindo-se aqui conversas informais com Anselmo de Tal, antigo indigenista funcionário do S.P.I., agora na FUNAI, embora aposentado. As queixas dele se dirigiam-se, antes de tudo, à total ausência de qualquer tipo de planejamento. Mostrou como seria possível a comunidade do Posto indígena viver economicamente independente e de forma deveras satisfatória se aliasse a atividade agrícola a exploração racional da floresta, bastando para tal projetos e assistência de engenheiros florestais.

Depoimento dessa mesma natureza foi obtido do engenheiro Aristides de Tal, antigo chefe da Delegacia Regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-I.B.D.F., afirmando ainda mais: que já tinha oferecido serviços especializados nessa área à Delegacia da FUNAI em Curitiba. Ainda no que tange especificamente à ambiguidade

entre "incompetência" e "corrupção", é imprescindível que se relate alguma coisa do que ocorreu com a execução das licitações de retirada da madeira do "óleo". O processo de tomada de preços já foi questionado quanto à sua lisura por parte, tanto de Exp., quanto de Faustino. Mas, a mais grave das desidias por parte da Delegacia da Funai mostra-se no fato de que, com exceção de um curto período no mês de fevereiro de 1982, não se percebeu a presença de um fiscal da FUNAI que controlasse a saída dos caminhões com as toras. Nos poucos dias da presença de Tertuliano, conhecido por sua truculência (25), o que foi visto, apenas corroborou informações obtidas anteriormente (cf. nota 24). Exp. e Faust. afirmaram de que, do Projeto agrícola do "óleo", onde se previa a retirada de 4.000 (quatro mil) m³ de madeira, já tinham saído seguramente 12.000 (doze mil) m³.

O que se passa a relatar nesta parte do trabalho, foi presenciado pessoalmente pelo pesquisador, o que caracterizará o estilo predominantemente narrativo e pessoal.

Pelo Estatuto do índio, o I.B.D.F., a Polícia Federal, ou qualquer outro órgão governamental ou não, só poderá intervir em área indígena, a qualquer pretexto, sob licença e estrito controle da FUNAI, órgão a que está afeta a tutela das comunidades indígenas.

No ano de 1981, foi intensa a atividade de extração ilegal de madeira da Reserva de Ibirama. Já ia para o segundo ano o processo de migração para o Bugio, onde, em busca da difícil sobrevivência, as famílias retiravam palanques e ossas-fraz para vender. Os líderes do Bugio, João de Tal, Desidério de Tal e Anísio de Tal, tratavam com madeireiros a extração de madeira do óleo, região prevista para uma roça comunitária de 40 ha. (quarenta hectares) aproximadamente, cujo projeto havia sido efetuado pelos próprios líderes do Bugio e com a aprovação do Delegado da 4ª Delegacia de Curitiba, Estávão de Tal.

No entanto, na Sede do Posto, as famílias dominantes não concordaram em momento algum com este projeto, uma vez que, sendo exploração de madeira em terras da comunidade, todos, incluídos os da Sede, dela deveriam participar.

Esta contestação provocou grande agitação na comunidade globalmente tomada, verificando-se intensa polarização po

lítica, como melhor haverá de ser focalizado no capítulo seguinte deste trabalho.

Este processo contestatório teve origens mais específicas em fevereiro de 1981, um ano antes, portanto, dos episódios que aqui haveremos de relatar. Referimo-nos à intervenção da Polícia Federal apreendendo aproximadamente 2.000 m³ (dois mil metros cúbicos) de madeira retirada em locais próximos à Sede do Posto e sob a responsabilidade de famílias importantes, como a de Faustino. Muita dessa madeira foi apreendida já nos patios de madeireiras, ou em cima de caminhões, causando sérios prejuízos, especialmente em termos políticos, para os líderes indígenas agenciadores dessa exploração.

Sentindo-se, assim, inferiorizados frente à comunidade do Bugio, em virtude da posição privilegiada que estes ocupavam longe das vistas públicas, os líderes da Sede do Posto passam a insurgir-se decididamente contra a extração da madeira no óleo e insistem na intervenção do I.B.D.F. e da Polícia Federal (26).

Acompanhamos de perto esta intervenção. Um Delegado e três comissários da Polícia Federal, armados de revólveres e pequenas metralhadoras, deslocando-se em um veículo "Veraneio", chegam ao Posto e aí, junto com um engenheiro do I.B.D.F., o novo Chefe do Posto, Tiago de Tal e Tertuliano de Tal, armam o esquema de intervenção no Bugio.

Orientados pelos funcionários da FUNAI e por lideranças da comunidade da Sede, os interventores da P.F. e do IBDF dirigem-se de imediato ao Bugio tomando a estrada que passa pela localidade de "Wiegand".

Saimos antes deles tomando aquele caminho, levando alguns índios mais velhos, moradores da Sede que iam visitar parentes no Bugio (27). Fomos ultrapassados pelos interventores a meio caminho, antes de iniciar a subida da Serra do Bonsucesso.

Logo após, em direção contrária à nossa, estava descendo um caminhão carregado de toras. Foi imediatamente sus-tado pela viatura da P.F. e seu motorista vivamente interpelado pelos policiais, que o mandam descer do caminhão sob a mira de armas. Apresentou documentos e foi liberado. Sem dúvida, deve ter apresentado guias do I.B.D.F. em ordem.

Quando atingimos o alto da Serra, já na entrada para o óleo, encontramos a viatura policial estacionada ao lado do sedan "Volkswagen" de Tertuliano e os ocupantes dos dois veículos conversando ao lado. Estacionamos mais atrás e um dos policiais caminhou em nossa direção e pediu-nos que voltássemos dali, pois o Delegado não queria estranhos na área. Ficamos, então, de apenas levar os índios, todos idosos, que conosco estavam, até o Bugio e que, imediatamente após, voltaríamos. O policial aceitou a proposta e permitiu que continuássemos.

Pelo fato de Tert. tê-los informado de não haver ninguém tirando madeira no óleo naqueles dias, os interventores tomaram caminho em direção à sede do Bugio.

Um pouco mais adiante, os policiais encontraram um caminhão com peões a serviço de Leal de Tal (28), que estavam demarcando os limites das terras deste último com a Reserva indígena. No local já se encontravam também José de Tal e lideranças do Bugio, informados que foram dessa demarcação unilateral e sem controle.

Os peões foram intimados a abandonar a demarcação e o local e os policiais aproveitaram para enviar um aviso a Leal de Tal, de que iriam procurá-lo à tarde juntamente com o Chefe do Posto indígena.

Chegados ao Bugio, percebemos que os policiais, sempre de armas em punho, estavam reunindo as lideranças e ordenando-lhes que lhes mostrassem os locais das roças e dos desmatamentos. Observamos ainda que as mulheres e crianças achavam-se dentro das casas observando as ocorrências por portas e janelas. Os velhos que vieram conosco imediatamente se dispersaram pelas casas circunvizinhas.

Percebemos claramente a intenção de intimidar a comunidade, tanto por parte dos membros da P.F., quanto por parte dos funcionários da FUNAI. Mas, igualmente percebemos que as pessoas da comunidade do Bugio já estavam esperando por esta visita. Por isso mesmo, ninguém se surpreendeu, nem conseguiram os policiais flagrantes de extração de madeira, a não ser aquele da demarcação sem fiscalização dos limites de propriedade.

No dia seguinte obtivemos notícia do encontro dos policiais e do Chefe do Posto com o aludido proprietário e o que

ouvimos foi estranho. Ele afirmou aos que o inquiriram, que a demarcação já tinha sido requerida à FUNAI, mas, não tomando esta última nenhuma providência a esse respeito, ele mesmo tomou a iniciativa e responsabilizava-se pela exatidão da colocação dos marcos. As coisas ficaram por isso mesmo, pois, nas várias vezes que posteriormente por lá passamos, os marcos permaneciam firmemente fincados.

A conclusão a que se chegou, foi da ineficácia dessas intervenções pelo fato de que índios e madeireiros eram informados de antemão sobre elas, de tal sorte que dificilmente tomavam-se flagrantes realmente significativos da extração ilegal de madeira da Reserva. O engenheiro Aristides de Tal, na ocasião do depoimento exercendo a chefia de gabinete na Delegacia Regional do I.B.D.F.-SC, afirmou que a única explicação plausível que encontrava para entender tais vasamentos de informação, era a de que funcionários da Delegacia da FUNAI em Curitiba avisavam os madeireiros e índios.

NOTAS

1. Cf. SANTOS, 1973:208-229
2. Eduardo Hoerhan trouxe consigo alguns indivíduos Kaingang, devido à semelhança das línguas. Alguns brancos da região foram introduzidos como funcionários do S.P.I.
3. Esses "cafuzos" são caboclos oriundos do planalto norte catarinense e de lá foram expulsos pela Guerra do Contestado. Cf. SANTOS, 1973:290.
4. Foi dito por Erminio de Tal que os "cafuzos" e Guarani trabalhavam na roça dele por cr\$ 500 (quinhentos cruzeiros) ao dia, quando, em Blumenau, à mesma época, pelo mesmo tipo de serviço, pagava-se cr\$ 250 (duzentos e cinquenta cruzeiros) a hora de serviço (julho de 1983).
5. Nós mesmos, quando da promoção de exposição e venda de artesanato xokleng na FURB-Blumenau, presenciámos essa subordinação "consentida". Uma explicação possível dessas relações assimétricas foi-nos dada por Gregory Urban: nos mitos Xokleng sobre as origens, os Guarani são "encontrados à beira do caminho", sobrevivendo graças à desdenhosa aquiescência dos

- mesmos.
6. Isto não impediu que, quando do processo de indenização e distribuição de novas residências, Exped. "chamou de volta" os filhos casados, para ocuparem as frentes que lhes cabiam por "direito presumido".
 7. Cf. SANTOS, 1973:259-260.
 8. Por "frente", entende-se a prática de cada família tomar um pedaço de terra a partir da estrada ou do rio para os fundos e cultivá-la individualmente e/ou familiarmente.
 9. Cf. SOUZA, 1982:10.
 10. Não se trata propriamente de localidade, mas de uma região a nordeste da Reserva (cf. mapa nº 4, Anexo 1).
 11. O valor total em dinheiro estava orçado em aproximadamente 2.600 (duas mil e seiscentas) DRTNs, segundo nos afirmou Anselmo de Tal, Chefe do Posto na ocasião (set/1981).
 12. Ariovaldo, em reunião realizada com as lideranças da Sede na cidade de Ibirama, sob patrocínio da FUNAI, da Prefeitura Municipal de Ibirama e do I.B.D.F., afirmou preremptoriamente o direito de explorar "a sua parte ideal" da Reserva. Esta reunião foi realizada em 8, 9 e 10 de janeiro de 1985.
 13. Define-se por "aldeia potencial" um agrupamento parcial e temporariamente territorializado em vista dos interesses de um líder familiar.
 14. E preciso empregar o termo "aproximadamente" pelo fato de que alguns chefes de família dividiram os membros de tal forma que parte permaneceram morando na Sede enquanto outros dirigiram-se ao Bugio.
 15. As bocas dos dois túneis são protegidas por duas estruturas chamadas "tulipas". Ainda mais, para se poder trabalhar na barragem propriamente, foi necessário construir duas "ensecadeiras", barragens provisórias desviando o curso do rio. Entre as duas ensecadeiras é erguida a barragem principal. Vide fotografias no Anexo 3.
 16. Cf. SANTOS, 1973:218-229.
 17. As famílias que se deslocaram eram lideradas pelos Silva, por João e pelos Desidério e, a maioria delas, moravam acima da escola e da enfermaria do Posto. Deve-se fazer exceção à família de sr. Moreira, branco, casado com uma mestiça Kain-

- gang, que pertenciam à família de Desidério de Tal, à família de Espiridião e do próprio João de Tal.
18. Segundo os líderes da Sede, os motivos que levaram o Delegado da FUNAI a tomar essa atitude são os seguintes: evitar o pagamento de indenização as famílias a serem atingidas e facilitar a extração clandestina de madeira.
 19. Foi o que nos afiançaram Desidério de Tal, José de Tal e Faustino na reunião de 8 de janeiro de 1985.
 20. Tomamos conhecimento de que uma menina de nove anos faleceu de meningite por falta de transporte ao hospital. Isso ocorreu em abril de 1982 no Bugio.
 21. Deve-se ressaltar ainda que a localidade do Bugio presta-se a esse tipo de atividade clandestina pelas grandes dificuldades de acesso. Por dentro da Reserva, o acesso só é possível por picadas que atravessam a floresta. Com veículos tem-se de efetuar longos contornos: o primeiro, através da localidade de Rio Wiegand e Bonsucesso (município de Itaiópolis) com quarenta quilômetros de percurso; o segundo, através de Barra Daeniken, rio da Prata e, novamente, Bonsucesso, com aproximadamente a mesma distância.
 22. Dentro do universo da "cultura de contato", cria-se a ideologia do "branqueamento", forma de manter a subordinação das classes da base da pirâmide social (cf. SANTOS, 1973:257).
 23. A lentidão do retorno monetário se dá tanto pela própria atividade agrícola de subsistência (comercialização somente do pequeno excedente), quanto pelos entraves burocráticos da FUNAI. Vários índios afiançaram que sementes e outros insumos chegavam após a época apropriada de plantio, inviabilizando a própria atividade agrícola. Para fugir desse círculo vicioso e que Ariovaldo defendeu na reunião de janeiro de 1985 a apropriação privada da madeira da Reserva.
 24. Conversamos com moradores de Barra Dollmann e afiançaram-nos da venalidade de alguns funcionários da FUNAI. A esposa de camioneiro autônomo afirmou que seu marido negociava com determinado funcionário lotado na Delegacia de Curitiba, Tertuliano, bem como com membros da família Faustino.
 25. Tertuliano costumava ameaçar os índios sacando o revólver acintosamente e apontando-o contra eles. Outro fato ocorrido:

tendo, certa feita, Dr. Urban morto acidentalmente um pássaro de propriedade de Tertul., este último jurou, frente a índios, matá-lo pelo ocorrido. Outros índios, cientes da ameaça, cercaram a Sede do Posto, onde estava Tertul., e, portando armas, avisaram-lhe que, se alguma coisa ocorresse a Dr. Urban, eles o matariam sem piedade. Tal episódio demonstra a descuidada da FUNAI na seleção de pessoal para trabalhar nos Postos indígenas. O episódio foi narrado por Urban.

26. O maior temor desses líderes era a aceleração da migração em direção ao Bugio, vindo a perder assim, sua clientela.
27. E apreciar os acontecimentos. A tática utilizada pelas famílias era a de terem membros morando na Sede e no Bugio e, assim, obterem as informações e benefícios de ambos os "lados"
28. Leal de Tal é rico proprietário de terras e madeireira no município de Benedito Novo e Timbó.

CAPÍTULO IV - Identificando basicamente brancos e

CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

2. A comunidade indígena da Reserva apresenta a seguinte estrutura social:

1. As divisões políticas internas da comunidade da Reserva a partir de um processo histórico de estratificação.

1.1. Xokleng e Kaingang

A comunidade da Reserva indígena de Ibirama apresenta bom material para análise teórica de um processo complexo de estratificação social. Identifica-se pelo menos duas ordens de explicações: a primeira, como um processo de estratificação inter-étnica e a segunda, como um processo de estratificação modelado pelas classes sociais existentes na Sociedade capitalista envolvente. A intenção é, primeiramente, expor a presente situação social da comunidade.

Na fase de "pacificação" (setembro de 1914), os Xokleng, já de início, tiveram de se haver com algumas famílias Kaingang e funcionários do Serviço de Proteção ao Índio - S.P.I.

Na década de 40 (1), são admitidos na Reserva "cafuzos" (2), na verdade caboclos mestiçados com negros, que se subordinam aos índios locais.

A partir do início da década de 50 (3), fixam-se as primeiras famílias Guarani às margens esquerdas do rio do Toldo e do rio Hercílio (Itajaí do Norte).

À par dessas imigrações típicas, ocorrem, ao longo de todo o período, a entrada de brancos, ou como cônjuges, ou por "concessão" de funcionários do órgão tutelador (4).

Estabelecem-se relações assimétricas entre os membros da Comunidade e os símbolos apropriados para a diferenciação com relações de subordinação são primeiramente as diferenças étnicas.

Desta forma, constata-se a presença das categorias seguintes:

a) "índio puro" - tanto Xokleng, quanto Kaingang e também os mestiços xokleng-kaingang;

b) "mestiço" - significando basicamente brancos e mestiços índio-branco;

c) "cafuzo" - indivíduos pertencentes ao "povo do sr. Machado" (5);

d) "guarani" - os indivíduos pertencentes à aldeia Guarani, ou seus descendentes diretos.

De cada um desses grupos, existe a possibilidade de identificação de pessoas e de práticas sociais que tipificam a estratificação acima descrita de forma sumária.

1.1. Xokleng e Kaingang

A categoria "índio puro", antes de ser entendida como étnica, é manipulada ideologicamente como oposta aos interesses daqueles que usufruem da Reserva sem ter direitos históricos sobre ela. Dessa forma, "índio puro" é aquele que possui todos os títulos históricos de acesso à terra e, no entanto, é espoliado deles por membros da sociedade envolvente.

No entanto, esta manipulação deixa entrever sua base étnica no momento em que formalmente todos os habitantes do Posto indígena aceitam que se torna necessário haver ascendentes entre "aqueles que foram pacificados em 1914". Isso faz com que o apoio daquelas pessoas, que etnicamente descendem dos "pacificados", sejam apreciados como aliados em determinadas circunstâncias.

A constatação feita da manipulação desse conceito "índio puro" induziu à conclusão que a posição social das pessoas na Reserva é determinada por mais variáveis além dos caracteres etnográficos. Essas outras variáveis incluem posições econômicas e políticas dentro da estrutura social da comunidade da Reserva.

Inferre-se daí que o fato de ser Xokleng, Kaingang, ou descendente de ambos, não confere por si só o prestígio de estamento superior, mas sim, a característica de "peça de manobra" no quadro político geral da comunidade da Reserva. Aconteceu por diversas ocasiões de presenciarem-se demonstrações ostensivas de pobreza por parte de pessoas que possuíam recursos econômicos maiores unicamente para serem identificados como "índios puros" em oposição à "ostentação" de mestiços.

De outro lado, continua a manifestar-se fortemente

o fenômeno ideológico de "branqueamento", fenômeno já observado por SANTOS (1973:257) na própria Reserva de Ibirama, bem como analisado por RIBEIRO (1977:397) e OLIVEIRA (1972:42-51) como uma constante nas relações inter-étnicas acontecidas entre povos indígenas.

Essa contradição é manipulada pelos habitantes da Reserva em dois sentidos: enquanto o discurso é dirigido "para cima" é necessário que seja o personagem identificado como "índio puro", portanto pobre e indefeso. Quando o discurso é endereçado "para baixo", o personagem procurará "branquear-se", assumindo atitudes e trejeitos característicos dos membros da sociedade envolvente e dominadora.

O vetor "para cima" identifica a direção do "Pai": primeiro, a própria FUNAI e, por detrás dela, quaisquer membros de aparelhos governamentais (6). Secundariamente, esse vetor identifica para os "índios puros" todos aqueles de quem possam angariar benefícios e vantagens, tanto instituições, como pessoas: CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e órgãos assemelhados, Igrejas, Universidades, professores, padres e pastores, etc. Bem como aqueles que, por serem parentes, possam proporcionar descendentes.

1.2. Os mestiços e o processo de branqueamento

Já na primeira década do Posto Indígena, iniciou-se o processo de miscigenação (7). Famílias Kaingang, brancos das localidades vizinhas, caboclos e, por fim, Guarani, foram deixando descendência, ou por casamento, ou por uniões ocasionais e "prostituição" (8).

Em sentido estrito, somente os descendentes dessas uniões seriam mestiços. Novamente, porém, intervêm fatores ideológicos de natureza étnico-política e "mestiço" torna-se uma categoria relativamente elástica no universo social da Reserva.

De um lado, tem-se o mestiço como um "intermediário" no processo de branqueamento (9) e, neste sentido, ele é superior, está "mais acima" e "mais para fora" da comunidade da Reserva. Noutro sentido, ele é quase um marginal na comunidade, visto com desconfiança pelos "índios puros", como uma ameaça constante, uma vez que possa predispor-se a tomar o lado do branco contra os índios em qualquer pendência.

Durante a pesquisa, essa qualificação de "margi-

nal" foi percebida quando da constatação da rejeição, por parte de muitos índios, da pessoa de Exedito de Tal. -- Ele mesmo, em entrevista, atribuiu essa rejeição à inveja pelo fato de possuir muitos bens(10), ser casado com uma mulher branca(11) e "gostar de trabalhar".

Pelo lado dos índios, isto é visto como traição. "Nós o criamos; se não fosse por nós, ele teria morrido de fome", assim se expressou Erminio de Tal, velho índio, ainda com vestígios do furo do tembetá no lábio inferior. "Agora se coloca contra nós" continua, "e não defende nossos interesses".

Da mesma forma, Pedro de Tal, e seu irmão, Antônio de Tal, bem como a família Tristão e a família de sr. Moreira, a família Antunes e a família de sr. Brighetto, representam a invasão do branco, enquanto penetram no interior da comunidade pelo casamento e pelo conseqüente "direito" de apossar-se de uma parcela de terra dentro da Reserva sob o título de "mestiço".

Quanto ainda à manipulação dessa categoria "mestiço", convém ressaltar o prestígio atribuído à união com o homem branco por parte das mulheres índias e aos conseqüentes descendentes. Dna. Ana, que se orgulha de ser índia pura ao falar de seu pai e de seu irmão(12), preza-se no entanto de ter marido "alemão"(13), de saber cozinhar tão bem quanto uma branca e de ter um filho que mora e trabalha entre os brancos(14).

As mulheres transformam-se assim, em agentes da distribuição e exercício do poder dentro da Reserva enquanto preferem os brancos como maridos ou parceiros sexuais, dado também anotado em SANTOS(1973:256).

1.3. Cafuzos e Guarani

Na pesquisa realizada, não se chegou a investigar especificamente esses estratos sociais, mas, colheu-se suficientes dados e impressões para se chegar à conclusão que os cafuzos especialmente são os pobres dentre os pobres, segmento inferior e na dependência dos demais. As expressões usadas relativas aos cafuzos eram todas eivadas de desdenhoso paternalismo: "a gente cuida deles e dá serviço para eles". Os cafuzos com que se contactou trabalhavam para a família de Faustino, Riobaldo, filho des-

te, tendo se instalado na velha Sede do Posto na margem esquerda do rio Hercílio, aloja ali consigo famílias de cafuzos dedicados a seu serviço. Quanto aos Guarani, embora submissos, levam vida relativamente isolada na margem esquerda do rio do Toldo e do rio Hercílio. Mantêm suas próprias roças (15) e fabricam artesanalmente objetos imitando utensílios e instrumentos indígenas e até mesmo imitações de revólveres, facas, instrumentos musicais e outros.

Erminio de Tal afirmou que utilizava o trabalho de Guarani para o plantio de suas pequenas roças de milho e feijão. Chegou a mostrar a roça que fez desta forma em 1982. Igualmente, foi possível observar uma operação comercial entre José de Tal e alguns Guarani. O primeiro comprou em consignação alguns lotes de objetos de artesanato para pagar posteriormente, sem data e nem valores definidos previamente. O mesmo procedimento foi observado em transação comercial entre eles e André de Tal.

2. Articulações entre facções, ocorridas entre fevereiro de 1982 e janeiro de 1985

2.1. Definição das facções

No decorrer dos trabalhos da pesquisa, foram identificados três pólos de liderança, ao redor dos quais se aglutinam as famílias da Reserva indígena. Esses pólos de liderança são designados no presente trabalho como "aldeias potenciais", cuja definição sumária pode assim ser expressa: um agrupamento parcial e temporariamente territorializado em vista dos interesses de um líder familiar.

Quando do início da pesquisa, a primeira percepção significativa foi a dispersão territorial das residências na Reserva. Posteriormente, entretanto, foi possível perceber-se nucleações geo-espaciais dessas mesmas residências. Essas primeiras nucleações percebidas foram a Sede do Posto, o núcleo dos cafuzos, a aldeia Guarani, a aldeia do Bugio e o conjunto das residências acima dos edifícios da enfermaria e da escola, que, por comodidade, será designado como "Daeniken" (16).

Para o entendimento do esvaziamento que se verifi-

cou em Daeniken, foi necessário buscar a compreensão de como articulavam-se as lideranças existentes na comunidade. Partindo do pressuposto de que alguém almejando liderança afastou-se dos líderes já estabelecidos, é possível conjecturar que essa pessoa escolheu um sítio que lhe favoreça atrair clientes. Desse modelo, então, foi possível deduzir a definição de "aldeia potencial" e foi possível também entender porque a exploração ilegal da madeira tornou-se fator decisivo na definição final do quadro político da comunidade da Reserva.

A exploração da madeira fornece aos moradores da Reserva a principal fonte de recursos para o sustento diário, como já foi ressaltado no capítulo anterior. Mas, além disso, essa atividade econômica fornece recursos para que se possa sustentar uma clientela. Assim pode-se explicar porque sr. José de Tal, com sabidas pretensões ao cacicado, escolheu residir em Daeniken após seu exílio(17).

O esvaziamento demográfico do Daeniken em direção ao Bugio, já percebido por Urban em 1982, e o deslocamento de José de Tal para o Bugio, vem confirmar a operacionalidade explicativa do modelo. Torna-se necessário agora a determinação descritiva das aldeias potenciais.

A Sede do Posto possui características específicas em termos de "aldeia potencial". Primeiramente, por sediar edificações e alojar funcionários de uma agência governamental, a FUNAI. Essa característica confere-lhe uma "gravidade" várias vezes maior, uma vez que praticamente todos os moradores da Reserva possuem relações administrativas e dependência de serviços com o órgão estatal. Essa característica faculta ao líder, ou líderes, da aldeia potencial "Sede", instrumentos extraordinários para "segurar" clientela.

Esse aspecto é acentuado pela circunstância de que vários membros da família Faust são funcionários remunerados da FUNAI e exercem funções como de motorista (Tadeu), motorista (Tadeu), enfermeiro (Marcelino de Tal), e serventes (Espiridião e André), respectivamente, filho, genro, cunhado e genro natural de Faustino, o cacique do Posto.

A aldeia potencial do Bugio estabeleceu-se em condições severamente precárias e, enquanto as lideranças da Sede

tiveram poder para tanto, impediram todo e qualquer implemento que minorasse tal situação. No entanto, a persistência do "cisma" é explicável pelo motivo seguinte: a localidade é a mais afastada da Sede favorecendo, assim, tanto o desenvolvimento de lideranças independentes, como o acesso e exploração clandestina de madeira.

Em 1984, as lideranças do Bugio, graças à aplicação de parte dos recursos da indenização pelas terras e benfeitorias, pagas em setembro de 1983 pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento- D.N.O.S., conseguiram equipar a incipiente comunidade com edificações comunitárias, com meios de locomoção e, com isso, obtendo foro semelhante a de Sede de Posto. Atualmente contam com escola, enfermaria, capela e veículo a serviço da comunidade.

2.2. Processos de definição das atuais divisões políticas da Comunidade

Em fevereiro de 1982, constatou-se a existência de um dipolo político: de um lado, a família Faustino, aliada a Expedito e demais famílias de mestiços e, em franca oposição a eles, as famílias residentes no Bugio, então lideradas formalmente por Desidério de Tal e efetivamente por João de Tal, por sua vez aliados a José de Tal.

A aliança da família Faust.com Exp. e os mestiços explica-se pelo receio de esvaziamento da Sede em direção ao Bugio. A postura de Exp. em relação à ocupação do Bugio era de severa reprovação de acordo com depoimento que prestou em entrevista, reproduzida em anexo ao presente trabalho. Essa definição de Exp. quanto a esses fatos, tornava-o aliado útil à família de Faustino, enquanto tentavam igualmente segurar a evasão em direção ao Bugio.

Para Exp., a aliança com Fau. foi necessária enquanto lhe garantiu acesso a terras na margem direita do rio do Tol-do. Em abril de 1982, aconteceu um incidente de grande gravidade ilustrando dois aspectos: porque foi útil a Exp. a aliança com a família Faust. e, mais grave, a disputa de terras agricultáveis na Reserva. Foi a mais grave manifestação de violência física a que se assistiu no Posto no período de tempo em que se fez a

pesquisa. Dá-se, a seguir, um breve relato do ocorrido.

Em abril de 1982, Exped. procurou Fau. solicitando-lhe que, usando de sua autoridade como cacique, desalojasse Aprígio de uma gleba na margem direita do rio do Toldo. Aprígio era sobrinho de Exp. (18) e, segundo depoimento deste último, o sobrinho estava cultivando terras que dera à sua irmã e que lhe seriam devolvidas assim que ela não quisesse mais ocupá-las. Aprígio alegava que já há dois anos cultivava a terra para sua mãe e que esta lhe cedera o direito sobre a mesma.

Faustino, acompanhado de Tadeu, seu filho, e de mais dois homens, foi até o local e procurou convencer Aprígio a abandonar com sua família aquela "propriedade" de seu tio. No entanto, tendo conhecimento do que estava ocorrendo, José de Tal, acompanhado de seu genro Tercílio e de Reinaldo, irmão de Faustino, encontravam-se no local e insistiram com Aprígio que não acatasse a ordem dele, pois tinha direitos certos sobre aquela gleba. Fau. insistiu e, frente à desobediência, avançou e tomou o braço de Aprígio. Este, intempestivamente sacou um punhal e perfurou o ventre de Faust.. Seu filho Tadeu, em defesa do pai, acertou com uma foice a parte superior do crânio de Aprígio. Caídos os dois contendores, os demais passaram a socorrê-los, levando-os ao Hospital em Ibirama. Nenhum dos dois veio a falecer em virtude dos ferimentos.

As consequências desse episódio foram as seguintes: Aprígio deixou a terra com o cultivo que estava em cima e deslocou-se para o Bugio, após curado de seus ferimentos. Reinaldo, dizendo-se ameaçado por membros da família de seu irmão, mudou-se também para o Bugio. Deve-se ressaltar ainda que ambos moravam no Daeniken.

Outra consequência do fato observado é o reforço da justificativa de José de Tal para sua atitude de incitar Aprígio para que não obedecesse a Fau.: o cacique fez aliança com os mestiços contra os "índios puros". Deve-se ressaltar que os líderes do Bugio proclamavam sua nova comunidade como sendo constituída pelos "índios puros". Desta forma, mais famílias convenciavam-se da conveniência da migração ao Bugio.

Uma conclusão possível do episódio é a disputa por terras altas para agricultura em virtude do futuro alagamento.

Soube-se mais tarde que Exp. precisou daquelas terras para alugar um genro branco, naquela ocasião morando em Joinville-SC. Sua intenção seria aumentar sua cota de indenização, uma vez que o DNOS se recusava indenizar todas as benfeitorias que construiu em sua "frente", entendida por ele como "propriedade".

O fato de Exp. considerar como sua propriedade as terras que usava, era considerado por muitos índios uma provocação. Levou tal consideração a termo, de tal sorte que mandou cercar com arame farpado uma gleba de mais ou menos 2,5 ha. (dois e meio hectares), transformada em invernada para engorda de gado.

Dentro de todas essas circunstâncias, a aliança de Faust., Exp. e os mestiços serviu para justificar em parte a permanência da aldeia potencial do Bugio, mesmo frente a dificuldades muito grandes. Serviu também para desgastar a liderança de Faust., aliada ao "nepotismo" e ao uso abusivo dos equipamentos comunitários por parte da família de Faustino.

Esse quadro também explica parcialmente a aliança de José de Tal com João, Desidério e os Nobre. Mas, parece que o fator decisivo foi o esvaziamento da aldeia potencial do Daeniken. A liderança de José de Tal sobre essa aldeia potencial não possuía mais os recursos suficientes para atrair clientela. Entretanto, as ambições dele no sentido de conquistar o cacicado não permitiam que perdesse clientela de forma tão acentuada.

Sua primeira opção, pois, foi aliar-se aos líderes da nova aldeia potencial, o Bugio. Com isso, pretendia atingir dois objetivos consecutivos em escala ascendente: absorver as lideranças em atuação no Bugio e, posteriormente, ascender ao cacicado geral do Posto indígena.

Para atingir o primeiro degrau, José de Tal empreendeu várias viagens (19) com a finalidade de angariar recursos para o Bugio. Quanto ao segundo degrau em direção ao cacicado, teve de buscar outras alianças, pois, ao final de 1982, João, aliado agora a seu irmão (20), descartou as demais lideranças.

Duas são as explicações plausíveis para a afirmação da liderança de João sobre a aldeia potencial do Bugio: ter fixado residência efetiva na localidade e ter sido bem sucedido em negociações com madeira conseguindo, dest'arte, manter uma clientela razoavelmente satisfeita. Com isso, pôde dispensar a

aliança com José de Tal por primeiro e, depois, dispensou Desidério (21).

Depois disso, Faustino e José reunem-se após aquele ter dissolvido sua aliança com Exp. e o segundo ter sido desalojado por João. Essa aliança, entretanto, trouxe mais instabilidade e indefinições para dentro da aldeia potencial da Sede e à toda comunidade do Posto indígena. A causa dessa maior instabilidade é, em primeiro lugar, a ambição de José de Tal pelo cacicado e, por outro lado, a fraca atuação de Faust. e o nepotismo a enfraquecer sua ascendência sobre seus clientes tradicionais.

Para tornar factível sua aspiração ao cacicado, José de Tal mobiliza-se intensamente em princípios de 1983 para conseguir obter da FUNAI e do DNOS a indenização pelas terras e benfeitorias a serem atingidas pelo barramento do rio Hercílio. Em fevereiro deste mesmo ano bloqueia os trabalhos de abertura da nova estrada de contorno na margem direita tomando as máquinas e impedindo que os operários da empresa Geuirós Galvão possam ter acesso às mesmas. Com isso, consegue uma reunião com o próprio Presidente da Funai na Sede do Posto e a sua promessa de que a indenização sairá no valor solicitado (22).

O quadro que se tem, após todas essas ocorrências, é de que a comunidade do Posto indígena de Ibirama sofreu uma cisão irreparável, cisão esta, que se mostrou em toda sua virulência na reunião promovida pela Delegacia da FUNAI, pela Delegacia do IBDF e a Prefeitura de Ibirama em 8, 9 e 10 de janeiro de 1985 (23).

Esta reunião, com a finalidade expressa de tentar re-unificar a comunidade e coibir a exploração ilegal da madeira da Reserva, mostrou-se inútil e mais: evidenciou o propósito oculto daqueles que, de fora da comunidade, instigam as dissensões pretendendo com isso enriquecer com o trabalho e os bens dos membros da comunidade indígena.

Ariovaldo, pretendendo justificar a exploração econômica de características privatistas que exerce no Bugio (24), afirmou publicamente nesta reunião que se julgava no pleno direito de usufruir as boas coisas que os brancos usufruem, o que lhe era garantido pela floresta deles.

3. O processo de indenização

O que foi referido anteriormente, sobre o desgaste das lideranças ocorrido especialmente na Sede, em grande parte deve ser atribuído ao longo e desgastante processo de indenização das futuras perdas com o lago de contenção e com as perdas ocorridas com as enchentes provocadas pelas obras da barragem.

A primeira consideração quanto a esse processo, que deve ser levada em conta, é a lentidão com que foi conduzido. Do início das obras, em 1976, até o pagamento da indenização, em setembro de 1983, passaram-se sete anos. Durante esse período, as promessas e explicações dos órgãos responsáveis pela obra, como também da própria FUNAI, eram indefinidas, sem explicitações de critérios e valores da indenização. A insegurança dos moradores era total com ausência completa de qualquer tipo de informação.

A pressão provocada por essa insegurança sobre o futuro das formas de subsistência do grupo, resultou no desmantelamento, pelo menos parcial, dos sistemas de lealdades, já precariamente estabelecidos pelos fatores anteriormente analisados.

A segunda consideração a ser ponderada diz respeito aos próprios critérios adotados quando da definição de valores e famílias a serem beneficiadas. Quanto a isso, tem-se de levar em conta as duas formas de perdas havidas: as perdas causadas pelas inundações provocadas pelas obras da barragem e as perdas futuras a serem causadas pelo lago de contenção.

Quando do levantamento das perdas e prejuízos das enchentes de agosto de 1979 e de dezembro de 1980, o DNOS e a FUNAI deixaram de levantar prejuízos por razões como ausência do chefe de família na residência e, em outras, não levaram em consideração a existência de visitantes e/ou parentes no momento do levantamento e, em outras casas ainda, deixaram-se "lograr" como o aceitar perdas não havidas, e assim por diante. Concluiu-se que o levantamento foi feito sem critérios definidos em cima de conhecimento sociodemográfico da Comunidade. Ora, isto resultou em inumeráveis lamúrias e queixas com conseqüente perda de confiança, não só nos agentes do governo, mas, nas próprias lideranças internas.

No tocante ao processo de indenização pelas perdas

e danos a serem causados pelo lago de contenção, houve igualmente a adoção de critérios que aparentaram haver sido construídos com desconhecimento da realidade sócio-econômica e cultural da Comunidade. A medida de repercussão mais negativa foi a determinação do número de novas casas a serem construídas. Esse número foi arbitrado pela quantidade de casas a serem atingidas pelo futuro lago sem levar em conta que muitas delas estavam sendo ocupadas por mais de um casal, envolvendo famílias extensas e/ou famílias nucleares em formação. Da mesma forma incorreta, ocorreu a distribuição das casas novas após prontas, quando então se atendeu apenas parte das lideranças e dos chefes de família, sentindo-se algumas dessas famílias profundamente lesadas.

Foi o que ocorreu com José de Tal. Embora sua casa atual no Daeniken não vá ser atingida, no entanto julgava-se no direito de atender também sua clientela. Em uma espécie de protesto, passou a morar na Sede anterior do Posto, na margem direita, juntamente com seu genro Tercílio. Além de protesto, isto também lhe serve de excelente posto de observação e controle das lideranças da Sede em sua nova localização na margem esquerda do Hercílio. A argumentação de José de Tal e de sua clientela não atendida em sua reivindicação de nova residência funda-se na suposição de que a FUNAI deixou somente a Faustino e à sua família a tarefa de distribuição das sessenta e três novas casas e que atenderam somente a si mesmos e aos mestiços.

Quanto à indenização pelos 831 ha. (oitocentos e trinta e um hectares) de terras a serem inundados pelo lago peridico, o DNOS aceitou os valores propostos por José de Tal (25), como também aceitou os valores pelas benfeitorias e pela madeira, cuja retirada deverá ser necessária. Essa aceitação de preços acabou por melindrar os familiares de Faustino e que, com a "vitória" de José de Tal, sentiram-se diminuídos perante a clientela.

No entanto, foi a partição do "bolo" monetário da indenização, que espelhou melhor o estado de desagregação da comunidade indígena. E espelhou-o de duas maneiras: na partição entre as aldeias potenciais e grupos subordinados e na partição e uso das quotas familiares.

Em setembro de 1983, a soma total recebida em ORTNs

(26) foi 40.366,6 (quarenta mil trezentos e sessenta e seis vigésimos e seis ORTNs). Deste valor, 28.962,6 ORTNs (vinte e oito mil novecentas e sessenta e duas ORTNs.) foram destinadas às famílias da Sede; 9.733,0 ORTNs (nove mil setecentos e trinta e três ORTNs.) às famílias do Bugio e, aos Guarani, 1.671,0 ORTNs. (um mil seiscentas e setenta e uma ORTNs.). Aos cafuzos, nada foi destinado.

Algumas particularidades desta distribuição devem ser analisadas para que se aquilate a extensão do processo desagregador.

Na aldeia potencial da Sede, houve discordâncias quanto a quem caberia participar da indenização, bem como a forma e quantitativos de participação. Novamente veio à tona a profunda divisão entre as lideranças dessa aldeia potencial. E a prosopopéia utilizada foi a distinção entre "índio" e "mestiço".

Chegaram ao consenso de que mestiço de terceira geração não recebesse nada e que a quantia fosse dividida igualmente entre as 128 (cento e vinte e oito) famílias nucleares que atendessem ao critério estabelecido. No entanto, entre os mestiços houve gritas no sentido de que alguns deles, de primeira e segunda geração, também foram excluídos e outros, de terceira geração até, foram aquinhoados por estarem ligados à família de Faustino (27).

No Bugio, as lideranças conseguiram fazer com que boa parte da indenização recebida fosse aplicada em melhorias comunitárias como serviço de água e rede elétrica da CELESC nas residências. Para completar o preço dessas instalações, vendeu-se mais madeira clandestinamente...

Os Guarani foram muito prejudicados em seu entender, pois, se lhes tinha destinado 7.241,2 ORTNs, reduzidas por ingerência dos líderes da Sede a 1.671,0 ORTNs.. Através dessa circunstância, é possível aquilatar o nível de subordinação a que estão sujeitos. E, mais ainda, o abandono a que estão sujeitos os cafuzos, para os quais é negado qualquer direito na Reserva, que não seja o de trabalhar para os outros.

NOTAS

1. SANTOS, 1973:290

2. Idem
3. Ibidem
4. Consta que Eduardo concedeu favores especiais ao sr. Brighe -
tto por este ter assassinado Lili Priprá a seu mando. Es-
cutamos esta afirmação de Ana, cozinheira do Posto em feve-
reiro de 1982.
5. Ibidem. p.290.
6. Sr. José de Tal, em diversas reuniões que assistimos, usou as
expressões: "A FUNAI é nosso pai", "o governo de Brasília é
nosso pai".
7. SANTOS, 1973:256.
8. O estereótipo "prostituta" é aplicável quando entendido do ân-
gulo da ética da sociedade regional envolvente. De fato, não
é esta a perspectiva das mulheres índias da Reserva (SANTOS,
1973:256).
9. SANTOS, 1973:257.
10. Bens de Exped. dos quais tivemos conhecimento: casa e outras
construções ultrapassando 300 m2 de área construída; inverna-
da com cerca; quatro vacas leiteiras (fev/82); dois alqueires
(2,5 ha.) de feijão e dois de milho (fev/82); conta corrente e
poupança em agência bancária de Ibirama; caixa postal na agên-
cia do Correio em Ibirama.
11. SANTOS confirma a vantagem dessa união em termos de prestí-
gio social e econômico (1973:256).
12. Respectivamente Vanhoecue Táie e José de Tal.
13. Jacé de Tal.
14. Setembrino de Tal, adotado como filho.
15. Os Guarani mantêm para seu consumo uma variedade específica
de milho, de cujas características alimentares geneticistas
da FURB estão iniciando estudos.
16. Barra Daeniken é uma localidade que se extrema a noroeste da
Reserva. José de Tal é o último morador ainda dentro da Re-
serva (cf. mapa nº 4, Anexo 1).
17. No final da década de 60, José de Tal foi transferido ao Pos-
to de Nonoai-RS, por "rebeldia". Foi nos dito por ele mesmo
em entrevista.
18. Filho de sua irmã, Amaralina.
19. Fez viagens à Brasília (sede da FUNAI), à São Paulo (Comis-

27. são Prá-índio), à Xanxerê (Secretaria Regional do CIMI), sempre passando antes por Blumenau com a finalidade de angariar mais algum dinheiro e refeições. No início (1982), levava consigo João de Tal, Desidério de Tal, membros da família Nobre. A partir de 1984, viaja somente acompanhado de seu genro, Tercílio de Tal.
20. Ariovaldo não subiu ao Bugio com os primeiros que para lá se dirigiram. Juntamente com Tarcísio, dedicava-se ao plantio de feijão, milho e mandioca. Em entrevista, criticou a exploração de madeira no Bugio. Tanto Ariovaldo como Tarcísio, moravam um pouco acima da Capela da Sede (cf. mapa nº 4).
21. Espiridião, cacique do Posto, liderou a migração ao Bugio. No entanto, voltou, logo após, a morar na Sede. Atribuimos esse retorno a duas causas: é cunhado de Faustino e serviria de "olheiro" para a família Nobre na Sede. A respeito dessa lealdade, observamo-la também em André de Tal, genro legal de Bernardo; mas, essa mulher de fato é filha de Faustino. Digase de passagem, que o pai de André mora no Bugio. Ao contrário disso tudo, Desidério sempre residiu na Sede, ao lado da Capela.
22. Esta reunião ocorreu no dia 13 de março de 1983, após a visita do ministro Andreazza à barragem em 5 de março.
23. Também participamos desta reunião.
24. Os dois irmãos possuem, a título privado, um trator e um caminhão para a retirada da madeira.
25. José de Tal consultou técnicos da FURB, em fevereiro de 1983, para saber o preço pago na região por um hectare de terra plana de plantio.
26. Para melhor referência, damos a seguir, em quadro, os valores da indenização, tanto em ORTNs, quanto em salários mínimos:
- QUADRO Nº 4

grupo	CR\$	sal. minim.*	ORTN**
Sede	155.987.916	4.485,50	28.962,60
Bugio	52.420.191	1.507,37	9.733,00
Guarani	9.000.000	258,80	1.671,00
TOTAL	217.408.197	6.251,67	40.366,60
* CR\$ 34.776 (agosto/83)		** CR\$ 4.963,91 (agosto/83)	

CONCLUS&ES

As proposi&ões a serem concluídas do presente estudo de caso podem ser classificadas em dois grupos: o primeiro desses grupos, ou classes de conclus&ões, é de ordem da compreensão dos fenômenos observados e o segundo grupo diz respeito à explicitação de atitudes e ações político-ideológicas por parte dos vários segmentos e organizações envolvidos nos acontecimentos relatados.

Entendendo-se por "fric&ão interétnica" o processo histórico pelo qual etnias dominantes subordinam outra etnia através de relações sociais assimétricas, semelhantemente ao que ocorre entre as classes antagônicas em uma estrutura capitalista de produção, conclui-se que a comunidade indígena de Ibirama faz parte de um processo de "fric&ão interétnica" na qualidade de etnia subordinada. A comunidade indígena em análise apresenta caracteres culturais de uma "cultura de contato" ou seja, apresenta uma série de "arranjos" entre sua cultura tradicional e elementos culturais assimilados da cultura dominante que a circunscreve, uma vez que essa "circunscrição-processo-de-domação" não lhe permite desenvolver autonomamente seus valores culturais em contato simétrico.

Os interesses da sociedade envolvente estimulam o desenvolvimento de atividades econômicas que, em última análise, irão resultar na maior depauperação do patrimônio comunitário. Esses interesses regionais, antagônicos em relação aos interesses da comunidade indígena, são de duas ordens: primeiramente, a apropriação das riquezas florestais da Reserva através do aviltamento do preço pago pela madeira aos membros dessa comunidade; em segundo lugar, enquanto a parte mais adequada à agricultura dentro da Reserva servirá de reservatório para a contenção de cheias, livrando as cidades a jusante de danos maiores.

Também a tutela exercida pela FUNAI sobre os interesses da comunidade caracteriza-se como frouxa, ineficaz e infiel. A tutela é frouxa como se pode verificar, pela desatenção da FUNAI em promover o desenvolvimento adequado da comunidade

indígena em termos sociais e econômicos, de tal forma que seus integrantes tivessem garantido um padrão adequado de vida, condizente com a dignidade humana. A tutela é ineficaz, enquanto os interesses da comunidade são contraditados e obstruídos em sua promoção, sem que haja defesa desses interesses inteiramente legítimos. Por último, essa tutela é infiel, enquanto que, por desídia e ganância, alguns funcionários da FUNAI, mancomunados com empresários regionais, permitem a delapidação do patrimônio indígena.

Essas características da tutela da FUNAI mostraram seus efeitos danosos quando da luta da comunidade indígena pela indenização de suas terras e benfeitorias. O DNOS pôde protelar o pagamento dessa indenização por sete anos, sem que a FUNAI tomasse qualquer iniciativa mais efetiva para apressá-la. A FUNAI sequer gestionou o levantamento adequado do valor monetário da indenização. Membros da comunidade mobilizaram-se para propor valores ao DNOS.

Quanto às licitações para retirada da madeira, tanto para as novas roças no Bugio, quanto da madeira a ser coberta pelo lago da barragem, houve, por parte da FUNAI, ausência de fiscalização efetiva da saída da madeira e, quanto à conduta de alguns funcionários, existe no seio da comunidade sérias desconfianças de que não foi honesta.

Colocados assim em uma posição subordinada aviltante, e, tendo introduzido em seu seio contradições históricas entre grupos de origens étnicas diversificadas, a comunidade indígena de Ibirama acabou por dividir-se politicamente com consequências que reforçaram a dependência e a exploração por parte dos regionais. Esses conflitos de interesses estão se radicalizando de tal forma que se teme por sua irreversibilidade. Em virtude dessas mesmas rivalidades, as riquezas da floresta que cobre a Reserva indígena poderão se esgotar em um período não muito distante, sem que a comunidade como um todo usufrua delas. Ao mesmo tempo, algumas famílias da comunidade tendem a estabelecer relações econômicas e sociais assimétricas com os demais pelo fato de se apropriarem privadamente de parte dos meios de produção.

Quanto à construção da barragem, prestou-se como

acelerador do processo de desintegração social da comunidade enquanto propiciou o aumento das tensões internas. Essas tensões manifestaram-se em episódios como a disputa de terras altas, ocorridas entre tio e sobrinho, e na incapacidade de a comunidade aglutinar-se ao redor de uma liderança forte, na busca dos seus interesses reais.

Ainda quanto ao estudo dos efeitos da construção de grandes obras de engenharia, estão sendo realizadas pesquisas pelo GECCEN-PPGCS-UFSC (Grupo de Estudos de Obras de Engenharia-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais-Universidade Federal de Santa Catarina). Já foram elaborados vários estudos e pesquisas, dentre os quais cita-se o "PROJETO URUGUAI". Sob a coordenação de Silvio Coelho dos Santos, em convênio com a ELETROSUL, CNPQ e outros, nacionais e internacionais, vários pesquisadores (1) estão se dedicando à determinação de parâmetros para o conhecimento desses efeitos.

Assim, as conclusões deduzidas do presente trabalho corroboram os resultados mais gerais das pesquisas acima citadas, ou seja: as comunidades atingidas por grandes obras de engenharia, desarticulam-se culturalmente devido às compulsões de ordem econômica, psicológica e social que sofrem e, num processo autoalimentado, depauperam-se a ponto de cair definitivamente na marginalidade.

Vítimas da opção do Estado brasileiro por um modelo de política econômica que privilegia a acumulação intensiva do Capital privado, as comunidades atingidas e desalojadas pela construção de barragens decaem sensivelmente de seus padrões de subsistência e acabam, muitas famílias, sendo irremediavelmente marginalizadas econômica e socialmente.

Nesse contexto de acentuada assimetria entre as classes sociais na sociedade brasileira, os territórios e Reservas indígenas tornam-se vulneráveis à ação dos planejadores governamentais pelas características jurídicas atribuídas à posse da terra pelas nações indígenas pelo Estado e agrava-se o quadro pela forma que assume o exercício da tutela que esse Estado brasileiro exerce sobre esses povos (cf. SOUZA, 1982:108-138).

Por todas essas proposições conclusivas, sugere-se a profunda re-ordenação jurídico-institucional das relações in-

ter étnicas no Brasil, com o reconhecimento dos direitos das minorias étnicas, como pleiteiam SANTOS (1982:16) e SOUZA (1982:140-143). Entre esses direitos, destaque-se o fundamental: que tenham acesso a um modo de vida condizente com a dignidade humana, dentro de padrões culturais que a comunidade julgar justos e adequados à sua História.

NOTA

1. São estes os pesquisadores que participaram e/ou participam desses estudos: Sílvio Coelho dos Santos, Paul Leslie Aspelin, Alcida Rita Ramos, Cecília Maria Vieira Helm, Dennis Werner, Ilse Scherer-Warren, Esther Jean Langdon, Maria José Reis, Neusa Bloemer, Aneliese Nacke e Luís Carlos Halfpap.

BIBLIOGRAFIA

- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA - RS. Relatório da Comissão Especial para Examinar Problemas Relativos à Construção de Barragens no Rio Uruguai.1983.316p.
- ASPÉLIN, Paul Leslie
 1981 - e SANTOS,Sílvio Coelho.Indian Areas threatened by Hydroelectric Projects in Brazil. IWGIA Document no 44. Copenhagen.201 p.
 1982 - "Demasiada Luz". Boletim del IWGIA, v.2, nº 2-3. junho-outubro. Copenhagen. p.31-41.
- BALDUS, Herbert. "Terminologia de Parentesco Kaingang".Sociologia XIV, nº 1. São Paulo. 1952.
- BRANDAO, Carlos Rodrigues (org.).Repensando a Pesquisa Participante. Brasiliense.São Paulo.252 p.
- HENRY, Jules. "Os índios Kaingang de Santa Catarina, Brasil".Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. v.XIII.Florianópolis.1944.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental.Abril Cultural.São Paulo.1978.432p.col."Os Pensadores".
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso.
 1962 - "Estudo de Áreas de Fricção Interétnica no Brasil" America Latina nº 5, v.3. Rio de Janeiro.
 1967 - "Problemas e Hipóteses relativos à Fricção Interétnica: Sugestões para uma Metodologia".Revista do Instituto de Ciências Sociais.v.IV, nº 1.
 1972a- O índio e o Mundo dos Brancos.Pioneira. São Paulo.
 1972b- A Sociologia do Brasil Indígena. EDUSP/Tempo Brasileiro. São Paulo.
 1976 - Identidade, Etnia e Estrutura Social.Pioneira. São

Paulo.118 p.

PAULA, José Maria de."Memória sobre os Botocudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de Proteção aos selvícolas sob a inspecção do Dr. José Maria de Paula". Annaes do XX Congresso Internacional de Americanistas (Rio de Janeiro,1922).v.1.Rio de Janeiro.1924.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a Civilização.Vozes.Petrópolis.1977. 509 p.

SAHLINS, Marshall D. Sociedades Tribais.Zahar.Rio de Janeiro. 1974.178 p.

SANTOS, Sílvio Coelho.

1969 - "A Integração do índio na Sociedade Regional". Anais do Instituto de Antropologia-UFSC.Florianópolis. p.3-138.

1973 - índios e Brancos no Sul do Brasil.Edeme.Florianópolis.313p.

1975 - Educação e Sociedades Tribais. Movimento.Porto Alegre.92p.

1980 - Projeto Uruguai I - Consequências da Barragem Machadinho para os índios do PI Ligeiro (RS)-Relatório.146 p.

1981 - Indigenismo e Expansão Capitalista (mimeo). col. Cadernos de Ciências Sociais, v.2, no 2. UFSC.Florianópolis.73 p.

1982 - (org.)O índio Perante o Direito. Ed. da UFSC.Florianópolis. 190 p.

SCHADEN, Egon. "Einiges ueber die Schokleng von Santa Catharina" Pindorama.Heft 2/3. São Paulo.1937.
versão port.: Revista de Filosofia, Ciências e Letras.São Paulo.1938.

SILVA, José Ferreira. História de Blumenau.Edeme. Florianópolis.

1972.

SOUZA, Alvaro Reinaldo. Minorias étnicas: O índio Perante o Direito Brasileiro (Dissertação de Mestrado).UFSC. Florianópolis.1982.

URBAN, Gregory P. A Model of Shokleng Social Reality (Tese de Doutorado).Universidade de Chicago.1978.

VIOLA, Eduardo José. A Problemática do Estado e do Regime Político-um Ensaio desde a ótica da Democracia Política. col:Cadernos de Ciências Sociais, v.1, nº 1. UFSC.Florianópolis.1980.

WEBER, Max. Economia y Sociedad. Fondo de Cultura.México. 2 v.

WERNER, Dennis.

ANEXO I

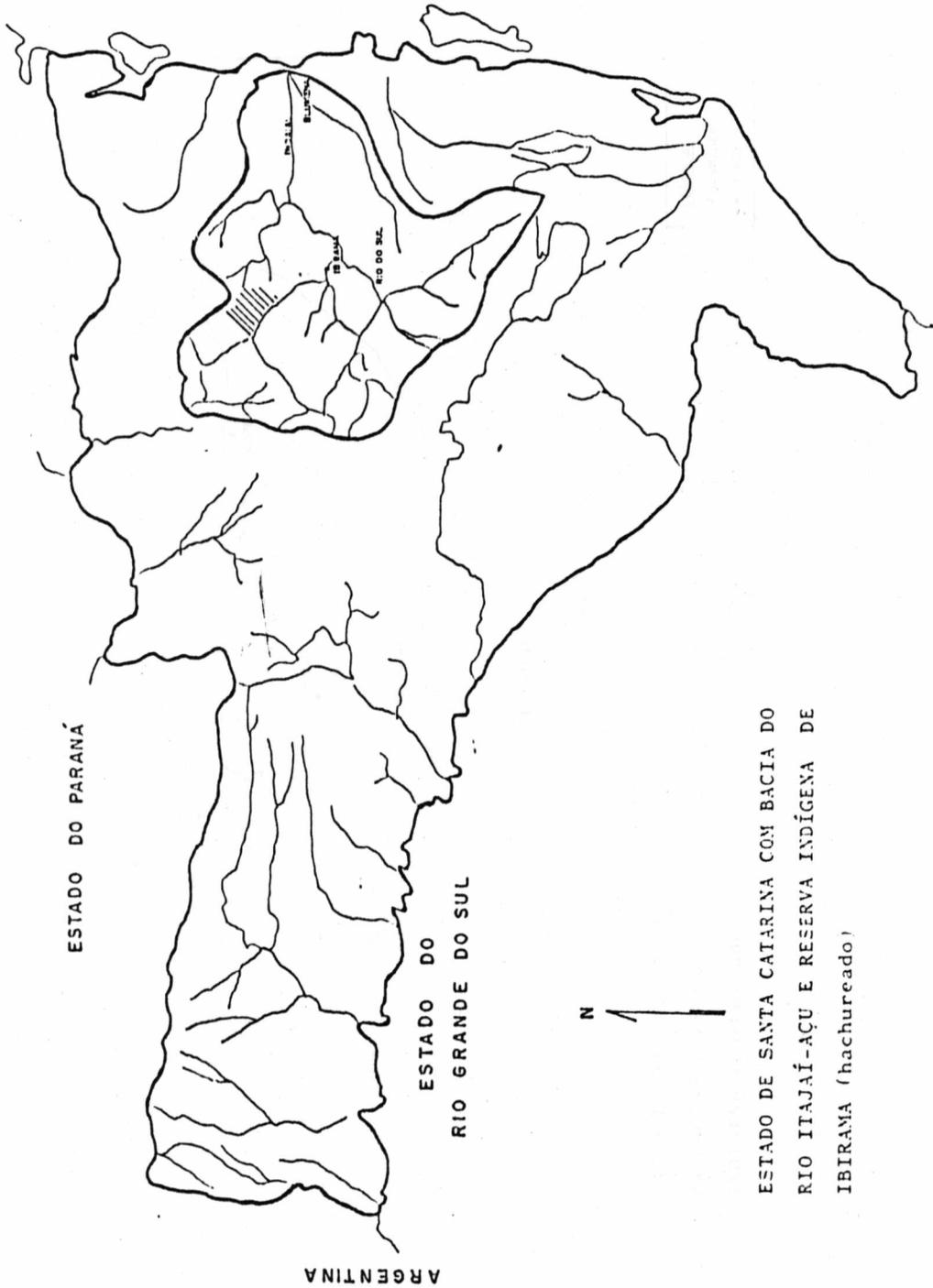
1983 - "Duas Respostas Simplistas sobre os Direitos dos índios à Terra". Comunicação na Reunião de Antropólogos e Juristas.Florianópolis.

1985 - (et alii)"As Consequências Sociais da Construção de Barragens sobre a Reserva Indígena de Ibirama, Santa Catarina".Comunicação na 2ª Reunião Regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC.Blumenau.

A N E X O I

MAPA Nº 1

OCEANO ATLANTICO



ESTADO DO PARANÁ

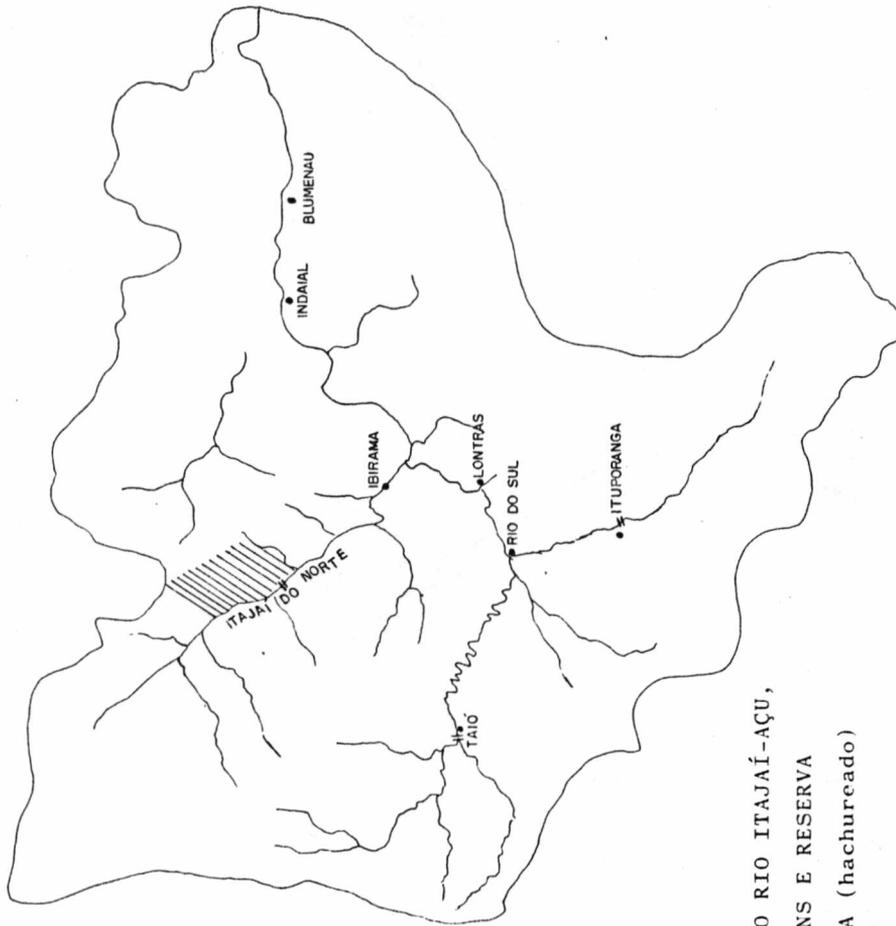
ESTADO DO
RIO GRANDE DO SUL

ARGENTINA

N

ESTADO DE SANTA CATARINA COM BACIA DO
RIO ITAJAÍ-AÇU E RESERVA INDÍGENA DE
IBIRAMA (hachureado)

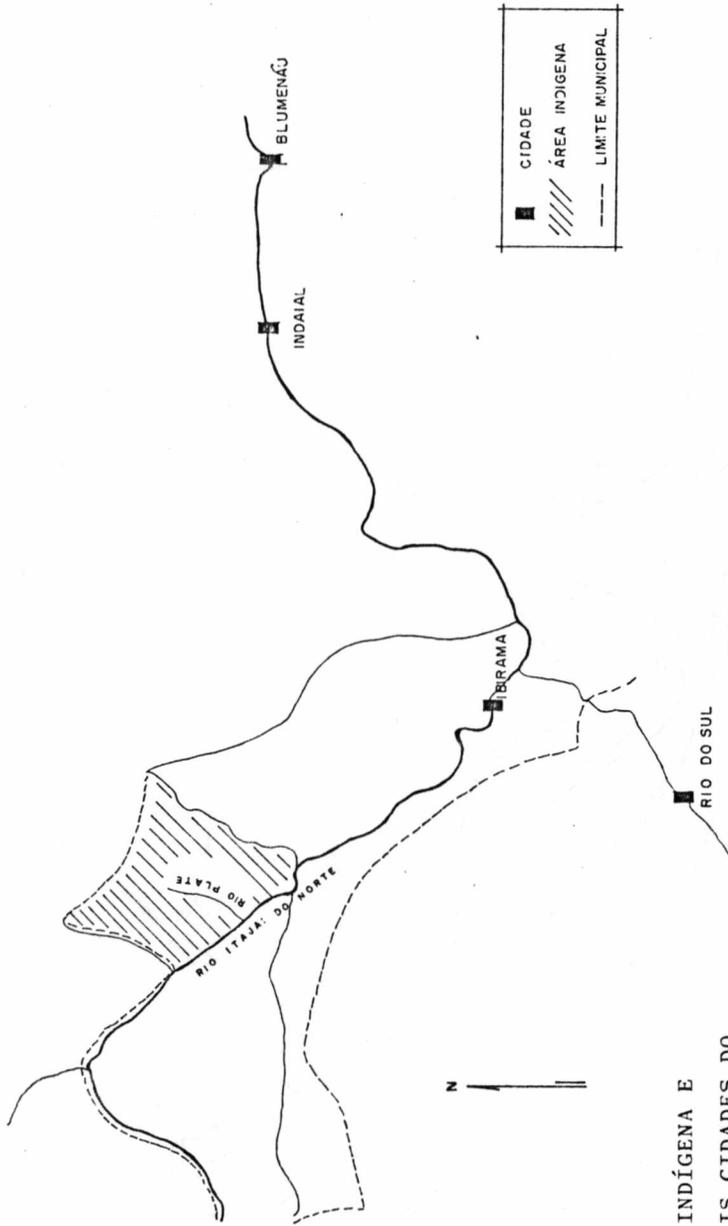
MAPA Nº 2



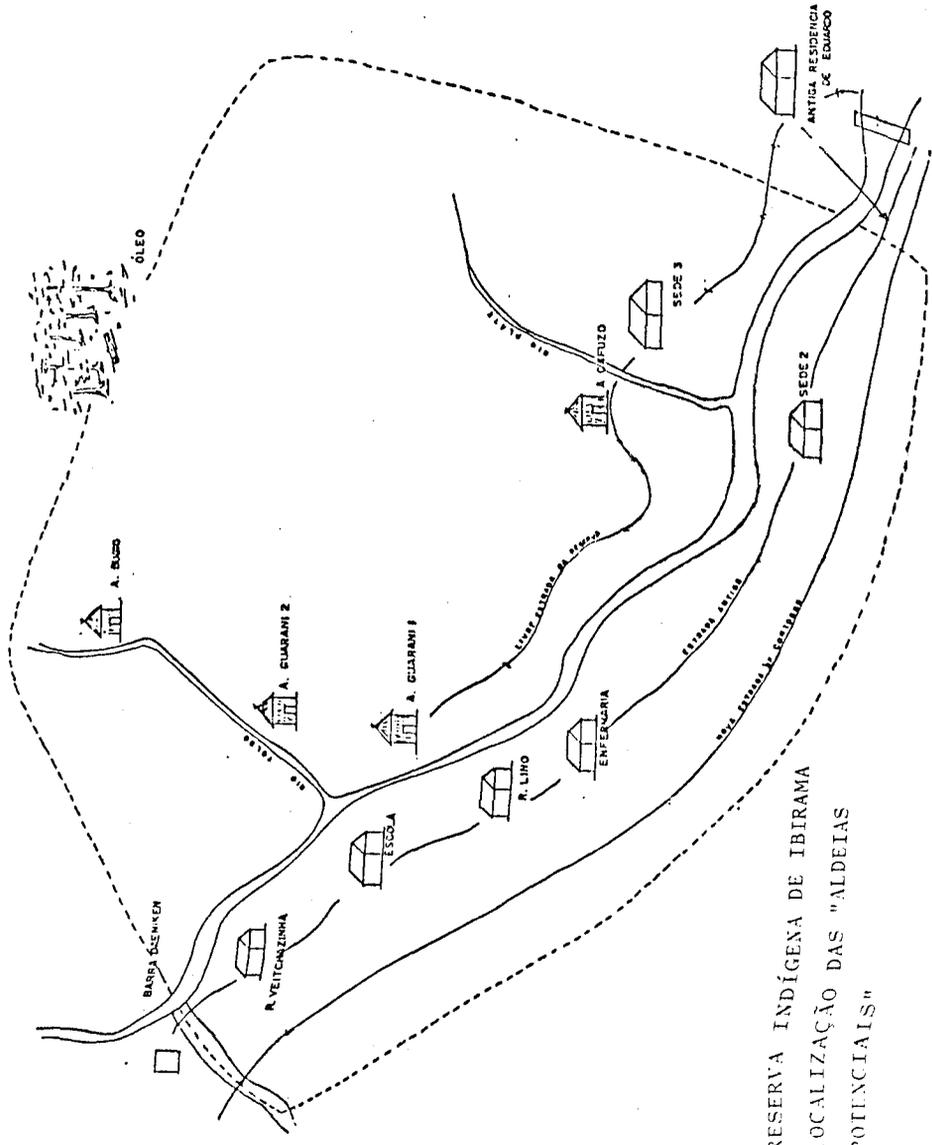
LEGENDA:
BARRAGEM
• CIDADE

BACIA DO RIO ITAJAÍ-AÇU,
BARRAGENS E RESERVA
INDÍGENA (hachurado)

MAPA Nº 3



RESERVA INDÍGENA E
PRINCIPAIS CIDADES DO
VALE DO ITAJAÍ



RESERVA INDÍGENA DE IBIRAMA
LOCALIZAÇÃO DAS "ALDEIAS
POTENCIAIS"

A N E X O I I

DEPOIMENTO DE SR. ALI KRIRI - CACIQUE DOS XOKLENG
DE IBIRAMA - SC

PROF. SÁLVIO: Qual a situação dos Índios, principalmente agora, os da sede do posto, embaixo?

SR. ALI KRIRI:

Pois é, Seu Sálvio, eu não queria ocupar tanto do Sálvio, nem do Dr. Silvío, eu ocupava mais, eu tinha mais direito, acho que eu sentia, eu sentia mais direito nos meus superiores que era o seu Delegado, lá, Mas então eu fui atrás deles, desprezei onde é o meu direito e eu estou prejudicado, então agora eu reclamo os meus direitos também; eu acho que tem gente que olhe por mim também. Eu sou da Tutela, Seu Sálvio, eu sou da Tutela, eu acho que se eu, tendo meu pai, minha mãe, que eu sou da Tutela, eles tem que olhar por mim. Mas eu, mas não olham por mim. Acho que eles olham mais é por eles, Seu Sálvio. Então eu, eu entendo assim que, eu era muito, favorecia a FUNAI. Se eu fosse atrás deles, eu achei assim em mim que a FUNAI olha para mim, olha para eles também. Eu sou cacique, o que eles faziam para mim, eu ia fazer tudo, eu ia fazer por eles também, né! Mas eu estou entendendo aí que, eu acho que não está certo. Eu entendo assim, eu não sei se eu estou certo ou estou errado. Mas eu acho que, não sei, Seu Sálvio, eu não sei, eu não compreendo nada. Vocês me botaram eu na Tutela, então sou da Tutela, mas não deve levar a gente, como deve, então, como eu sendo pai, eu levo meu filho na Tutela, eu tenho que olhar por ele também, por que ele é meu pai, não, eu sou pai dele, então eu tenho que olhar por ele também.

PROF. SÁLVIO: Sr. Ali, o que eles prejudicaram agora, o que eles tem prejudicado?

SR. ALI KRIRI:

Eu digo assim, eu tenho muita coisa para falar, eu sou uma pessoa que já sou velho. Eu sou velho daquele, antes da FUNAI, eu sou daquele, como é que chama, aquele antes, do FBI. DO FBI, eu achei, do FBI, aquele tanto, então virou, depois virou para FU

NAI. Então, eu achei que a FUNAI ia fazer tudo certo como deve fazer. Botaram nós como na Tutela, então eu achei que a FUNAI ia olhar para o índio, né! Mas a gente faz assim, vamos dizer que na Tutela, então aí eu achei que, mas eu entendo assim parece que eles estão fazendo nós de brincadeira.

PROF. SÁLVIO: Sr. Ali, o senhor e os seus filhos, eu sei que eu já estive lá, e já vi, vocês plantam bastante.

SR. ALI KRIRI:

Eu digo assim: "Meus filhos, vocês trabalham, vão trabalhar", eu falei para eles que vão trabalhar, vão trabalhar. Por que o branco, ele tem produz, ele sabe o que que fala, então vamos atender eles também, vão trabalhar". Então, meus filhos estão trabalhando, então agora, quem trabalha agora, eu falo para os meus filhos: "Vão trabalhar" por que o pouco que eu entendo é para trabalhar, é para ter futuro, para ter para comer. Isso eu falo, né! Então eu entendo que o branco também trabalha tanto para comer, ele tem aquele futuro para ele. Então eu entendi, eu ando por fora aí, eu entendo que nós deve ser aquilo também. Mas eu acho que o índio não, ele está na Tutela, que o pai que ele é, é a FUNAI que tem que cuidar para ele. mas o pai não tem, desculpa eu dizer isso, mas a FUNAI também, mas eu acho que, o pai não entende que o que o índio é, o que o índio é, ele é da Tutela, ele não entende nada. Eu ainda dou razão para a FUNAI também. Eu dou razão para a FUNAI, mas a FUNAI tem que entender que o índio, ele é da Tutela, ele tem que servir ele também.

PROF. SÁLVIO: Tem que resguardar o interesse.

SR. ALI KRIRI:

É, tem que entregar o interesse. Vamos dizer assim, o direito do índio também. Então assim, Seu Sálvio, eu até agora, eu tenho 60 anos, do FBI ainda, então eu entendo, agora tem outros aí que, aquelas pessoas lá do Bugio dizem que tem cacique lá, ele é o cacique, mas ele não entende o que ele tem, o índio lá, mas eu entendo assim, então vamos ajudar o índio, de toda ma -

neira, devagarzinho, mas não botar o índio por baixo dele. Eu entendo assim, seu Sálvio, porque que o índio, ele deve de compreender também com carinho, o que ele está fazendo, se ele não está fazendo certo, ele tem que compreender que não está certo, o que está certo, ele tem que compreender. Isso que eu falo, Seu Sálvio, eu sou índio, sou velho, de todo índio que está lá dentro, do Bugio até de baixo, eu entendo tudo, meus pais vieram pacificar os índios aí. Então, meus pais eram caciques e era aquilo tudo, então sou cacique eu também. Então eu entendo assim, mas agora Política é que manda, dizer que é, que eu mando mais, ou ele manda mais, ou aquele manda tanto. Mas eu entendo assim que, eu acho que, teve que ser assim, que a FUNAI tem reconhecer a pessoa, que é mais velho que entende lá dentro, eu não vou prejudicar qual a FUNAI também, mas eu quero que a FUNAI ajude também como deve fazer. Eu não vou prejudicar o meu pai, o meu pai é a FUNAI? ENTÃO EU VOU AJUDAR ELE TAMBÉM? ENTÃO TEM QUE ELE ME AJUDAR TAMBÉM; Eu também não vou prejudicar ele, eu não quero que ele me prejudica também. Ele tem que fazer o certo para mim, ele é o mais entendido para levar eu certo. Ele vai que dizer que: "Não meu filho, tem que ser assim, assim, assim...", mas fazer tudo certo, não pode lograr não; ele tem que levar eu certo para eu levar toda a minha família certo também. Se ele não fazer certo, então eu também não sou certo. Vou prejudicar os outros índios, não eu também não posso.

PROF. SÁLVIO: Sr. Ali, e quanto a madeira que foi vendida, quanto é que...

SR. ALI KRIRI:

A madeira que saiu daí da Polícia Federal, saiu aí, a madeira que eu sei, que até eu despachei a madeira, né! Eu, sendo cacique, chamaram eu para DESPACHAR ESSA MADEIRA; Deu, ou mais quem é que pagou 2 bi e pouco. E o outro também pagou a madeira, as tabas, aquilo que ele comprou, também pagou 1 bi e pouco também. Vamos dizer, que eles não me contaram, mas acho que dá 4 bi e pouco.

PROF. SÁLVIO: Quanto disso veio lá para os índios?

SR. ALI KRIRI:

Até agora veio semente para o índio. Vei semente para o índio. Dizendo assim que veio semente para índio. Dizendo assim, vamos dizer, eu entendo assim que, Seu Sálvio, o índio está recebendo semente, veio milho, e feijão e batatinha. Veio. Eu não sei por quanto veio. Eu não estou sabendo por quanto veio. Deu aquela quantia da madeira, né! Agora eu não sei por quanto veio. Mas eu digo assim, Seu Sálvio, a madeira que sai de lá, que sai de dentro do posto, eu quero saber quanto saiu e quanto entrou. Mas ninguém sabe quanto saiu e quanto entrou. Agora, daí eles vão dizer assim, a FUNAI vai dizer: "Não, nós recolhemos assim, já foi tanto assim", mas se é mil, diga, mudou-se até o meio. Meio por meio, então eles estão logrando índio! Eles não são pai! Eu entendo assim, se o pai, ele tem que atender os filhos e tem que fazer tudo certinho. Eu entendo assim, mas a FUNAI, vai e diz que se gastou 1 bi, ela vai dizer que gastou 2 bi. E está acabado! Não mostra nada, nem recibo, nem a nota, nada. Como é que o índio, mas quando a gente foi falar, o índio foi falar, Seu Sálvio, ele foi dizer assim, que o dinheiro que sai daqui, do índio aqui, da madeira da reserva, vamos dizer assim, vamos entregar a, vamos dizer assim, foi entregue, a madeira foi entregada ao município de Ibirama e Ibirama vai receber, o índio vai pegar dinheiro lá no Banco do Brasil. Mas ninguém sabe, então eu, Seu Sálvio, fico nervoso por causa disso. Tratado o dinheiro ia ser depositado no Banco do Brasil de Ibirama e quando o Chefe, os líderes, o capitão, o cacique ia retirar esse dinheiro lá para fazer benefício do índio. Mas até agora ninguém não sabe quanto foi gastado, quanto não foi. Se, eu entendo assim, que o branco, ele tendo 100 mil cruzeiros, ele vai botar no banco para ganhar juros, e nós recebemos 4 ou 5 bi, quem vai ganhar os juros? A FUNAI vai ganhar os juros, ou os juros, quem vai ganhar, a FUNAI depois vai dizer que 3 ou 4 bi, já ficou para ele. Se o que é do índio, se o dinheiro está no banco aqui em Ibirama, então o juro é de quem? É do índio! Com aquele juro, o índio vai se tocando mais para frente. O branco também, quando vai botar dinheiro no ban

co, o juro é dele. Assim o índio também quer receber, mas não é da FUNAI. A FUNAI pode botar 4 ou 5 bi no banco, os juros, quem é que vai ganhar? A FUNAI, depois ele vai dizer que não, vai dizer que nós temos 4 bi no banco. De 4 bi, quantos já os juros se foram. O índio perdeu aquilo. Não ganha nada. Então, com aquele juro, o índio podia tocar mais serviço para frente. Eu entendo assim, agora, não sei...

PROF. SÁLVIO: Agora o senhor imagina a madeira que vai se perder com aquela barragem. Que o prof. Lino me falou de 12 mil...

SR. ALI KRIRI:

12 mil o que vai se perder, quem vai ganhar aquiio? A FUNAI vai ganhar!

PROF. SÁLVIO: E o certo é que é do índio.

SR. ALI KRIRI:

Mas é do índio, mas é do índio, mas é do índio! Então por isso eu cheguei aqui hoje, como ontem eu cheguei aqui. Eu estou conversando com você, eu quero, não quero ser prejudicado e nem os outros índios também. Estou falando por todo nosso índio aí. Não é só para mim, é para toda comunidade. Não é para mim. Eu acho que eu devia dizer que não, mas eu devia que toda comunidade recebesse essa maneira, né! Se eu ganhasse, mas eu fiz a força para vocês ganhar. Se não ganhava, mas eu dizia, mas eu fiz força para você ganhar.

PROF. SÁLVIO: O senhor é o pai.

SR. ALI KRIRI:

É, eu sou pai, se eu não ganho, então, mas vocês são filhos, vocês dão um pouco para mim, vocês tem que reconhecer teu pai, fez força para vocês receberam. Mas eu não estou fazendo força, Seu Sálvio, não para mim, estou fazendo pros índio. Eu não estou fazendo força, não pra mim, Seu Sálvio.

PROF. SÁLVIO: Na enchente, o senhor deixou de colocar uma porção de coisa que o senhor perdeu.

SR. ALI KRIRI:

Eu, Seu Sálvio, eu sou muito bom, eu não quero prejudicar ninguém, não quero prejudicar meu chefe, não quero prejudicar ninguém. Quem está perdendo sou eu! Sou cacique lá, então o pouco que eu entendo, eu não quero prejudicar ninguém. No fim quem está perdendo sou eu, então agora eu não quero mais perder, então, quando deu aquela enchente lá, levei duas vezes a minha guarda-roupa para cima, para baixo, agora não vale mais nada. Quem me dá outra? Ninguém vai dar outra para mim. Ninguém vai dar outra para mim. Então quando eu fale isso lá para a DNOS, a DNOS disse: "Porque você não comprou?" Eu disse: "Não, vocês que não quiseram, vocês disseram que índio está logrando vocês". Mas eu sou índio, o pouco que eu entendo, eu não quero lograr ninguém. E no fim, eu sou prejudicado. Então todos eles compraram tanto que perderam e eu não comprei nada. A última, eu não comprei nada, eu perdi tudo. Então, a minha guarda-roupa está lá jogada. Quem vai me pagar? Ninguém vai me pagar. Se eu fosse pedir a guarda-roupa por Cr\$ 3.000,00, vão dizer que os índios estão me logrando, logrando eu. Então, isso que eu entendo, eu disse então: "Acabo com isso, vai ficar por isso". Está lá minha guarda-roupa, lá está tudo esculhambado.

PROF. SÁLVIO: E bota para cima, bota para baixo. E, também as terras que o senhor e os seus filhos plantam todas...

SR. ALI KRIRI:

Está lá, minha terra onde eu planto, está lá, vassoral lá agora. Onde passar o arado, dá para mim plantar, está lá. Cheio de mato, eu não posso mais, Seu Sálvio, mas quem que vai me fazer, eu não posso mais plantar, eu sou velho. Onde eu plantava eu não planto mais. Por que? Porque da DNOS, a DNOS...

PROF. SÁLVIO: Dinheiro não veio?

SR. ALI KRIRI:

Dinheiro não veio ainda, se viesse dinheiro, eu ia plantar nou-
tro lugar, aonde eu, a minha casa está aqui em baixo, Seu Sál-
vio, a minha casa está quem baixo. Se a DNOS não vai fazer ou-
tra casa para mim, eu não sai de lá, nem que eu morro, nem que
eu morro eu não sai de lá. A DNOS tem que dar outra casa lá em
cima, para me mudar. Aí eu vou, senão eu não sai. Seu Sálvio,
você conhece ainda a minha casa lá em baixo... Eu não saio de
lá, Seu Sálvio, você entende, o pouco que eu entendo, você
viu lá a minha casa, eu não saio de lá nem que eu morro eu não
saio de lá, nem minha família não sai de lá. Primeiro quero a
minha casa, quero colocação toda, aí eu vou sair. Por que a
DNOS, acho que eles também tem direito, mas também tem o direi-
to de colocar as pessoas onde que é para ser.

PROF. SÁLVIO: Eles tem que primeiro colocar as pessoas, fazer
as casas, fazer as estradas e depois eles deve-
riam começar a barragem.

SR. ALI KRIRI:

eu não vou contra eles, eu não vou contra eles, mas eles tem
que fazer certo como deve fazer. Então, leva, faz minha casa.
Digo: "Oiha, você mora qui, daqui você não sai, nós vamos com
a água até aqui". Seu Sálvio, a DNOS, eu tenho nada com eles,
eu fui em Florianópolis, prometeram, tudo para mim, e agora eu
quero aquilo, e enquanto eles não vão fazer a minha casa, eu
não saio de lá não, nem que a água vem em cima de mim, nem que
eu morro lá, mas a DNOS tem que vir aí falar. Faz minha casa
lá em cima, onde eu que devo de morar, então eu vou sair.

PROF. SÁLVIO: Eles nem indicaram o lugar ainda?

SR. ALI KRIRI:

Não, não. Está assim, Isso que eu fico brabo. Eu fico sentido,
porque nem as casas onde é para morar. Tem gente do Bugio que
mora aqui em baixo, tem direito de ganhar as casas lá em cima
também, eu não vou contra, eu sou índio, eu não vou bater con-

tra índio, eu quero para mim e para ele também. Se eles tem casa aqui em baixo que foram protegido, ele tem que receber também casa. Eu digo assim, sou velho, entendo que o índio tem direito de ganhar, se eles prometeram, tem que dar. Diz que deu 70, não, 63 casas...

PROF. SÁLVIO: Mas agora, dizem que são poucas essas 63 casas, porque muita gente já casou, tem família...

SR. ALI KRIRI:

Sim, ainda fomos pedir mais 10 casas para FUNAI. Quando eu estava, Seu Sálvio, tinha minha filha casado, tinha casado, ela estava na minha casa, eu tinha 3 filhos em casa, quando fizeram levantamento. Daqueles 3 filhos, tem 3 casas, 1 para mim e 2 para eles também. Seu Sálvio, eu não gosto de falar tanto, mas pouco que eu falo, eu sou velho, eu conheço aquilo tudo, Seu Sálvio, e Dr. Sílvio, ele conhece muito todos nós aqui dentro. Eu um dia, eu gritei para ele, porque que eu gritei para ele? Por causa da FUNAI. Eu achei que ele fazia tudo certo, não deu certo também. E ele estava no direito, Dr. Sílvio estava no direito dele. Estava ajudando índio. Ainda estou pedindo perdão o que eu fiz contra ele, e ele está me ajudando, eu fui contra ele por causa dos outros. Dr. Sílvio estava fazendo o bem, e eu fui contra ele, porque? Por causa da FUNAI. Eu achei que, eu ajudava eles, também me ajudavam né!

PROF. SÁLVIO: Mas eles deram para trás.

SR. ALI KRIRI:

Deram eu para trás de mim. Então agora, nunca mais vou fazer isso. Eu vou atrás do Dr. Sílvio, que ele é uma pessoa que está trabalhando pelo índio, ele está trabalhando pelo índio. Eu achei que não estava certo, mas ele está trabalhando certo pelo índio. E, o prof. Sálvio, também está trabalhando certo pelo índio.

PROF. SÁLVIO: Claro, sempre o que se puder fazer, a gente faz. Sempre que está no alcance da gente, mas a gente tem que fazer valer o direito, aquilo que está

certo, tanto faz, se é o prof. Sílvio, se é a própria FUNAI, se é outras pessoas, tem que se fazer o que está direito.

SR. ALI KRIRI:

Eu vou dizer, a FUNAI, ele é o pai, eu não vou muito contra eles, também, né! Mas deve fazer como deve fazer. Eu não estou contra eles, não, eu não estou contra eles, mas eles tem que saber que sou cacique, eles devem reconhecer que sou cacique. Se eu, está certo que sou índio, mas um dia, o índio tem que saber que ele também tem que entender, que, não é todo índio que entende, mas tem índio que não entende. Então, isso, eu prefiro dizer que, o pouco eu entendo, a FUNAI, eu gosto dela, não quero prejudicar eles, eu quero que eu ajuda eles e eles me ajudar também.

PROF. SÁLVIO: É como o senhor falou, o senhor é velho, seus pais eram caciques... O senhor agora é o cacique!

SR. ALI KRIRI:

Sim, eu trabalhei tanto. Pacificadores. Quer dizer que eu não mando nada, mas eu entendo assim que os meus pais eram pacificadores. Por que são pacificadores? Porque eles entendiam e vi eram, então agora eu quero ir mais ainda, quero que eu entendo para não prejudicar ninguém, nem a FUNAI. Mas também eu quero que eles me levem tudo certo também. Eu não quero prejudicar a FUNAI, eu vou levar eles bem, e eu quero que eles levam eu bem também. Isso que eu sinto, que parece que eu estou sentido que, parece que, não está bem para mim, a FUNAI não vem falar comigo, nem o presidente, nem o delegado. O delegado disse uma vez assim para mim: "Quem manda lá dentro, é você que manda!" Mas manda como? Se eles não dão apoio, autoridade para mim, como eu posso mandar lá dentro? O Delegado também tem que dar apoio para mim.

PROF. SÁLVIO: Se é o cacique, tem que dar apoio.

SR. ALI KRIRI:

Eu entendo assim que ele é o delegado, ele é mais do que eu,

ele me dá apoio, e eu vou, o que que ele me dá, eu vou tocar para frente. Mas não dizer que ele é delegado e que não quer me dar apoio, eu não posso. Se eu vou falar com algum índio e dizer outras coisas aí, eles muntam em cima de mim. Quem que depois vai dar apoio.

PROF. SÁLVIO: E na hora do aperto eles vem procurar o senhor.

SR. ALI KRIRI:

Pois é, na hora do aperto vem todo índio falar comigo, que tem agora hora, ainda quando eu vinha saindo tinha uma mulher que disse que quer falar comigo ainda. Eu disse: "Não, na volta eu vou conversar". Mas culpar foi de quem? Eu não tenho apoio. Por mim apoio, não posso garantir ela. Se eu vou dizer que vai matar o fulano, eu não posso; dizer que não mata, também, não tem ninguém não tem ninguém que vai me apoiar. Então é isso que eu digo, que o delegado tem que dar apoio, dizer: "Não, assim não está certo, vamos fazer assim, assim, eu te ajudo, aí está certo". Mas não sei como é que, tem índio lá que estão em cima de mim. Seu Sálvio, se eu chegar lá no posto amanhã ou depois de amanhã, ele vem em cima de mim, o que eu vou fazer? O Delegado não me deu apoio nada, como é que eu posso dar apoio para o fulano. Se não está certo, ele vem em cima de mim brigar comigo. Eu vou ter que correr ou matar um. Então, Seu Sálvio, isso que eu tenho que falar, hoje eu cheguei aqui, como ontem, eu disse para o Seu Sálvio, disse: "Eu vou ficar amanhã o dia inteiro para conversar com você, porque a coisa não está muito certa". Eu tenho que me virar, e a FUNAI não tem que dar em cima de mim, porque que eu estou fazendo tudo certo. Não é mentira nenhuma. A FUNAI não tem que dizer que eu estou fazendo bobagem.

PROF. SÁLVIO: O senhor já tem muita idade, eles tem que respeitar.

SR. ALI KRIRI:

Eu, antes deles, o chefe lá, antes dele se colocar lá, eu era uma pessoa antigo. Ele não vai alcançar o que que eu vi, até FBI, eles não sabem, mas quem conhece sou eu, que o índio foi

judiado, índio foi tapeado, índio foi prejudicado. Ele não sabe, ele dizer que sabe? Não, eu acho que não, porque dizer isso para mim, eu sou índio, mas eu vou dizer que eu já vi. E ele não entende nada, ele entende, ele sabe ler, ele sabe tudo como eu disse para ele e ele disse: "É, Ali, quem é prejudicado sou eu!", eu disse: "Não, não é Virgílio, você ganha cento e setenta e pouco, você está ganhando bem, sentado assim; quem é prejudicado é o índio. Você ganha cento e poucos aí e ainda está dizendo que você está sofrendo. Não, quem está sofrendo sou eu", eu disse para ele, que estou sofrendo, que estou sofrendo. Ele que nada, está lá passeando, ganhando cento e setenta e pouco. Gritei mesmo para ele, gritei mesmo para ele. Ainda logrando, parece que até, não sei, eu tinha aqui umas notas. 200 e pouco vem para fazer as limpezas da escola, 40 mil, gastou só 8 mil, e o resto para onde foi? Quem tomou? 50 mil para remédio, agora isso eu não posso dizer, às vezes pode. Não vou contra isso, né, mais não sei quanto, 40 mil ainda para a escola. Quem que vai comer aquilo? É o chefe lá dentro. O chefe lá dentro está comendo esse dinheiro. Depois, faz uma nota fria, dizendo 40 mil e está terminado. Assina as pessoas lá e está acabado. Quem comeu esse dinheiro, o resto do dinheiro? É o chefe. Eu disse: "Virgílio, eu vou sair por aí, eu não quero que você fale do meu nome aí porque eu contigo, eu não, eu tenho muita coisa que falar contigo, viu Virgílio, você fica bem quietinho, não fala do meu nome aí, que teu nome está sujo", ele disse: "Mas Ali, o meu nome está sujo?"; "Olha Virgílio, você nem fala comigo, o teu nome está bem sujinho. Você fica bem quietinho aí, um dia quando você sair daqui, fica bem quietinho...".

PROF. SÁLVIO: Ele, assim, ele tem amizade com os madeireiros?

SR. ALI KRIRI:

Eu acho que, que compra madeira aí é o JOST.

PROF. SÁLVIO: Ah, o Waldemar Jost. Eu acho que o Seu Olímpio...

SR. ALI KRIRI:

É. Ele está cuidando da medição, a medição aí.

PROF. SÁLVIO: Mas o Sr. Olimpio me falou que ele andava muito com mulheres, e namorava uma moça e depois namorou outra, lá em José Boiteaux, é o Virgílio, não sei, há uma história...

SR. ALI KRIRI:

Não, isso eu não vou muito contra ele, que ele é um rapaz moço, ele pode fazer isso, ele é solteiro, mas ele tem uma namorada aqui em José Boiteaux.

PROF. SÁLVIO: E que estavam falando que ele gastava.

SR. ALI KRIRI:

Agora eu não sei o que ele gastou, mas eu estou falando tudo certo, porque deve fazer isso, ele é solteiro, ele pode gastar mas não prejudicar os índios, isso que eu falo. Ele tem que não andar direito, quiderá índio, se ele não anda direito, quidirá o índio, se ele não fazer certo, ele vai meter a boca também. Isso que eu falei para ele, mas por causa dessas coisas, eu não sei, ele é solteiro, ele...

PROF. SÁLVIO: Não, mas eles estavam falando lá, o Seu Olimpio, porque o Seu Olimpio é muito religioso...

SR. ALI KRIRI:

É, ele é religioso, é também metido naquilo, mas o Jost, eles tem mulher tem tudo, mas ele fala aquilo porque o Olimpio acha que está errado. Mas eu entendo assim, de solteiro... mas que está cuidando da madeira lá é o Olimpio. Então ele não pode dizer que o Jost está roubando, está fazendo isso. É ele que mede tudo.

PROF. SÁLVIO: Não, eu estou falando isso que o Olimpio falou, ele é muito religioso, ele não gosta disso.

SR. ALI KRIRI:

Mas eu entendo assim que, se está certo que o Olimpio está certo na medição também, se ele está logrado, então, também não posso ir contra Olimpio, porque ele também está na medição, mas se o Jost está na bagunça, isto é com ele, lá fora, isso é lá.

PROF. SÁLVIO: Sr. Ali, ultimamente, porque teve um tempo que muita gente, os madeireiros tiravam madeira lá, ultimamente tem parado assim, não tiram mais madeira?

SR. ALI KRIRI:

Não, está parado, só lá atrás que estão tirando sasafraz, estão comprando ainda, é lá no Bugio, eles estão comprando madeira ainda, mas aqui em baixo nada. Aqui em baixo é só... estão comprando palanque, mas lá em cima estão comprando sasafraz, como lenha. Seu Sálvio, eu vou dizer, eu vou dizer, como na história sagrada, o índio, ele, o índio não é nada, então o índio, se ele fazer que a malvadeza, ele está fazendo tudo certo, mas eu entendo assim que não está certo. Mas eu entendo dizer assim que parece que não está certo, o índio não está certo, ele não devia fazer aquilo, ele tem que fazer tudo certo. Bem, o branco deve fazer, e depois fazer reclamação, se é do índio, então vamos fazer tudo certo.

PROF. SÁLVIO: Não, porque a madeira em si... Para não acabar a madeira, quer dizer, fazer um projeto bom para tirar só aquela quantia, mas servir todos, servir toda a comunidade.

SR. ALI KRIRI:

Escuta, Seu Sálvio, mas se vão fazer um projeto, vão ganhar mais ou menos, aí, se eu vou fazer um alqueire de roça, outro vai fazer um alqueire de roça, mata virgem, quanto vai sair de madeira?

PROF. SÁLVIO: Essa madeira eu acho que deveria ser de todos índios, não de um só.

SR. ALI KRIRI:

É, é de todos, tem o direito.

PROF. SÁLVIO: Porque aquilo está na terra dos índios, então é dos índios.

SR. ALI KRIRI:

É isso mesmo.

PROF. SÁLVIO: Então, se eles tirar direitinho, para não acabar, tirando só os paus maduros, sem estragar os outros.

SR. ALI KRIRI:

Então, Seu Sálvio, eu vou fazer uma pergunta para você. Nós temos capoeira lá, nós temos que trabalhar como hoje, depois outro mês, fazer uma limpa na roça. Não temos dinheiro para isso, a primeira, eles tem dinheiro para nós fazer e depois para a limpeza? Acho que eles não vão dar mais para a gente. Mas era direito de dar...

PROF. SÁLVIO: Claro, pois se o dinheiro está aí.

SR. ALI KRIRI:

Acho que de direito eles tem que dar para limpar, Seu Sálvio, se, comparação, se eu ganhar 10 mil ou 15 mil para fazer limpeza da plantação, se eu não fazer, quem é culpado sou eu! Sou culpado, não ele não tem direito, mais porque ele é vadio.

PROF. SÁLVIO: E ainda tem, porque o dinheiro está ali. Então tem que ser dado, se tem aquele dinheiro que o sr. falou, tem todo aquele dinheiro da madeira, olha, dá para todos os índios, podem fazer a roça, depois fazer a limpeza sem, tendo muito dinheiro. Como é que vão comprar comida, como?

SR. ALI KRIRI:

Então, isso tinha que a FUNAI dizer que, a FUNAI me ajudase, eu também fosse ajudar eles, fosse mostrar para eles. a FUNAI está dando isso, vamos trabalhar, eles deram aqui para nós, nós vamos trabalhar agora. Para limpeza deram mais, então vamos limpar a roça. eu tinha comigo assim, aí eu estava certo com a FUNAI. A FUNAI não tem que dizer nada de mim, eu não tenho que dizer nada deles também. Dizer: "Não, a FUNAI ajudou nós, deu dinheiro para limpar a terra. Vocês plantaram, agora deram mais dinheiro para fazer a limpa da plantação". Aí, tinha aquela for

ça de gritar, o que que o índio ia dizer para mim? Que que ele quer? Mas agora se eu vou gritar para eles? Oh, não, mas a FUNAI não está ajudando. O que que você deu para mim ajudar? Eu tenho que ficar bem quietinho senão vou apanhar, eu apanho dos índios. Não, eu vou dizer, Seu Sálvio, o índio insiste, es tá na Tutela, então vamos levar eles como deve ser. Eu, vamos dizer, que sou pai deles lá, "vamos trabalhar agora, eles vão dar dinheiro para nós, vamos trabalhar", faz a roça, eu tenho direito de falar para eles, tenho direito de gritar para eles, mas se eu vou gritar, se não tem! Aí vão responder para mim: "Fica bem quietinho", se eu gritar mais, eu apanho. Como nós, eu, você é pai, né? Você vai dizer para os seus filhos vão tra balhar, se eles não tem onde, eles vão dizer: "Não, meu pai, não vou trabalhar porque eu não tenho".

PROF. SÁLVIO: Não tem como viver, o senhor tem que ajudar, tem que dar o começo sempre, porque quem trabalha me rece o dinheiro, a paga do trabalho, quem trabalha merece a paga do trabalho.

SR. ALI KRIRI:

Seu Sálvio, eu tenho então essa conversa com você, hoje que eu disse que eu vou falar com o Sálvio hoje, amanhã eu disse, que era hoje. Como ontem eu disse: "Eu só vou chegar, se enten der com ele e amanhã eu vou ficar dia Intelrinho lá, outra dia eu venho embora", porque a coisa não está certo.

PROF. SÁLVIO: Tem que botar direitinho, tudo nos eixos para a gente ver agora a gente fazer...

SR. ALI KRIRI:

Então, encontrei com o Lino em Ibirama, o Lino disse assim para mim: "Não, você traz o Sálvio aqui, eu vou bater um papo com ele". Mas, Seu Sálvio, eu vou dizer, o Lino também é muito relaxado. Eu vou dizer, se ele acha falte ele tem que chegar e falar.

PROF. SÁLVIO: Não só pensar nele. Tem que fazer.

SR. ALI KRIRI:

Sálvio, eu não vou falar tanto dele. Imagina, ele é mestiço, ele tem dinheiro, tem dinheiro para pegar no banco, tem criação, tem tudo, então, acho que para ele não...

PROF. SÁLVIO: Mas ele tem que ajudar os índios, que afinal de contas, a terra que ele está usando é dos índios.

SR. ALI KRIRI:

Mas é para ele fazer, mas eu entendo assim... é, eu não vou falar dele tanto, mas eu acho que ele, você está explicando tudo certo, mas é para ele fazer isso. Então, agora, agora ele quer que você vai lá. Se eu estou sentindo peso, eu vou chegar e falar. Se eu estou sentindo peso, eu vou procurar meus direitos, onde que for, eu vou procurar os meus direitos. Não vou dizer que você vai lá para ele se entender contigo, não, o Lino, não ele, está certo ele...

PROF. SÁLVIO: E as vezes ele vem aqui em Blumenau, mas ele não me procura.

SR. ALI KRIRI:

Ele nem procura você também, mas eu vim aqui, proposta, atrás dessa que conversei contigo, porque eu sei que, que eu sinto aquilo. Não tem ninguém por mim. Acho que eu vou atrás onde que alguém vai me ajudar, é por isso que eu vim aqui. Eu não vou dizer, Seu Sálvio, eu não vou dizer para ti que vai lá em cima. Eu vem atrás de você.

PROF. SÁLVIO: E aí, quando eu preciso, eu vou lá em cima.

SR. ALI KRIRI:

É, agora você dizer para mim: "Não, Ali, eu vou lá em cima". Mas não eu dizer que você vai lá em cima falar comigo, não. Eu tenho a minha, vamos dizer que assim, que, direito de procurar você. Eu que acho falta, então não largar mais de você, viu Sálvio, eu venho todo dia aqui. Todo dia não, mas...

PROF. SÁLVIO: Não, mas de vez em quando. Então nós, eu vou arrumar um advogado que vai ver, quer dizer, eu quero ver se eu arrumo um advogado aqui em Blumenau, um aqui também para ficar aqui. Depois, de Florianópolis, de São Paulo, Curitiba, botar todos esses para entrar na Justiça, 3ª feira eu vou lá com o prof. Sílvio. Eu marquei com ele.

SR. ALI KRIRI:

Mas fala com ele já, o Ali está... Até um dia eu bati contra ele...

PROF. SÁLVIO: Ele, o prof. Sílvio não tem nada contra o Senhor, ele gosta do Senhor. Agora, ele compreender perfeitamente que o senhor não tem, que estava a favor da FUNAI por que o senhor precisa defender o índio, e ele sabe que a FUNAI estava logrando. Mas ele não tem nada contra o Senhor, nada nada.

SR. ALI KRIRI:

Agora então eu acho que o Dr. Sílvio, ele vai me orientar eu também, orientar eu...

PROF. SÁLVIO: Não, não, porque nós não podemos esperar até que o Presidente da FUNAI invente de ver quando vai vir, quando todo mundo está morto de fome.

SR. ALI KRIRI:

É, quando está morrendo ele vem.

PROF. SÁLVIO: E aí não adianta, e ainda quer fazer...

SR. ALI KRIRI:

Quer fazer surpresa ainda. Aí não dá. Que eles querem fazer uma surpresa.

PROF. SÁLVIO: Mas a gente se previne e deixa tudo às claras.

SR. ALI KRIRI:

E outra, fala com a Lígia lá, mas diga para ela que ela vai lá,

Eu contei para ela, eu moro bem em cima da ponte. Diga lá que ela vá lá na minha casa. Não em casa do chefe.

PROF. SÁLVIO: Não, na casa do cacique.

SR. ALI KRIRI:

Eu gostaria... quem é prejudicado é o índio, quem é prejudicado é o índio. Mas outra também, Seu Sálvio, eu vim proposta dizer assim, se a Lígia quer que eu vou lá, eu vou, ou se ela vir, também, eu quero que ela me conta a certeza também. Eu não tenho nada com ela, mas se ela está para olhar para índio, ela tem que ajudar o índio.

PROF. SÁLVIO: É, eu falei para ela: "Olha, a turma lá do Bugio já ganhou, agora a FUNAI está assistindo eles agora...".

SR. ALI KRIRI:

Então, é dos dois lado, dos dois lados.

PROF. SÁLVIO: É, porque o Veitchazinho andou por lá, foi lá em Xanxerê mas... eu falei com o Wilmar e eu expliquei quem era o Veitchazinho: "Olha, cuidado, não vai na conversa dele, ele chora muito, mas ele..." e ele disse: "Não, pode deixar".

SR. ALI KRIRI:

Não, porque o Veitchazinho, ele chora para ele.

PROF. SÁLVIO: Sim, ele fala para todo mundo, mas ele não vai lá em cima. É, ele chora muito para ele, para ele e para a família dele.

SR. ALI KRIRI:

Agora, ele está falando assim: "É, se quer que eu ajudo, eu ajudo vocês também", ele disse, mas ele quer para ele. Ele ganhou, parece que, 3 fardos de açúcar e não sei do que mais. Tudo para ele.

PROF. SÁLVIO: Sim, mas não era da turma lá de cima?

SR. ALI KRIRI: É, mas ele tirou deles já.

PROF. SÁLVIO: Sim, e eles não brigam com ele?

SR. ALI KRIRI: Não sei.

PROF. SÁLVIO: Ou o Antonio levou também?

SR. ALI KRIRI: Não, o Antonio, ele ajuda o Antonio também.

PROF. SÁLVIO: E o Edu?

SR. ALI KRIRI: O Edu não sei como é que está.

PROF. SÁLVIO: O Edu não tinha muita coisa com madeira?

SR. ALI KRIRI: Tinha

PROF. SÁLVIO: E o Morlo, o marido da Favela?

SR. ALI KRIRI: Ele correu para baixo.

PROF. SÁLVIO: Ah, ele está aqui em baixo.

SR. ALI KRIRI:

Eu, Seu Sálvio, vocês aí, eu sei tudinho, eu sou velho, conhece branco como índio. Eu não quero tapear você, chego aqui, converso tudo certo como eu deve de falar. Não dizer para Sálvio tem que dizer: "Tem que ser aquilo". Não, eu vou falar a favor da comunidade. E também quando tenho todo, eu não vou lograr ninguém. Eu tenho que fazer tudo certo, Seu Sálvio, eu não vou tapear ninguém, se, como eu estou falando da comida aí, eu, se ela dizer para mim assim: "Ali, você tem que ganhar mais do que eles, porque, se aquele fulano ganhar 1 quilo, você tem que ganhar 2 quilos". Então, eu quero que ela me diga isso, para eu ter aquilo. Porque, eu gosto dizer assim que a Lígia, se chegar assim: "Ele é o cacique de vocês, vocês tem que deixar ele ter aquilo com ele, você não tem que falar porque ele está trabalhando por vocês", isso, Sálvio, quando a Lígia chega aqui, você avisa ela.

PROF. SÁLVIO: Não, claro, e ela sabe disso, ela, aquela vez que ria ir para baixo, mas ela não teve condições. E depois, o seguinte, o Veitchazinho andou mentindo.

SR. ALI KRIRI:

Ele mente bem, ele mente muito, mas eu não quero mentir para ela. Eu não gosto de mentir para ela.

PROF. SÁLVIO: Mas eu já falei para ela, eu já expliquei para ela, eu já expliquei para o Seu Wilmar lá de Xanxerê, do CIMI, eles estão sabendo, eles já estão prevenidos, eles não vão mais assim na conversa dele. Porque como o senhor falou, ele quer conseguir para ele.

SR. ALI KRIRI:

Mas, Seu Sálvio, me ajuda naquela parte, não me ajudar, olha, eu estou aqui, eles estão procurando os direitos deles, lá, os índios, e eu estou aqui. É uma parte também, eu quero que ela me ajuda também nessas minhas viagens de lá tudo. Ela está sabendo de tudo, como é que eu estou trabalhando pelo índio e ela também está trabalhando pelo índio e você também está trabalhando pelo índio. Você... Eu não vou deixar índio para trás, dizer que ele está ganhando aquilo, não está ganhando. Eu quero que o índio vai todo certo. Eu sei que a Lígia, ela foi uma mulher muito boa para mim.

PROF. SÁLVIO: Não, ela vai ajudar o senhor sim. Pois é, seu Ali, eu agradeço muito essa conversa que o senhor teve comigo, porque, como o senhor falou, eu quero ajudar o índio, mas o senhor tem 60 anos, o senhor conhece tudo.

SR. ALI KRIRI:

É, eu tenho 60 anos, 60 anos que eu conheço. Não, agora, o Antonio Caxias, ele é novo, mas é, ele é cacique lá, e eu não entendo o que que ele vai falar.

PROF. SÁLVIO: Não, por isso que eu digo, Seu Ali, quer dizer, eu, para mim, puder ajudar dentro daquele pouquinho que eu posso ajudar, mas que eu faço, eu faço porque eu me interesso. Mas eu preciso da ajuda do senhor, por isso que eu agradeço.

SR. ALI KRIRI:

Não, não, isso que eu também digo.

PROF. SÁLVIO: Porque o senhor vive, o senhor sabe, o senhor conhece todo índio. como o senhor falou, o senhor é um pai dentro da tribo, o senhor é um pai, o senhor conhece todo mundo.

SR. ALI KRIRI:

Eu não sou novo não, eu sou velho. Eu entendo tudo, até do FBI eu entendo que eles fizeram. Como eu fui depois contra a FUNAI também, fui contra a FUNAI, com a manga arregaçada. Até fui contra o Dr. Silvio também, até briguei com ele mesmo. Porque eu queria obedecer o chefe, obedecer o chefe, se é certo, ou ele obedecer eu ou eu obedecer ele também. Mas se ele não quer obedecer eu, como ele quer, como deve fazer, então também não vou. Isso que eu tenho comigo. Seu Sálvio, é isso que eu tenho que falar. Então eu peço até perdão para o Silvio, porque o Silvio era uma pessoa muito bom. Mas porque que eu fui contra ele? Por causa da FUNAI, eu achei que eles eram muito bom, né? Mas não era muito bom.

PROF. SÁLVIO: É, eles mudaram, ele tiraram o chefe que tinha lá. Porque com o sr. Dival o senhor se entendia.

SR. ALI KRIRI:

É, como Dival eu me entendia. Agora o novo aí não vale nada.

PROF. SÁLVIO: E os outros, de antes, não valiam muita coisa. É isso seu Ali, eu gostei muito, eu agradeço muito ao senhor pelo senhor ter feito essa conversa.

SR. ALI KRIRI:

É, porque as pessoas lá no Bugio, eu não vou contra eles, porque são minha gente também, são todos, não vou contra eles porque? Porque que eu digo isso? Porque são minha gente também. Mas quem que tapeou eles? Quem tapeou eles e eu também? A FUNAI que tapeou nós. Então agora, a briga com quem? A briga com quem? A FUNAI jogou índio contra índio, então quer dizer que às vezes

o branco diz que joga índio contra índio e no fim é eles que faz. Eu entendo assim.

PROF. SÁLVIO: É, eles fazem de propósito.

SR. ALI KRIRI:

Viu, seu Sálvio, a FUNAI jogou índio contra índio, porque que aquela vez não disseram para eles: "Não, vocês ficam aqui, nós ajudamos vocês, uós demos aqui"...

DEPOIMENTO DO SR. LINO NUNC-UFOÔRO

PROF. SÁLVIO: O senhor me dá um resumozinho da história do seu Olímpio?

PROF. LINO: Conforme aconteceu né.

PROF. SÁLVIO: É.

PROF. LINO: Segundo agente bem contando a história que houve ali, de Olímpio, cacique, capitão, aconteceu que a minha irmã, morava num toldo, numa casinha muito ruim, como já havia contado né, eu então falei com ela, disse pra ela: olha Ida você vai morar na minha casinha que eu comprei que era dorga, está desocupada, e eu não vou ocupar agora, vou ocupar mais tarde, quando vier, quando o DNOS construir a estrada, então eu venho morar pra cá, ai eu vou precisar daquela casinha ali mas por enquanto não, então sabe lá quando é que vem essa estrada ai, que vão construir, enquanto isso você vai morar ali nessa casinha, você faz a tua lavourinha ali, tem capoeirão bom ali, você faz sua lavoura e, e se você cuida da casinha, ali é tudo meu, eu disse pra ela, então você vai zelando e fica ali. A nesse tempo que ela veio morar ali, mais ou menos um ano, ou quase um ano, é quando chegou Olímpio de Lages, que morava em Lages, e apartou-se com a mulher lá e veio com os filhinhos dele, 4 filhinhos e veio foi direto, na casa da mãe dele, é onde a mãe parava, justamente na minha casa, então ali aquela casa, ficou junto com ela, ficou ali. Uns dois ou três meses depois, mais ou menos, ela veio contar a história pra mim aqui dizendo que o Olímpio havia encrencado com ela, porque ela quiz corrigir os meninos dele, que eram muito mal criados e ele achou ruim, então sabe de uma coisa, eu vou sair de lá, eu vou sair de lá, e vou morar noutro lugar. Ai espera, mais Ida, você não devia fazer isso, você então, antes de você sair, ele é que deve sair, não você. Ele veio de fora, chega ai já quer mandar em tudo. Não, ele sai e você fica. Eu disse pra ela né. Então ela resolveu ficar de novo. Mais, depois de dois ou três meses eu soube que ela já tinha saído, já tinha saído da casa. Então eu cha-

mei ela aqui, ela veio, falei com ela aqui. ela disse: Olha, eu sai mesmo, porque eu não pude mais aguentar, não tem quem aguentar com o Olímpio, ele, aquele menino são mal-criado mesmo, e eu não estou pra atuarar desaforo de criança. Então eu sai de lá. Eu sai porque ele não quer que corrija, ele fica brabo, então eu sai. Eu disse pra ela: Olha, mais não devia ter feito isso, você devia ter ficado, então ele tivesse saído. Mas bom, saiu, saiu. Ai, depois mais tarde, eu foi lá pra ver uma roça que eu tinha lá, uma roça de milho, se já estava na hora de colher. Então eu fui com o meu rapaz. Eu cheguei lá, eu disse pro meu rapaz: vamos dar uma chegadinha alí no Olímpio, eu quero dar uma faladinha com ele. Então eu cheguei lá, mais ou menos meio dia, aí fui lá e falei com ele. Eu contei pra ele, olha Olímpio, vim falar com você, vim falar com você porque essa casinha aqui eu comprei, é da minha filha e pretendo morar aqui, eu disse. Mais tarde, agora não. mais tarde eu pretendo morar aqui. Então por isso eu vim falar com você. Essa casinha aqui é minha, eu vim contar pra você, eu tinha falado com tua mãe, pra ela vim aqui, mais parece que vocês não se deram certo. Então eu quero que você, assim como eu fale com tua mãe, você fique aqui e cuide de tudo, que tem aqui, tudo que tem aqui é meu. Então você disse ai, nas mesmas condições que vi com tua mãe. Tem capoeirão ai, pode fazer tua lavoura esse ano, quem sabe próximo ano eu vou morar aqui, eu não sei, eu disse pra ele. E nisso, ele já se reminou contra mim, ele já não achou bom. Pois é, mas o tio tem a casa boa lá, agora saí de lá? digo não, mas você sabe que um dia vai sair de lá, não é que a gente queira sair, é que devo sair, você sabe que depois dessa barragem pronta alí, vai ser tudo inundado lá, eu tenho que sair de lá, eu falei isso com ele. Mas ele, eu falei toda a conversinha e ele não gostou, ele não gostou nada, nada da conversa, ele queria imbirá queria ficá ali, e não queria que eu morasse ali. Mas então eu falei toda a conversa com ele e vim me embora. Dali em diante, ele começou a provocar, mas não diretamente, mas indiretamente. Falava com um com outro, que não saia nem por nada, só se pagasse 300 milhões de cruzeiro, queria que pagasse. Então sim, se não, não ia sair dali não. Ai começou a falar essas bobagens, foi falando, foi

falando. Ai então eu resolvi falar com o cacique. Digo, eu não falo mais com ele não, se não ele vai querer encrencar comigo, eu não vou querer, eu não vou aceitar isso, então eu vou falar com o cacique. O cacique vai falar com ele. E vai falar com ele então, é pra nós fazer uma combinação, assim, numa reunião de líderes, de liderança ai nós podemos aceitar. Isso eu pensei de fazer. Então fale com o cacique, com o Aristides. Então eu falei com o Aristides, eu queria que você fosse comigo, pra nós ir lá no Olímpio, falar dessa questão, que eu te falei. Já tinha falado com ele uma vez. Ai ele disse: não, então você fica, eu vou, vou convidar o capitão e mais alguém da vizinhança pra nós ir lá e conversar com ele. Se você for, ai você repercute se você já tem essa encrenca, capaz dele não gostar, então é bom que você fica, eu vou, vou lá. E nós vamos fazer uma acordo então. Foi então que eles foram então, numa segunda feira é que eles foram lá mas antes deles ir, no sábado, depois que houve já uma combinação, ele já soube que eles iam lá, ou que eu ia lá com eles, então Nezinho já preparou lá uma foice, todos eles com uma foice, mulher com a foice, os filhinhos dele com uma foice, todos com foice e foram pra lá dizendo que ia cortar a capoeira lá né, um pixerão, foram pra lá, segunda feira cedo. Antes de atravessar pro lado de lá, já estava lá. Já estava cedo. E depois que chegaram lá, o cacique falou com o Olímpio, contou a história pra ele dizendo pra que ele viesse aqui fazer uma combinação comigo, devido essa moradia ali sabe, o agente comprou, mais tarde ele pretende morar aqui, mas ele não vai te botar na rua, inclusive ele vai te ajudar. Foi o que eu falei com ele mesmo né, eu fale com ele que eu ia ajudar ele. Sempre meu plano era de ajudar ele. Então o cacique falou com ele, o capitão também falou pra eles virem até aqui pra fazer um acordo, ou na chefia né. Chega lá no seu Dival, na chefia fazer um acordo, nem que fizesse um papel assinado ali, fazer um termo ali de compromisso assim tudo isso ai. Mas... ele foi indo, foi indo até mais ou menos uma hora conforme me contaram, uma hora com - vencendo ele. E ele concordou, o Olímpio concordou. Eu vou junto com vocês então. E quando ele disse que vinha junto, então o Nezinho que estava escutando, ele disse: Não, o Olímpio não vai

não. Hoje ele não vai não. Mas porque que ele não vai. Porque quem manda sou eu. Eu sou o capitão. Bom se você é o capitão, você deve me ajudar pra ele ir junto com a gente. Porque agora você está impedindo. Não devia fazer um acordo. Mas quando nós chegamos perto dele, ele sacou uma faca então ele sangrou Aristides com 2 facadas. E quando ele caiu, com aquelas duas facadas que ele tomou, o filho dele que tava perto dele, o Dilo tomou 1 das foices que o Nezinho tinha que estava encostado na parede, ele tomou uma das foices e investiu contra Olímpio. E nisso, Olímpio saiu correndo e alcançou uma distância, pelo que eu pude notar lá, mais ou menos uns 30 metros, e que no que ele alcançou para dar uma foçada nele, escorregou porque era meio liso onde não pegou a foçada no pescoço dele. E passou de raspada nele e cortou um pouco, então o Aristides le longe, caído, viu aquilo ali e gritou com o filho dele e disse: Não mate o homem. Não mate o homem porque, pediu para ele arrear a foice, ai ele arrear a foice, cortou uma vara que tinha ali e surrou ele com uma vara. Que aconteceu lá com aquela briga foi isso ai, que até ai eu estou sabendo assim.

PROF. SÁLVIO: E a respeito do Nezinho porque da briga do Nezinho contra a liderança, é por causa da questão da madeira?

PROF. LINO: Nezinho era um capitão dessa liderança daqui, a nossa liderança. Mas, acontece que sempre, a tendência dele era assim, tirar madeira, ele queria assim. Mas como a liderança de um modo geral não aceitava isso, não concordava, a nossa liderança daqui não concordava com isso, então ele se retirou da nossa liderança. Não concordou. E quando a turma tava de Bugio, tirando madeira vendendo lá-a a torta e a direita, assim clandestinamente, foi preso pela polícia em maio. Parece que foi maio ou abril, sei lá, foram preso por lá. Então o Nezinho concordou com eles né, aceitou o lado de lá, que eles tavam certos, então ele saiu de nós e passou para aquele lado, de lá, então naquele movimento contra a chefia do posto, para prender os funcionários e tirar fora da área. E Nezinho acompanhou aquele grupo. Ele estava do nosso lado, acompanhou o grupo do lado de lá. Foi

aonde que foi preso a chefia por algumas horas então depois a polícia federal retirou dali para fora da área, que ficou sem chefia aqui dentro da área, e nesse meio de tempo, a falta de chefia aqui dentro da área, tudo a ocupação aqui ficou fechado. A enfermaria, a sede do posto, a escola, tudo fechado. Foi aonde que Nezinho tomou parte do roubo de objetos da enfermaria, principalmente roupa de cama, cobertores tinha 11, eu contei aqui, 11 cobertores e travesseiros, capa de coberta, e fronhas, tudo isso ai. O que tinham lá fizeram a limpa, foi tirado inclusive aquele colchão de espuma, que tinha foi tirado tudo inclusive o próprio Nezinho confessou que de fato foi ele. Que nós chamamos a atenção depois chamamos ele aqui na liderança, chamamos ele aqui, Nezinho você tomou parte nisso e nisso. De fato ele contou que de fato foi e disse que ia entregar e nunca entregou, contou mais ou menos quem ajudou foi o que o Nezinho contou. E naquele dia então ele foi demitido, foi tirado fora, você não serve mais como capitão, de agora em diante você não é mais capitão aqui, foi naquele dia. E daquela data em diante, depois daquela briga...

PROF. SÁLVIO: Então ele perdeu o cargo, só perdeu o cargo depois de ter feito o roubo?

PROF. LINO: É, depois de ter feito o roubo, é, então a liderança tomou medida e tirou ele do cargo depois disso ai. Mas durante tempo, ele morava aqui pro lado de cá, não no Bugio, ele estava sempre aqui. Ele só foi pro Bugio depois de outra briga de Olímpio. Depois disso ai, que ele foi pra lá. Esta briga foi, não me recordo, acho que foi em outubro.

PROF. SÁLVIO: Em outubro?

PROF. LINO: É, então Nezinho foi para lá, foi para lá dizendo que aqui ele estava sendo perseguido então deu notícia no jornal que ele estava escondido lá na mais alta montanha que não se sabe. É tudo pra inglês vê né. O jornal faz cada coisa! Cada bobagem, ele tava no Bugiu, enquanto isso foi lá vender madeira com a turma ali e veio com essas bobagens toda. Então foi assim que

se deu aquela encrenca de Olímpio com o cacique. Foi assim. Então, até hoje, Olímpio depois desta data foi pra lá também junto com eles teve no hospital, ficou melhor, então ele foi lá com o grupo do Bugiu. Então ele está lá com eles, e participou com eles nessa última tiração de madeira, e foi preso pela polícia ele participou também, Nezinho e tudo. Então aumento mais o número de liderança deles lá, eles pegaram mais essa liderança rebelde né. Eles pegaram lá com eles.

PROF. SÁLVIO: Pelo que eu conheço Antônio Caxias, Kangó Patté, mas eles ali, eles dizem índios puros, né, que são os índios puros contra os mestiços, mas o que eu estou vendo aqui, não é bem isso, não são os índios puros que estão levando o principal.

PROF. LINO: Não, isso eles fazem o seguinte: eles dizem assim, aqui nós somos índios puros, é pra eles levar, eles querem ter apoio das autoridades, inclusive da FUNAI eles querem ter apoio eles acham assim, que eles sendo puro eles tem mais vantagem, sendo puro eles tem mais apoio. Então não sei aonde eles arranjaram esse argumento, que eles disseram: vamos dizer que somos índios puros. Enquanto lá dentro está Francisco, Bonetti, que é casado com índia, Arnaldo Marló, casado com uma índia e Augustinho, Augusto, casado com uma índia. O genro do Marló também casado com índia. Tem mais ou menos umas 6 ou 7 famílias lá que é branco, no meio das 43 famílias que faz parte das 43 famílias que estão lá. Que é branco casado com índio. E ali, tem os mestiços também né.

PROF. SÁLVIO: Sim, tem os índios puros mas não são aqueles que levam...

PROF. LINO: Não, não os puros, sempre os vantajosos salientam eles ali o vivão, são esses ali. O branco é que é mais fácil da gente conversar com madeireiro, entrar em negócio, justamente é o branco.

PROF. SÁLVIO: E esse Marló, não era da exploração de palmito?

PROF. LINO: Era, era aquele.

PROF. SÁLVIO: Como era essa exploração de palmito? Isso já foi a muito tempo não é?

PROF. LINO: É, faz muito tempo, então eles exploravam palmito na área, naquela fábrica de conserva de Timbó, então eles tiravam o palmito, e o Mirló era intermediário, entre os índios e aquela firma, aquela fábrica de conserva, ele era intermediário. Então ele comprava o palmito dos índios e fazia o pagamento pros índios e fazia a entrega do palmito lá praquela fábrica né. Ele fazia isso ai. Ele era intermediário, ele não trabalhava, ele não cortava palmito, ele ganhava dali. Ganhava mais que os índios. os índios que trabalhavam, cortavam palmito, puxavam nas costas, aquele trabalhão todo, ganhava menos.

PROF. SÁLVIO: E o Marló morava dentro da área?

PROF. LINO: Ele morava dentro da área, sempre morou aqui. E então o Marló sempre tinha esse tipo de negócio. De intermediário sempre foi.

PROF. SÁLVIO: Ele é português ou italiano?

PROF. LINO: Não, não ele é português. Ultimamente, ele comprou uma motoserra Stil 51, faz mais de anos. Desde 80 que ele comprou que eu sei. Em 80 ele comprou aquela serra. E depois daquela serra ele comprou outra. Eu sei que tem e que pode comprar serra né. A mulher dele é enfermeira, ganha um bom dinheiro, é o que pode mais comprar serra e tirar madeira, porque quem tem motoserra, tira mais, e o que não tem, tira menos porque com machado o serviço não rende tanto. É isso ai, então essas pessoas assim, esses brancos, foi intermediário do índio. Entre o índio e os madeireiros.

PROF. SÁLVIO: Então todos esses daqui: Francisco Bonetti, Marló, Augustinho Varella, genro do Marló também, casados com a filha dele.

PROF. LINO: é, e tem mais, branca também tem lá. Tem mulher bran

ca lá, que tem um genro do filho do Marló. Agora veio pra cá, já tão vindo, tá morando aqui, mais morou lá né. Um tá em Caxias, porque essa historinha de dizer que é índio puro, é história deles.

PROF. SÁLVIO: Dessas 43 famílias, o senhor falou, 6 ou 7 são brancos?

PROF. LINO: É são, brancos juntos.

PROF. SÁLVIO: Que são eles que levam, se intermediam, portanto, que levam o principal.

PROF. LINO: É, o mais é eles. Então com eles tá também o da liderança, o Antônio, uma frente, é o que faz comércio. E que vai nos madeiros, faz o negócio. Recebe o dinheiro, que divide. Como eles dizem né. Até carro eles podem comprar. Ele já comprou um carro e os outros lá também compraram, o Marló também tem. Então essa gente pode comprar né. Enquanto os índios estão lá mendigando, esperando o dinheiro que os outros dão. Ai eles pegam o dinheirinho, vão comprar alimentação, enquanto os outros tão com o maior. Então esse tipo de negócio, já vem vindo a muito tempo, aqui dentro, e dificilmente a gente convenceu esses índios, que eles já estão muito acostumados com isso é. Então assim, bem introsado com este tipo de negócio, que eles não aceitam mas outro tipo, vamos dizer assim, vamos fazer lavoura, não, não querem aceitar. Porque fazer lavoura tem que esperar 6 meses, 8 meses pra produzir né Então é isso ai, então eu sempre digo se não resolver entre a FUNAI, ou outro agente do governo, mesmo que ajude nesta parte né, pra dar um outro meio né isso não vai resolver o problema do índio não. Precisa que haja um acerto nisso ai.

PROF. SÁLVIO: Não porque é interessante, porque por exemplo se eles perdem, parece que tem um documento onde eles pediam os seus candidatos da área né.

PROF. LINO: Tem.

PROF. SÁLVIO: Sim, como é que ficam eles? Se também são brancos, quer dizer, o senhor, a sua mãe é índia né?

PROF. LINO: Minha mãe é índia.

PROF. SÁLVIO: Tem gente que não é índio.

PROF. LINO: A minha mãe é índia pura né. É lá de caindiano né, meu pai, ele não é índio, mas era mestiço.

PROF. SÁLVIO: Já era mestiço?

PROF. LINO: Já, já era mestiço.

PROF. SÁLVIO: Sim, eles querem que o senhor saia da área, mas, em compensação eles tão lá!

PROF. LINO: Ém a minha vó, era índia, acho que ela foi pega no mato, a minha vó por parte de meu pai ainda.

PROF. SÁLVIO: Ela pertenceu ao grupo?

PROF. LINO: É sim, mais a minha mãe é de Caindiano. Agora esta retirada, quando pediram, pediram a minha retirada, e o chefe do posto que é o Dival, Aristides fizeram isso aí. A gente sabe que o Aristides agora está trabalhando, antigamente houve aqueles problemas, aquela coisa toda com o Aristides, agora ele mudou, ele mudou, ele não tá com aquele grupo lá não, mas, eles ainda alegam, ainda, que ali foi isso, ali foi isso, os filhos deles tem a madeira, e de fato, os filhos dele tem a madeira. Os filhos, o genro dele. Então eles alegam aquilo ali. Eles também tiravam a coisa, mas tiravam antes, todo mundo tirava, mas agora não né, agora, depois que a polícia prendeu, pela primeira vez, aqui ninguém mais pôs as mãos, ninguém mais tirou madeira. Todo mundo parou, todo mundo fez a lavourinha deles né. E a gente tá vendo aqui que, que esse grupo que mora pro lado de cá, aqui na margem do rio, quase todos eles têm a sua rocinha.

PROF. SÁLVIO: É, eu tive passando, tem muitas rocinhas em cima dos morros.

PROF. LINO: É e aqui pra cima também, você vai ver muita roci -
nha já feita. Roça pequena, mas um pouco de feijão, milho e ou-
tras coisas plantadas, batata doce... E esses do grupo do Bugiu
não, esses não tem nada, passei um tempo lá, não tinha nada plan-
tado. Então você vê uma coisa que não tem condições para ficar,
lá desse jeito, porque viver só de madeira só, só disso, enquan-
to que o grupo de cá tem que trabalhar. Ai, não é certo né. Eu
fui, a gente espera que o governo, nessa parte aqui, principal-
mente esse lado do governo, pessoal da FUNAI, eles tomam uma cer-
ta medida nisso aí né. Pra modificar esse sistema aí, de traba-
lho, da FUNAI dentro da área, diferente, se não aproveitar o re-
curso, legalmente né, racional, se não fizer isso, é claro que
o índio vai ter que sair da área uma parte, ou tem que ver, não
tem que sair, se trancar madeira, se não deixar tirar mesmo, a
maior parte vai ter que sair, principalmente o Bugiu tem que
sair, fora da área, o que ficar vai perecer, vai morrer de fome,
é o que vai acontecer, que a FUNAI precisa mudar um outro meio,
e tem meio, o posto, tem recurso, afinal de contas tem, é só sa-
ber, é só ter uma combinação. Tem outra maneira que eu não con-
cordo acho que não está certo, é esse tipo de negócio, vender
madeira, a FUNAI vende madeira e leva o dinheiro lá prá Curiti-
ba, fica lá, o dinheiro lá, vem lá como, não, então não dá cer-
to. O dinheiro tem que ficar em nome da comunidade, em nome da
tribo, é dos índios, então tem que ficar em nome dos índios. É
o que tá dando naquela questão ali daquele trator ali. Os índios
vieram contar pra mim. O trator foi preso pela polícia. Bom,
trouxeram pra área, disseram pro cacique assim, o próprio dele-
gado falou, o trator vai ficar aqui e certamente vai se acabar
aqui na área, porque aqui, ninguém mais vai tirar daqui. Agora
veio uma ordem ali, que vai tirar o trator, não tá no nome dos
índios. Tá no nome do chefe do posto. E o chefe do posto, tem
que fazer o papel dele né. Tem que entregar. E aí, vai chocar
os índios novamente, os índios vão ficar novamente increncados,
vai dar briga de novo, é o que vai acontecer. O que não devia a
contecer.

PROF. SÁLVIO: O posto é novo?

PROF. LINO: Ele é novo, não entende disso ai né. Pode dar en-
crença. E, tudo isso ai, a gente começa a meditar, e vê que as
coisas, precisa haver um acerto nisso ai.

PROF. SÁLVIO: Sr. Lino, o senhor é daqui mesmo, o senhor já te-
ve, digamos assim, o senhor já foi professor na
reserva, já trabalhou na FUNAI ou em outros pos-
tos, ou só, sempre só viveu aqui?

PROF. LINO: Bom, o meu tempo todo, conhece os postos, já traba-
lhei em Votor em pouco tempo né. Mas o meu tempo todo eu vivi
aqui nessa área.

PROF. SÁLVIO: Não, porque, eu sei que tem outros índios aqui,
por exemplo Indini, eles trabalham em outros pos-
tos. Mas o senhor não, o sr. normalmente ficou
aqui?

PROF. LINO: É, em Votor eu trabalhei em agosto de 75, até dezem-
bro, ajudei a lecionar numa escola que tem ali. Mas foi só aque-
le período ali. Depois eu sai de lá, trabalhei também em 74 lá,
em 75 trabalhei como tabuleiro naquela ocasião, daquele levanta-
mento foi feito ali.

PROF. SÁLVIO: Ah! sim, eu vi naqueles arquivos.

PROF. LINO: Ah! sim, 7 meses, no tabuleiro. Comecei no mês de
maio foi feito o trabalho e encerramos no mês de novembro do
mesmo ano.

PROF. SÁLVIO: Lá na serra do tabuleiro, o senhor não encontrou
nem um vestígio de índios arrevios assim...

PROF. LINO: Nós encontramos, e a suspeita é que existe, naquela
ocasião, existiam índios selvagens lá. Quem sabe uma família, 2
ou 3 quem sabe né. Hoje não sei, eu ouvi falar. Ontem ainda, te-
ve um pai ai falando comigo, falando comigo agora, que foi vis-
to, foi encontrado vestígio fresco de índio mesmo, aqui na Ma-
tos Costas, município de Magos Costas em Calmão ali, ali tem
muito mato ainda, então tava contando agora, era pra contar pra

você agora, que você que contei na história lá, então ele contou pra mim, lá é índio mesmo que estão ali. Então, a gente não sabe. Mas eu desconfio que ainda existe, que tem algumas famílias aqui para o sul de Santa Catarina. E na costa do Rio Grande do Sul. Onde tem capão de mato eles tã por ali. Ainda existe. Não pode aumentar, é claro né, porque morre muito, depois a falta de alimentação, está escassa. Então a caça existe bem pouca. Depois a perseguição, pela parte do branco, então é claro que não pode existir mais muito né. Mas conforme ele contou, quem sabe se é mesmo né. É isso ai.

PROF. SÁLVIO: Sabe que justamente eu me lembrei de perguntar porque o senhor fazia a pesquisa do Sr. porque vocês andando naquele tabuleiro à pé, até no sul do Estado. Eu estava lendo lá. Pois é prof. Lino, eu, assim acho que deu pra gente ter uma idéia, de uma porção de coisas. A respeito da barragem, assim, que informação o sr. tem. Trabalhavam antes? Agora está parado. Quando começou a construção. Chegou a trabalhar muitos índios na barragem? ou não?

PROF. LINO: É, trabalhou alguns índios lá, mas não muito não.

PROF. SÁLVIO: E como é que a comunidade, porque a barragem, as obras começaram a ser feitas em... 76 né?

PROF. LINO: É, foi em 76, quando fizeram o primeiro fundamento.

PROF. SÁLVIO: A partir daquela data, no começo assim os índios já se preocupavam muito ou eles, quando é que eles começaram a sentir o problema da barragem?

PROF. LINO: Olha, porque geralmente o índio não se preocupa, enquanto ele não sente o efeito da coisa. Então eles iam trabalhar, justamente quando faziam a primeira sondagem. O Osvaldo trabalhou, mas alguns índios lá com ele, mas não muito, mas sempre alguns trabalhavam ali. Aqui na locação do levantamento, os índios também ajudaram ali. Trabalhavam também. Mas enquanto não

deu a primeira enchente ninguém se preocupou tanto. É, foi isso ai. É, é verdade que a gente tava prevendo isso ai, sabia que... mas o índio de um modo geral, só vai ver, depois que está prejudicado. Então muito antes, a gente já havia denunciado isso. Já havia falado essas coisas. Eu mesmo já falei muito, com muita gente. Isso ai, tá trazendo um prejuízo danado pra área. Deviam pagar os prejuízos, deveriam pagar essas terras, ninguém fala nada né, assim. Ia ser indenizado ou não, ninguém sabia disso. E eles tralhando, trabalhando. Até que então, quando deu a primeira enchente, todo mundo se acordou né. Olha ai, e se ficar pronto aquilo lá, como é que vai ser? Ai então, todo mundo começou a se mexer. Falar mais né. Ai que deu a segunda enchente e paralizou porque eles tinham que pagar o prejuízo e ninguém mais aceitou que fizesse isso ai né. Inclusive até o prefeito mandou parar a obra ali. Enquanto não fossem todos indenizados.

PROF. SÁLVIO: Exatamente porque, o prejuízo maior é, eu pergunto isso se o sr. não leu uma relação entre... por exemplo, entre essas brigas todas que está havendo entre a turma de lá, as lideranças. Se tem muito da madeira ali. Mas, se no fundo não tem alguma coisa com a própria pressão da barragem né.

PROF. LINO: É, não tem dúvida, que se os índios não tivessem ido ao Bugiu, tivessem colocado lá, não teria essa coisa. Eu acredito isso, que não teria isso ai. Isto justamente foram devido a conjunção da barragem. Isso trouxe uma boa parte dos índios Tainila e Heri Quidu, na construção da barragem. Não tem dúvida que é isso ai mesmo. Então, mas, aqui, como digo no princípio, ninguém tava observando muito isso ai, encarando isso a sério né. Isso foi feito depois. É que todo mundo, quando viram que deu a primeira enchente, começaram: o que vai acontecer. Eu queria ainda contar do prejuízo que vai trazer a barragem né. Quais são os prejuízos, as causas principais.

LADO II

Essa barragem que está sendo ai, ainda que não atinja, vamos dizer assim em termos de prejuízo né, a todas as famílias. Você

vê, somente as que moram lá embaixo onde vão ser atingidos pela água da barragem. Somente eles que vão se prejudicar, mas em termos geral, prejudica toda a área. Toda a comunidade sente esse peso. Porque todos eles estão inseguros. Uma nova estrada tem que ser construída. Aquelas 10 vão ser nulas. As coisas vão ser mexidas do lugar, tiradas, e precisa mudar, precisa sair dali. Do local aonde estão agora, atualmente. Bom, então só mexer uma mudança, só só fazer uma mudança já é um prejuízo. Isso já é um prejuízo grande.

PROF. SÁLVIO: E prof. Lino, por exemplo, vai haver uma pressão de terras entende, porque grande parte, quer dizer, a base fica toda... como é que fica.

PROF. LINO: Pois é, aí já é um prejuízo como eu venho te falando do nó, nesse ponto ali. Depois quando se falou em barragem, bom construir uma barragem, bom, construir uma barragem, nas áreas dos índios, bem, muito bem então daquela data em diante, mais ou menos em 76, 77 em diante, já ninguém mais cuidou de se organizar uma propriedade né, fazendo moradia né porque fazendo aqui, não dá certo. Quem sabe se a água pega aqui ou lá, essa coisa. E pra fazer no lugar certo, não tem estrada. Não tem acesso né. Bom, esses anos todos vão, deve estar fazendo uns 4 ou 5 anos, até essa data, em vez da situação da comunidade ir melhorando, vai piorando cada ano é um prejuízo a mais.

PROF. SÁLVIO: Prof. Lino, antes de começar esse negócio de rolo da barragem se plantava bem mais do que agora?

PROF. LINO: É, toda a comunidade fazia a sua lavourinha, quer dizer, fazia lavoura de milho, sempre tinha mais lavoura. Mas depois disso é que agora, foi deixando aos poucos de plantar né. E começaram com outras atividades, por exemplo na exploração, madeira, palanque, palmito. Isso foi insentivado assim, mais. E a parte da agricultura foi despresando. Por causa disso aí. Porque eles tem uma colocação, colocada aqui no meu lugar, então aqui vou fazer o meu trabalho. Aqui eu vou fazer a minha lavoura. Mas não houve isso aí. Até aquela data, quando

foi iniciada aquela barragem ali, ninguém tava sabendo, porque ninguém veio conversar com os índios aqui. Perguntar pra eles se eles queriam sair do lugar ou ia ser feito uma estrada, essa coisa toda né, não foi providenciado nada. Então, os índios foram assim cada vez ficando mais no prejuízo né. Até um ponto de um grupo, se deslocar do lugar e ir pra outra parte da área né, Veja só!

PROF. SÁLVIO: Como é que foi prof. Lino, como é que foi mesmo essa história deles se deslocarem lá pra cima, mais ou menos os detalhes.

PROF. LINO: Um ponto foi, essa é uma das partes, porque devido a barragem. Bom, então teve alguns índios, na delegacia de Curitiba, lá o delegado conversou com eles, que toda aquelas áreas vocês vão ter que sair dali, porque ali vai ser inundado, vocês vão ter que procurar um lugar mais alto, onde não vão ser prejudicados pela água. Então eles falaram lá no lugar do Bugiu, mas eles nem sabem o que é o Bugiu né. Não sabia. Ele sabe que pertence a área, mas aonde é, não sabe; nunca teve aqui. Então o lugar aonde os índios, então vamos pra lá, lá já não existia capeirão, já não era desmatado. É um lugar assim de mato né. É mato virgem. E lá, colocaram ali para fazer a pequena roça deles ali né. Ai descampado, ai não, não queremos terreno impróprio. A terra aqui pouco produz né. Encima da lama, terra seca. E justamente ali era a estrada, que tinha acesso pra cidade. Bem, é aonde que foi ficando, mas a madeira que iam derubando, eles iam vendendo, daquela data em diante, isso já está fazendo quase três anos. E foram vendendo aquilo ali, pra eles mesmo, ai veio o caso do índio gostar da venda da madeira sozinho. Primeiro veio os palanques, os sasafras, daqui a pouco, vendendo madeira em toras, canelas, peroba, cedro e outras madeiras. Ai ele foi gostando daquele típico negócio e a comunidade, as autoridades, foi avisando que isso não dá certo, mas isso ai futuramente pode trazer prejuízo. Hoje, nós temos, aquele grupo que se não vende madeira não sabe mais o que vai fazer. Deixou de plantar, até o que deu resultado pra eles, então eles pensam que só isso agora é que vai lhes valer. Não

pensam mais em fazer lavoura, não pensam mais em cultivar terra, criar gado, assim em pastagem. Nem pensam nisso ai, estão pensando só, se tirar a madeira, eles vão morrer de fome, e é o que está ocorrendo mesmo. A gente tem de prever, muito bem que se continuar desse jeito, assim vendendo madeira, sem o controle de ninguém, né isso futuramente vai dar um prejuízo muito grande pra área. Então esse é um plano que tem, esse é um plano que tem, assim, tirar madeira desse jeito não dá, não dá pra continuar assim. E se trancar a madeira, assim como está, trancado agora pela polícia, o índio só vai perecer. Então isso aqui agora é cabe muito mais, muito mais mesmo e quase inteiramente a FUNAI tomar uma atitude, uma certa maneira com a comunidade. Eu acredito que vai ter que lidar com toda autoridade pra apurar um denominador comum, pra chegar num acerto se não, o índio vai perecer, tem que chegar nessa conclusão, agora pelo contrário, não tem acerto. Não tem, eles são obrigados agora a fazer estudar uma maneira pra explorar a riqueza natural da área pra toda comunidade insentivar o índio na parte da agricultura. Eu tenho um plano pra isso ai. Eu fale com os índios agora mesmo, isto ai não está nas minhas mãos, a gente não está com as rédeas, está com eles né. Enquanto está com eles não vai, não vi mesmo. Até então poucos dias estava Dival, é uma pessoa já mais madura, muito tempo lidou com índio, não por ser amigo da gente, mas por ser uma pessoa capacitada, e a gente conversou muito, a gente se introsou muito né, assim já conheço Dival já 40 anos. Então a gente vê que ele tinha interesse, ele tinha mais ou menos assim a opinião que eu tenho né que é as coisas tem que se desenvolver na parte do índio. Tem que fazer as coisas para o índio. Seu Dival, tem mais ou menos o plano que eu tenho, mas agora ele saiu, ele sempre dizia assim pra mim: Olha Lino, se a FUNAI não me atender ai nessa área, o meu pedido, eu vou sair, não fico não. Mas se atender, não vou sair tão fácil não. Agora ele saiu, Porque não foi atendido o pedido dele. A FUNAI manda então um menino ali, uma pessoa inteiramente assim, sem experiência. É uma pessoa inexperienced. Eu vejo essa pessoa como uma pessoa irresponsável, o que vai dar um posto desse ai! Nada, nunca, nunca vai, de jei-

to nenhum. A pessoa não tem experiência de nada. Inclusive não quer executar o conselho de ninguém quer fazer como entende. Não quer, tô vendo ali, não mesmo. Então, esse é um dos pontos que é o erro que a FUNAI tem, a FUNAI tem esses erros. Põe uma pessoa que não entende nada aqui dentro da área, não providencia nada aqui, vai deixando as coisas assim. O índio está com fome é claro. Foi vendido agora essas madeiras que foi apreendido pela polícia, foi vendido um pouco. Então a FUNAI mandou esse dinheiro para os índios, deu um milhão cento e noventa parece que deu. Foi dividido pras tribos, deu pras famílias do lado de cá, deu onze mil e poucos cruzeiros, mas não é isso que vai resolver o problema do índio. Não é isso que vai resolver não. Precisa haver uma maneira, eu tenho um plano, eu sempre falei, eu tenho um plano, mas não está na mão da gente. Está na mão dessa gente que não sabe nada. E como é que vão fazer, e ai fica tão ruim isso ai. Muitas vezes eu falei com eles sempre fazem ir embora, sempre fazer ir embora sabe professor, não tenho vontade de ficar aqui não. É justamente por ver essas coisas, a situação ai, muitos índios, principalmente aquele grupo do Bugio eles encaram a gente assim como uma pessoa que não deixa tirar madeira, como um combate, não tá certo né, esse tipo de negócio. O que o índio está fazendo, vender madeira por conta, um vende por um preço, outro vende por outro preço. É claro que além deles mesmo, deles ter aquela visão lá dentro que é o privilegiado. Enquanto que outros entre eles mesmos estão sofrendo lá DENTRO NÊ; Essas coisas não pode ocorrer, a gente combate isso ai, Sempre, pela polícia federal a poucos dias, tratando disso ai. Então eles pensam que a gente que, querem tirar eles dali. Esses do Bugio já pediram a minha retirada, o Dival, o cacique, pediram a nossa retirada daqui, tão pensando que nós pra eles pé um obstáculo né. Um obstáculo pela frente. Não entendendo, que o que estão fazendo não está certo, que precisa colhe, se eles entendessem que precisava reunir todo grupo e tivessem todos reunidos assim em termos de progresso de desenvolvimento. Precisava reunir toda a comunidade. Se eles entendessem isso ai, seria muito mais fácil pra lidar.

PROF. SÁLVIO: Professor Lino, o sr. falou em plano né, como se ria esse plano assim. O sr. teria disponibilida-
de de um plano de exploração racional?

PROF. LINO: Olha, eu teria um plano assim: a área que os índios, nó estamos vivendo numa situação muito assim difícil. A situação econômica do país também está difícil. Isso atinge
mais a classe pobre vamos dizer assim, e eu acredito que até o índio é o mais atingido nessa parte aí. E principalmente esse grupo que não tem criação, não tem lavoura, não tem nada. En-
tão é o mais atingido nessa parte. Estão perecendo, perecendo mesmo. E A FUNAI não tem condições, não tem condições de dar
o sustento suficiente para a comunidade inteira. Conta dentro da área, aproximadamente 150 famílias de índios, entre índios carigás, guarani, mestiço, tem 150 famílias aproximadamente. E pra dar de comer pra essa gente toda que é o principal aqui dentro, não é pra poca coisa, e tem família que precisa de um sustento integral pra poder viver. Muito bem, mas tem uma coisa, aonde é que eles vão tirar alimento pra tanta gente. A FUNAI não tem condições pra isso. A FUNAI não vai mandar dinheiro aqui ou alimento aqui pros índios. Não tem jeito. Como nesses dias agora, foi vendido a madeira e tocou onze mil, cento e poucos cruzeiros por família que moravam aqui na base do rio. Não é isso que vai resolver o problema do índio. Então eu penso o seguinte: é de explorar o recurso natural da reserva e para todos os índios, uma exploração racial, uma coisa justa mesmo né. Que o índio pudesse ter o seu sustento durante o ano né e controlar por exemplo, controlar toda a atividade do índio aqui, a agricultura, e para isso, teria que ter técnicos aqui agrícolas pra ensentivar na agricultura, na criação de gado, na criação de galinha, outras coisas, dando esse incentivo. Isso, não é um ano ou dois, eu acredito leva mais tempo isso aí né. Até que o índio vai se adaptar, assim como o branco lá fora, tava olhando alí, ter o seu terreninho, a criação dele, ta vivendo dali. O índio também precisa entrar nesses termos ali, pra ele poder sobreviver. Pelo contrário, ele não vai viver, não tem condições. É muito que não vão tirar madeira e dar o dinheiro pra ele comprar alimentação pra ele, e não en -

ensentivado, daqui 2 ou 3 anos da np mesmo. Então não pode ser assim. Então não pode ser assim. Ele precisa ser, insentivar o índio inclusive até ajudando ele a produzir, fazer ele a produzir. Mas não pode fazer ele produzir sem recurso. Ai não dá pra fazer o índio produzir. Tem que haver um recurso, o recurso financeiro como o recurso técnico. Tem que haver isso ai. Se não o índio não pode ir pra frente. É isso professor, que eu estou preocupadíssimo com isso ai. e se não der certo. Eu estou aqui preso mesmo porque eu tenho minha propriedade aqui, a gente gastou muito. Não foi, aqui não falam em indenização, tem ai o projeto do governo da indenização, não consta a minha propriedade aqui, eu peguei, fui falar com o delegado da FUNAI pra ver como é que fica. O que que vão fazer com isso ai. Se não a gente, eu estou resolvendo assim, se não dá certo a gente tá resolvendo quando receber, sair. Eu não sei, eu estou achando que não dá mesmo sabe. Ou tem que mudar. Eu recebi agora do prof. Silvio o pedido do presidente da FUNAI pedi pra ele fazer um relatório né, sobre a situação de Ibirama. Muito bem, então eu recebi aquilo ali, gostei muito. É o que deve ser feito. Por - que enquanto a FUNAI não se entender com os índios ou com outras autoridades que estão também olhando, pra essa parte dos índios aqui né. Resolver tudo em acordo, tudo nesse ponto ali. Não for feito isso ai, nada fica acertado. No caso, nós temos ai também a Assembléia do Estado o Deputado Álvaro Correia, até que tem se dedicado muito, tem trabalhado ao nosso favor. O pessoal da ANAI também tem se preocupado bastante né. E outras entidades a gente também nota que também se reunisse esses com a liderança indígena, com os índios e procurasse um meio que poderia ser feito pra gente chegar num ponto é por que que vamos ver se resolvemos o problema do índio. Se isso não for feito, nada vai ser resolvido. Por exemplo, eu digo isso, professor é por que eu tive lendo agora aquele projeto ali do DNOS, eu tive lendo ali, e constatou ali alguns erros, que não está certo não está direito não. Quando falaram ai daquele projeto onde conta ali dizendo que os índios deverão aproveitar as madeiras que vão ser inundadas. A gente pode vender pra eles, e tá certo isso ai, quem vai ocupar as áreas, quem vai inundar, essas

madeiras, não é índio, é o DNOS. Quem tem que pagar é o DNOS, não os índios, tá errado isso ai. Então isso ai, não podemos admitir isso ai, está errado. Esse é um ponto. Outro ponto, aquelas áreas que vão ser entregues agora em troca daquelas que vão ficar debaixo da água é menor do que esta que vai ficar debaixo da água. Tem 700 e poucos hectares, e essa passa um pouquinho de 800. Você vê uma coisa, então, essas que vão entregar em troca daquelas que vão ficar debaixo da água é menor do que esta que vai ficar debaixo da água. Tem 700 e poucos hectares, e essa passa um pouquinho de 800. Você vê uma coisa, então, essas que vão entregar em troca dessa é um terreno mais inferior do que essa, é montanhas, é morros, essa coisa toda né. Enquanto que eles vão cobrir de água onde as terras eles estão morando, é propriedade deles, onde eles tem um plantinha, alguns pés de árvores, eles tem plantado ali, terra madivagem, terra melhor, troca aquelas terras, quanto eles me dão de volta? nada disso, eles teriam que abaloar aquela terra, e abaloar essa, e ver o valor dessa e daquela e dar o que falta, mas não isso ai, eles estão errados nisso ai. Eles tão errado. Isto não pode ser assim, sabe. Eu estou preocupado cada vez mais preocupado com essa situação ai. Preocupadíssimo mesmo, eu já sei que vai chegar a um ponto de que o denominador comum disso ai, nós teria que fazer aquilo que o prof. Silvio sugeriu ao presidente. Eu não sei se isso vai ser concretizado, mas se for, é o que poderemos chegar a uma conclusão deste assunto ai. O que o sr. acha?

PROF. SÁLVIO: Eu acho que como o sr. falou, infelizmente não está na mão da gente fazer isso. Mas tem, a gente tem a possibilidade, eu acho que isto é essencial, se não, vai estourar. Começa a bater a fome. Então realmente o que cabe a gente fazer, o que eu pretendo fazer dentro desse trabalho é botar a boca no mundo, porque esse trabalho aqui, a gente pode comentar, chegar lá e dizer: Olha, o negócio é esse. Bom, então eu acho que isso ai um dia eles vão ter que chegar a isso, vão ter

que chegar a isso, vão ter que chegar a esse, pro jeto equacional, a uma exploração racional da ma-
deira, porque eu estava falando com o engenheiro
florestal, dá pra você tirar muitos metros cúbicos
de árvores, sem prejudicar uma floresta, sem
esgotá-la. Basta saber onde tirar, quanto tirar,
para não estragar as pequenas. Há uma série de
técnicas hoje em dia que dá perfeitamente sem es-
tragar a floresta, sem estragar a caça, sem estra
gar nada. Dá para tirar madeira, mas o importante
como o professor falou, tem que ter assessoria fi
nanceira e assessoria técnica. Mas professor Lino,
o sr. falou antes, que lá em cima (todo mundo sa-
be), mas eu gostaria assim, mais concretamente. O
sr. falou que tinha uns virus lá em cima, mas
não principalmente os viruzinhos madeireiros jun-
tos e quais seriam assim mais ou menos o seu co-
nhecimento da área. Estes virus que estão se apro
veitando dos índios lá pra tirar madeira. O que o
sr. acha, e quem é mais ou menos que o sr. tem
certeza que estão manejando isto?

PROF. LINO: Olha, a outra vez quando a polícia teve lá, prendeu
os madeireiros, foi em maio passado, então, os índios tinham di-
nheiro, cento e cinquenta milhões de cruzeiros eles tinham depo-
sitado no banco em nome da comunidade de lá né, Então esse di-
nheiro, depois que a polícia arrendeu a madeira toda né, os ma-
dereiros, que parou novamente né, que ninguém pode mais tirar
madeira. Então, os líderes dali, principalmente alguns cabeças,
é que foram aproveitando aquele dinheiro lá, foram tirando aos
poucos, tava na mão deles mesmo, então muito dos outros, vieram
reclamar, que aquele dinheiro não vinha, alguns pegaram um pou-
co, outros não pegaram nada e aqueles outros é que aproveitaram.
Não tavam tirando madeira, enquanto tavam tirando ele repartia
um pouco pros outros e aquele dinheiro que estava depositado nin-
guém mais tirou madeira então os outros que estavam na lideran-
ça, os mais vivão é que aproveitaram aquilo ali, isso eu sei dis

so ai. Os próprios índios lá me contavam né.

PROF. SÁLVIO: Quem seria?

PROF. LINO: Tem o cacique, Antonio Caxias, tem o Edu é um dos cabeça, tem o Cangó Patté, é um dos cabeça que eu sei que também né. Tem além desses ai, tem mais um outro lá, mas eu não sei, foi daqui pra lá. Tem o Olímpio, mas o Olímpio por enquanto eu sei que ele não tirou muita madeira porque foi daqui pra lá.

PROF. SÁLVIO: É seu sobrinho né?

PROF. LINO: É, depois da briga ele foi pra lá. E tem essas pessoas ai. Tem o João, o Patté. Então esses líderes, é que são os aproveitadores é que vão lá fora arrumar os madeiros lá, falar pros madeiros pra eles entrar lá dentro, se não puderem entrar de dia entra de noite, essa coisa toda. Eles que fazem isso. Então eles odeiam os outros. Os outros então ficam esperando por eles. Naquela ocasião que fomos na Polícia Federal, tivemos falando com o delegado federal e tava eles e nós né, quatro deles e três de nós, nós eramos 7, então lá o delegado falou, aconselhou, que eles não deveriam fazer isso. Isso ai seria um prejuízo, não só pra eles mas pra todos, futuramente fazia falta pra família deles, então vocês não devem fazer isso. Vocês não devem tirar mais madeira assim não, vocês escutem aqui o delegado, o delegado vai então providenciar outro recurso pra vocês, deu um conselho pra eles não mexer em madeira. bom, como viemos embora, eles contaram pra turma de lá dizendo que eles tiveram ordem, tiveram licença pra eles tirar madeira, né, e nós aqui não estava tirando, do lado de cá não. O Lino é que tranca tudo do lado de lá, nós não vamos tirar. Ai que abriu mesmo a porta. Ai que começaram mesmo a tirar madeira. O senhor vê uma coisa né.

PROF. SÁLVIO: Sim, essa reunião foi em Florianópolis?

PROF. LINO: foi em janeiro, parece que foi, até eu tinha a data aqui, não me lembro mais. Então deu isso ai. Ai o senhor vê

uma coisa, né, que a parte dele era só tirar madeira, viver da quilo ali, e esqueceram o que a terra produz, não pode acontecer mais isso ai. Tem que mudar isso ai. E pra mudar isso ai, é nesses termos, não tem outro meio não, chegar a um acordo, en quanto não se entender essa parte, não se resolve você vê uma coisa né. Eu sei que agora com essa tomada de posição da polícia, de prender o madeireiro lá e prender madeira, essa coisa toda, eu sei que até pouco tempo eles ainda tinham dinheiro pa ra poder se alimentar mas agora não tem mais, é claro né. Então, eles já devem estar perecendo eu soube que saiu uma turma não sei aonde, pra cortar palmito lá pra fora da área, lá pro branco né, e o carro vinha pegar eles agora essa semana pra eles tirar palmito, porque não tem mais dinheiro. Então o que vai acontecer de agora em diante, é essa, de vez enquanto chamam lá os palmiteiros, nos chamam lá, pra tirar palmito em São Paulo, lá não sei pra onde, em outro lugar, vão ter que sair da área, vão ter que sair pra poder viver, e os que ficam ai, que não tem condições de sair assim, muita gente não tem condições nem de trabalho né. Esses, vão perecer, vão ficar sofrendo ali. Os que podem não. O sr. vê uma coisa, então a situação é lamentável.

PROF. SÁLVIO: Prof. Lino falando em descer, eu estava no posto ali, eu percebo que tem, de vez enquanto está lá em cima, quero dizer, aqui em baixo. Não teria uma tendência com o tempo deles descerem novamente? Não os exploradores, mas esses que estão sen do Judibriados ai?

PROF. LINO: Bem, eu sei prof. Sálvio somente quando esta medida for tomada, desse jeito, quando haver um acerto que então vai voltar todos né não vão ficar só um pouco lá não, vem todos. Se a FUNAI tomar essa medida que eu estou mais ou menos assim planejando né, inclusive se for feito essa reunião eu quero estar nessa também, nem que eu peça pra ir junto. Se vai justamente com a liderança indígena, que diz que vai estar jun to, eu gostaria de estar lá pra apresentar isso ai enquanto não for resolvido isso ai, não se resolve o problema do índio. Eu

sei disso ai, então eu sei que se for isso realizado eles vão voltar pra cá. Eles irão voltar. Lá eles não tem condições de ser atendido, e isso eu dou razão, esses dias o delegado falou, falou que não tem condições pra dar um atendimento preciso lá na área deles. Você vê uma coisa deu essa chuva por exemplo agora, tem aquela serra lá pra subir, não sobe, quando tem alguém doente que precisa socorrer, vem alguém de lá que vem a visar, que está quase morrendo precisa tirar de lá pra levar pro hospital, como se pode ir lá, não tem condições. Então isso ai, o delegado falou com eles mesmo, então lá podemos atender na medida do possível. Quando não dá, vocês vão perecer. A visei e sempre avisando pra eles poderem voltar pra cá. Mas sempre tem esses índios lá que pensam assim que eles podem conseguir fazer isso que eles podem, porque né, o sr. vê uma coisa, quantos anos vivi lá, quase três anos vendendo madeira por conta, sozinho então tá muito bom assim então, isso de qualquer maneira vai continuar, e vai deliberar, até que deixe por conta de nós eles pensam assim. Ai você vê uma coisa, tô achando ainda que não é todos que estão lá né, apenas contando 43 famílias chegou a ponto nesses tempos atrás, chegar até 18 famílias lá em cima né. Porque a coisa lá não funcionou muito bem por aqui, mas quando começaram novamente a tirar madeira então eles começaram de novo a ir pra lá. A última vez agora tinha 43 famílias lá em cima. Mas quando não funciona as coisas lá, que não tem jeito eles vão voltando pra cá. Porque pra cá sempre tem um pequeno recurso, tem o rio né, que agora tá dando um peixinho bom ai principalmente a pesca de cará, de caniço, assim está muito né, de janeiro em diante até maio. Então, eles os índios pescam muito de canoa. Então lá não tem isso né. Então eles vão voltando aos poucos. E se não normalizar a situação aqueles mais temosos vão ficar sempre lá, não vão querer voltar nunca. E saem pra fora, voltam por ali. E quando puder vender uma madeira assim de noite, eles vendem, isso não tem porque não. Essa venda de madeira lá, nunca vai parar, a polícia pode trancar quanto quiser, não vai parar não. Porque eles vão de noite, nem que o cara vem de noite ali e vai cortar ali pela meia noite com luz, hoje em dia tem aquelas motoserras,

que é muito ligeira né, pra fazer uma carga de madeira uma cami
nhonada de madeira não custa, ali uma hora ou duas de serviço
tá pronto. Arrasta com trator põe no caminhão vai embora. Isso
ai, então esse roubo de madeira, vai continuar se eles não sai-
rem de lá.

PROF. SÁLVIO: Nunca ninguém ofereceu pra vocês sementes, um projeto assim pra plantar?

VEICÄ: Não, eles fazem essa onda de fazer projeto, mas nunca vem o recurso, assim que a gente possa levantar agora não existe não. Eles sai por ai, fala com o branco, dá um saco de milho pra mim fazer assim uma rocinha, eles impresta pra isso, porque são parente, agora, se eu sou índio puro, eu peço um dinheiro ou qualquer coisa um ovo, eles não me dão porque eu sou índio puro, eles não dão, mais de jeito nenhum. Agora um mestiço eles dão, ai os mestiços dizem o índio é malandro, quando vem os outros lá de fora eles mostram, eles não trabalha, eles são malandro, onde que acaba. Os nossos órgãos em vez de dá um voto pro índio puro, não, acaba de enterrar o índio de vez. Até pelas cidades ele faz, mas não adianta nada pro índio de vez. Até pelas cidades ele faz, mas não adianta nada pro índio porque ele, ele não quer. Então como é, alguns brancos querem dar a mão pro índio, mas a FUNAI vai lá e..., não impresta nada pro índio, tenta levantar o índio e... como eu sei, ali fora tem um branco lá que eu conheci, ele falou isso ai pra mim, ele até falou comigo que eles tão devendo pra ele, ele perguntou pra mim qual era o chefe que tava chefiando ai, eu disse é o fulano, ai que ele contou, a FUNAI veio aqui, ficou me devendo, ai me mostoru, quanto que ele devia e tudo. É, assim que acaba com vocês, ele disse, assim que acaba com vocês, como é que eu posso financiar um índio aqui, ele disse. Não posso porque o órgão de vocês vem, fica devendo aqui na cidade, então, como eu vou ajudar um índio, ai, aonde que o índio não vai pra frente. O índio tem interesse, mas não pode trabalhar como eu, agora meus filhos tão grande, eu quero ensinar eles trabalhar, de que jeito, se eu não tenho nada pra levar eles na roça, pra comer, pra trabalhar, e dá planta boa, é só o cara, as vezes eles dão um dinheirinho assim como eles deram agora, dez cruzeiros e uns quebrados ai, vamos supor que agora eu planto um pedacinho ai, e depois pra limpar, de que jeito que eu vou limpá, vou ter que morrer no mato,

porque onde eu vou tirar se ninguém me dá uma mão. Depois eles dizem, não vão lá no presidente, não nos ajudemos e tal né, mas ele não sabe certo, com certeza porque ele sabe, tá por dentro disso aí, precisa plantar e precisa deixar no limpo. Onde que a gente não vai pra frente, o índio não vai pra frente, o índio não vai pra frente, e depois quando a gente procurar um lugar melhor pra roçar e plantar, a gente vai lá, roça, os órgãos vem de lá, e tranca, então aquela comida que eu tive pra ter aquela roça acabou-se, e agora eu tenho que trabalhar fora pra mim comer, a troca de trabalhar hoje pra comer amanhã. E assim eu faço pra poder viver. Eu não tenho futuro nenhum, e eu quero ter futuro e não posso.

PROF. SÁLVIO: O senhor já trabalhou fora, já também, assim fora daqui da reserva, pra firmas...

VEICÄ: Já trabalhei.

PROF. SÁLVIO: Aonde que você trabalhou?

VEICÄ: Eu trabalhei num frigorífico em Rio do Sul.

PROF. SÁLVIO: No frigorífico Riosulense, aquele dos Pamplonas?
E quanto tempo você trabalhou lá?

VEICÄ: Eu trabalhei dois anos e oito meses, onde é que a gente enche a as coisas, a gente quer, tem vontade, mas como.

PROF. SÁLVIO: E você voltou pra cá pra reserva, quero dizer, você já era casado?

VEICÄ: Já, já era casado.

PROF. SÁLVIO: Voltasse pra...

VEICÄ: Pra fazer o futuro como eu tô te dizendo, aí eu enchei né, que eu preciso trabalhar, quero, voltei pra mim sustentar meus filhos, ensinar eles trabalhar, mas eu tenho aquela vontade, mas de que jeito, a gente roça um pedacinho bom, assim, uma capoeirona assim, vem prende, porque o índio quer só vender madeira. Porque como tu vê, esse capinzal aí, a gente planta,

precisa limpar né, agora, assim, um mato bom, roça, derruba planta e deixa é só colher. Quando a gente não pode então a gente vai lá, no pedaço bom então a gente quer roçar a capoeira, precisa camarada, precisa dinheiro, e eles vem, tranca. E agora, quando eles vem, trancam e agora, acaba com a gente de uma vez. A gente já não tem nada, eles vem acabam com a gente. Eles podem, eles podem, eles tem o ganho deles podem ficar ai, sentado, ganhando seu 80, 90 mil, eles tranca eu, e eu fico lá, fumando e os coitados padecendo, trabalhando pra um pra outro pra ver se compra um quilo de sal, um quilo de açúcar pra família. Meu Deus do Céu, eu acho que os nosso presidente não é tão ruim assim, não pode, aonde é que se viu, judiá dos primeiros brasileiros, não tem essa cabeça pra fazer essas coisas pros primeiros brasileiros né. Não tem, não pode...

PROF. SÁLVIO: Digamos assim, na última plantação, no último plantio que foi por agosto, setembro, o senhor mostrou, o senhor tinha as roças né, era só o senhor ou vocês dois que trabalhavam pra fazer a roça?

KOPAKO: Moro lá embaixo, eu tenho umas plantinhas lá, como eu tô te dizendo. Eu tenho o milho lá que eu capino um pouco quando deu capim, quando não deu eu agora tenho que trabalhar fora, o milho tá morrendo porque eu não tenho aonde, eu quero ver se eu roço um pedaço de mato assim, pra mim roçar, derrubar e plantar. E quando a gente nem que faz pouco, mas ai não tem capim, a gente só colhe, mas é que os nossos órgãos vem ai, tranca uns três anos, e não vem capim, só vem planta.

VEICÃ: Quando alguns tava trabalhando fora também, outros lugares eles tavam. Então a FUNAI quando junto com eles soube que tava por fora, alguns que tava aqui tava fazendo queixa, que os índios saíram por causa deles por falta de agito da FUNAI, então prometeram ajudar o índio coisa e losa, pra então vim embora, ali que eles fizeram contra assim de.. veio o dinheiro ai pra um e meio por ali acima, nem tudo isso não dá só pra 300.000,00 de compra, então com aquele queria que nós trabalhasse, eu tinha até uma nota, entreguei pro Atasunca quando fui pra baixo no correio,

eu tinha muitas notas das compras que nós fizemos ai no posto, na cantina, então era pra ser reembolsado, mas no início disseram que não era, era pra ser uma ajuda então pra nós fazer o trabalho, o serviço, eles deram 3 quilos de farinha de mandioca, 3 quilos de farinha de casquinha, 1 quilo de arroz, trigo pacote de 5 quilos, nem é bom a gente contar tudo isso pro senhor, mas eu tô contado, 1 quilo de sal, por fim quando viram que não dava mais de dar um pacote de açúcar, um pacote, eles então davam um quilo e queria que a gente tocasse o serviço. Então eu cheguei ali, vi 3 quilos de farinha, eu vim aqui, cheguei em casa, fiz uma polenta com aqueles três quilos, fiz uma polenta de 2 quilos, e ficou um pacote de 1 quilo, outro dia, eu fui lá, eu perguntei, Seu Dival, esse alimento, é pra mim comer ou é pra mim passear, como é que é. Não, pra fazer o trabalho ele disse. Digo, Seu Dival, quem é que deu essa relação de repartir o mantimento para o povo. O cacique, ele disse pra mim né. Eu disse, esse cacique não sabe quantos quilos vai dentro de um panelão, pra fazer comida pra uma família de 10 pessoas. Digo, por que se eu fosse cacique, eu dava a relação certa. O sr. que trabalha, a FUNAI quer que o índio pegue este alimento, vai fazer o trabalho, como, eu acredito que o sr. sabe quanto é que a sua patroa cozinha, assim numa cozinhada, numa panela de arroz. Por que lá em casa é um quilo, um quilo e meio é uma cozinhada pra minha família, uma polenta, 2 quilo é pouco pra fazer uma polenta boa, as vezes 3 quilos. Digo, ontem eu levei 3 quilos da farinha então preciso levar mais pra fazer o serviço, sobrou um pacote. Arroiz o sr. me deu aqui um quilo e meio, eu cozinhei tudo, acabou-se. Então eles me tornaram a dar mais, ai eles me deram 5 quilos de farinha de milho e 5 de casquinha. Eu digo, olha, a FUNAI quer que o índio trabalhe mais na minha vez era muito bom a FUNAI nunca manda a comida, alimento pro índio fazer o serviço, porque depois ele começa a dizer que o índio não trabalha. Porque pra fazer um trabalho, precisa principalmente precisa 20 quilos de farinha de tribo, 20 de fubá, 20 de farinha de mandioca e tudo que existe de 20 quilos, pra fazer um trabalho. Digo, a sua patroa, pergunta pra ela quantas vezes ela cozinha um quilo de arroz se é em uma pancada, ou é em duas ve-

zes, se é só o casal.

PROF. SÁLVIO: São você, a sua mulher e seis filhos?

KOPAKO: É, nós somos em 8 em casa, faz a conta, cada hora de comida 8 pratada e a gente comendo mal e mal 3 vezes por dia, faz a conta, quantas pratadas que sai por dia. Vive numa condições dessa, ainda mais que é caro. Eu, não tenho, vamos dizer um ganho, diário por dia, nem uma profissão, e agora, como é que eu posso ver. E os nossos órgãos não quer que sai da tutela e não querem dar uma assistência, uma ajuda, e como é que eu vou viver agora, tem que morrer, ninguém me dá nada porque é caro, ninguém não empresta porque é caro, e quanto mais os meus pais que são meus órgãos não dão nada, então eu acho que eles querem que eu morra, e eu acho que o nosso presidente não é tão ruim assim não, ele não é ruim não. Eu tenho certeza que se ele fosse ruim, ele mandava matar tudo em um segundo.

PROF. SÁLVIO: É, talvez eles não sejam ruins, mais ai no meio tem muita gente.

KOPAKO: É, é no meio.

VEICÄ: Eu tava falando, a FUNAI, cada chefe que vem a FUNAI não dá nem um saco de farinha pra vocês. Então pelo reclamo que nós falando, se eles vão ouvi eu, eles vão dizer, vocês tem a terra pra trabalhar...que trabalho, como é que eu planto e trabalho, como nós tava contando ai nós temos que trabalhar. Se eu tivesse mais tempo eu ia mostrar o mato pra vocês. Zé, assim como não pode plantar, vocês roçam lá em cima, o da FUNAI que tá lá urbano, pergunta pra ele, mandou medir 10 alqueires ai de mato, então tinha um índio ali que matou uma vaca, pra dar de comer pra eles trabalharem, mas vendê pra depois pagar a planta de volta, ele matou a vaca, deu pros índios, e ai então nós fizemos a roça, foi marcado a quantidade, a maior força nossa no serviço está rocomo depois de roçado não não deram vamos dizer uma liberdade pra nós, e lá ficou nós sem roça sem nada. Sem comida. Ali que a gente vê que um branco que mora lá fora que, não acredita fica aqui dentro debaixo do mandato do chefe da

FUNAI, pra v^ê, todos os índios lá se acamparam, fizeram rancho, nós roçemos, roçemos e roçemos, tanto, eu ainda não, sofri tanto que a minha casa é aqui. Então ai ao meio dia eu vinha comer aqui, e os outros traziam comida de lá, sofriam tanto... fizeram tanta roça, roçaram mais ficou como terminado, não deram liberação pra nós derrubar. Como é que a gente vai trabalhar, o índio vai trabalhar. As árvores estão tudo em pé, tá roçado em baixo. Ali nós andemo pedindo e eu mesmo fui falar com o DDF, estrada de ferro, mas existe, ai o Dr. Luiz disse assim, eu disse pro chefe de quando a roçada está pronta é pra ele dá autorização por escrito, vir aqui pra ele dá a liberação pra vocês derrubar, mas eles querem assim, eles querem tirar madeira, é isso que a FUNAI quer, em outras áreas, é como contei, não tem nenhum palmo, não tem, e aqui nós não deixamos tirar madeira, sem que eles dá um direito pra o índio, aonde que ele leva o índio daqui sem que eles dá um direito pra o índio, aonde que ele leva o índio daqui como um rebelde. É isso que eles tem o costume de dizer, mas não, eles puxam mais o mestiço pro lado deles, ou o mestiço ajuda eles porque o índio não é sangue deles. Agora como eu tava contando, ele veio ali no que eu que tinha que socorrer ele, porque eu já tava aqui, tinha algumas plantas, dei de comer a ele, até que fez uma rocinha, como nós tava falando já hoje, me transferi por que eu tava lutando contra a FUNAI, quando eles me levaram pro Rio Grande eu tinha cinco cabeças de gado, estaviou-se, levei pra lá, não acostumou-se com o lugar, e lá morreu, acabou-se.

PROF. SÁLVIO: Que ano que o senhor foi transferido?

VEICÄ: Em 1969.

PROF. SÁLVIO: E o senhor ficou quanto tempo fora?

VEICÄ: Fiquei até 1977, ai agora, vim embora, já fiz o começo, já tô com cinco cabeça de gado, porco, como o senhor está vendo né. Agora esse ano eles vão me chamar, eu quero roça só pra mim ver. Custe o que custá, mas eu vou roçar, se eles começarem com lero, lero, vou derrubar. Então agora eles querem dizer que índio não trabalha, índio quer só vender madeira, ele sim, ele sim,

eles podiam dizer então está bom, não vamos vender a madeira se vocês não tem confiança, vamos botar o índio junto, eu sempre digo pra eles, traga outr órgão que atende ali, porque se o governo tem dinheiro, paga outro órgão junto, ou reparte o dinheiro, ou pelo contrário, estraga, põe fora o dinheiro então eles compram a mercadoria e pergunta o que que o índio quer, e compra tudo do pedido dele assim como nós, se a gente faz as compras, a mulher faz o pedido, traga tal coisa, então assim traga pro índio.

KOPAKO: Não é assim, é que a conversa é demais, outro pessoal vai lá e diz, o índio é isso, o índio mata, eles tão contra o índio. É o mestiço que vão lá dizer essas coisas. Se eles acreditassem, eles podiam dar uma mão pra gente. Meu Deus do Céu, dentro de dois anos eu podia estar por cima neste terreno bom. E agora eu tô ai com as moças, e o que é trabalho, eu estou desarmado, mas nisso tudo o que paga é que eles não querem que a gente saia da tutela e a lei deles obriga a fazer assim com nós. Quando alguém quer falar eles diz, não tá aqui ó, o fulano que vem falar por mim onde é que assim vai passando, e eu quero trabalhar e a velhice vem chegando e a família vai crescendo e eu não tenho nem um futuro pra dar pros meus filhos, mas uns 4 ou 5 anos, como é que eu vou fazer agora. Agora a gente podia planejar, de que jeito que a gente pode viver uma vida melhor, um pouquinho melhor, não quero ser rico, mas dê pra mim viver. Como é que a gente vai fazer agora, de que jeito se eles não melhoram nada. Eles podiam, tá certo, assim como eles não querem que a gente, sai da tutela, então cuida da gente como fosse, tutela quer dizer que uma criança, tem aquele que é responsável, mas responsável, não dizer só por boca, responsável, cuidar da gente. O meu filho, vem cá, o que você precisa, vamos trabalhar, anota aqui, o que você precisa e me dá, conversar. Não ficar assim, como esse chefe, veio, e em vez de se apresentar, seus filhos, agora ele é chefe, mas tem os filhos dele né, ô meu filho, eu vim aqui, eu sou como chefe, tô aqui, pegar a mão do índio, ai a gente fica contente, ninguém não sabe só ouviram contar que tem um chefe novo, como isso será, porque, então quer dizer que vem com outras idéias, o que a gente encherça é isso

ai. Por que se ele fosse, vamos supor se ele vem chefiar o índio, então ele vem se apresentar, pra nós vê, se ele é bom, não é bom, mas ninguém não sabe. Só ouviram contar que tem um chefe novo. Agora esses tempos quando um chefe que vem ai, era apresentado sempre. Todos eles pertencem a área, reunião pra todos os índios, e mostravam o fulano que botou ele, vinha junto, olha, esse aqui é o chefe de vocês, daqui pra frente vocês respeitam o chefe de vocês, como se fosse o pai de vocês. Antes, quando eu era pequeno, agora ninguém não sabe, os índios puros, eles vem pra proteger o índio puro.

PROF. SÁLVIO: E o atual delegado da FUNAI, esse tal de Harriet, ele já veio alguma vez aqui na reserva?

KOPAKO: Ele veio uma vez, mas ele prometeu de nunca mais botá o pé dele aqui dentro, ai depois de uma vez ele veio, mas ficou lá em Ibirama, ele veio ai, mas a primeira vez ele veio com a polícia.

PROF. SÁLVIO: É, já veio errado.

KOPAKO: Então veja, como é as coisas, isso ai nunca aconteceu não. Quando eu era pequeno nunca vi não, eu me lembro bem, quando era pequeno, toda vez que a chefia vinha, o delegado, ai a gente vai gostando da pessoa outra vez, esse um, quando ele entrou, a primeira vez que ele veio visitar o índio, veio com a polícia. ora, onde é que se viu, os índios não é tão brabo assim.

VEICÃ: Eu tive em Curitiba no ano passado, no dia 23, eu falei com o delegado por causa que aqui surgiu tanta confusão, que tavam tirando madeira e a FUNAI mesmo que mandou tirar né. Então o Lino mandou lá pra Porto Alegre, andei atrás do Dr. Cairo bem, depois fui pra Curitiba, fale com o delegado, eu disse pra ele ainda é criança, na frente do trabalho, eu disse mesmo assim pra ele. Então como ele está falando né, contando, ele pelo que a gente escutou, ele não tá trabalhando pelo apoio do índio não, ele trabalha muito pro lado do branco e tirou uma parte do terreno do branco e aqui tá sujeito ele fazer, aqui no Bugiu tem

um rumo da área, quadro, então lá tem uma firma, que entrou, a linha era reta e eles entraram. Quando o senhor foi lá, não esquece de perguntar pra eles, eu gostaria que o senhor fosse junto, a firma entraram um bom pedaço, e eu me queixei pra ele, ele disse, você fala com o chefe, chefe é chefe.

KOPAKO: Mandaram falar com o chefe, pensam que o índio é tolo, burro assim não pode, eles que deram instrução pro índio, agora querem fazer o índio de bobo, por causa disso que a gente encheriga né, quando entra uma pessoa assim, lidar com o índio é outro, lidar com o branco é outro. Então eu acho que a gente tem que sair desta situação, a onde é que se viu...

VEICÄ: Então aqui agora o senhor vê, ali a gente vê que a queixa que o índio puro faz eles não dão bola, agora o mestiça sim, o senhor tava perguntando, aqui tem um branco fazendo, tá trabalhando, no palanque já tempo, eu fui me queixá pro chefe, não deu uma meia pra mim, eu fui como mentiroso, agora está atirando outra vez. Se o senhor fosse lá, se a gente subesse a gente ia lá, mas eu vou espicular, eu quero entrar aqui, vou lá ver mas antes de ir para o Bugiu tinha mais ou menos uns 2000 palanques na entrada.

PROF. SÁLVIO: Quanto que eles vendem o m² de palanque, como é feito, é em m²?

VEICÄ: É por palanque, conforme o comprador, 70, 80, 100...

PROF. SÁLVIO: Quer dizer que 2000 palanques vezes 100 são 200.000,...

VEICÄ: Eu sei que o branco mora lá... é um branco casado com índia, e o branco mora lá desde o ano passado.

KOPAKO: Ai tá as coisas, ele é vizinho dele daqui, ele vem aqui na casa dele, não tá lá, ai que se vê as coisas, a gente parece que tá caindo cada vez mais, parece que tá caindo cada vez mais. O índio puro tá sendo por baixo, massacrado.

VEICÄ: Então o senhor vê, agora eu vou contá, é mentiroso, que, é que eu vou coutá, eu acredito que quando o Dival foi embora ele deixou, apontou nome por nome de chefe, aquele assim aquele não presta, se eu for lá falar com ele, esse homem é um mentiroso, então, a gente tá cercado de uma maneira que não tem mais jeito da gente falar com o chefe, pedi dinheiro, vamos dizer, pedir uma ajuda, não tem mais jeito, a gente até tem vergonha, eu sei tudo que acontece aqui, as vezes eu engulo tudo, não digo nada para os meus parentes, eu vou falar uma coisa, eu fico com vergonha, porque que a gente não vai reclamar, mas é que eu não tenho força pra isso, quando fui pra Porto Alegre, fui com o meu dinheiro, gastei tudo pra lá e pra cá, e vim né. E ficou por ali tudo acabado. Agora o Miguel, diz que vai tirar madeira acompanhado pela polícia lá do Bugiu, será que tem direito? Eu acho que não. Isso é um abuso. É um abuso, o índio no fim ele é esmoralizado dentro do setor dele, fica chateado pelo povo enhecido daqui, não é nada, é vagabundo, em vez de o nosso tutor da um apoio, dá uma ajuda, que a gente pode crescer mais, não. Se ele puder pisa em cima dos pés, fazer ele pisar na lama, ele faz, a FUNAI é aonde que o índio tem direito, leva ele como rebelde. Como o senhor está escutando, já ouviu falar, também só perguntar o pessoal do Bugiu, eles tão lá, ele não vai dizer não quem mandou ele não vai dizer, hoje em dia o que vai...

PROF. SÁLVIO: Aqui basicamente resumindo tudo que foi falado agora, aqui na reserva tem um grande problema, que é exatamente a da FUNAI em primeiro lugar discriminar né, ela, digamos assim, ela tem como seu lado mestiço e com isso ela desiste. E como é, digamos assim, o senhor viria uma possível solução pra isso, como é que podia ser resolvido, assim na sua idéia no seu planejamento, como é que poderia resolver tanto a situação, por exemplo dessa briga entre os índios mestiços, purros como também a questão, como poderia ser feito um projeto pra o índio ter todos os recursos que ele precisa pra viver bem, viver satisfeito né, viver trabalhando, com a casa boa, com comida abundante pros seus filhos. Como o senhor vê isso primeiro, como solucionar o problema da divisão entre, essa divisão que

existe aqui dentro né, e como um projeto assim pra desenvolver a reserva economicamente.

VEICÃ: Bom, o senhor vê, a gente não tem mais uma opiniã pra fazer um pedido, um reclamo de um pedido, não tem mais, mas eu tenho achado aqui e digo pra muita gente que não adianta mas nós fazer tentativa junto com a FUNAI, fazendo um reclamo pra uma ajuda pra eles dá pro índio. Porque se nós vamos querer fazer um projeto até aqui, por isso que gostaria de falar com o homem, uós vamos querer fazer um projeto de ajuda para fazer um trabalho, mas não adianta, então eles vão dizer, é, então vocês vão fazer roça. Nós vamos tirar madeira, o dinheiro vai sair dali mesmo, tá rico, tá enriquecido. Mas não adianta, se eles não tirar 2000 m³ para comprar alimento para os índios primeiramente eles vão lá pra Curitiba, lá vai ficar por lá, se puder voltar de lá, se foi 10 milhões vai voltar aqui 5 mil, quando passa o tempo trabalhar. Bom, dali vamos supor de 2000³ eles vão fazer ao contrário, de 2000³ eles vão tirar 5 ou 6000³, os índios não dão conta. Zé, nós queremos dar a mão e vocês não querem, mas é eles que não querem, querem aproveitar tudo ali nunca dá pra gente fazer um projeto que eu encherço assim. Então eu acharia assim, então, que seria bom, seria melhor porque a minha gente continua precisando socorro, continua, continua sofrendo.

KOPAKO: Enquanto isso tem o valor que vai se sumindo da nossa área. E os índios pequenos vão crescendo e quando chega a mancipação, já não se sabe quando vai chegar, não tem mais o valor que tinha, só tem esse capim, e dai, como é, o índio coitado só tem um pedacinho além disso, agora fica pelado como tem outros pontos que eu cheguei, não tem mais nem um pé de árvore, como é que uma terra dessa pode ter valor, como é que eu posso ter o meu rancho bom, meu galpão, chiqueiro bom, de que jeito eu vou fazer, onde que tem agora, de bom pros meus filhos fazer. Muita gente encherça essas coisas onde é que tem essa terra, como que a gente pode fazer quando alguém quer falar com o índio, a favor do índio, eles vem, não o índio é atutejado, não

pode botar dinheiro na mão porque ele é um atutelado, ele não sabe usar. Com isso eles quebram a opinião do que vem falar a favor do índio. Então por causa disso eles querem que o índio saia da tutela então por causa disso eles não querem que o índio saia da tutela, e a gente encherça que a gente precisa sair da tutela. Eu quero ter meu sapato bom, quero ter minha gravata e quero ter minha comida boa. Comer com os meus filhos, matar um leitão bom de vez em quando. Mas eu tô preso, tô amarrado. A gente não tem profissão, não tem um ganho aqui dentro. Como que eu posso viver, como o senhor, o senhor tá aqui, tá ganhando, isso assim pode ser que a gente vive melhor, mas de que jeito, não tem nem escola. Como dar uma roupinha pro meu filho, pra ir na aula, diserto ele pode andar nu. Porque tu vê eu vou trabalhar fora lá, trabalho hoje pra comer amanhã, pros meus filhos porque os meus filhos são todos pequenos, até que eles ficam grandes pra me ajudar, não tem ninguém que me dá uma mão, como é que eu vou criar eles.

VEICÃ: Mas o senhor fez uma pergunta sobre como fazer um projeto pra fazer trabalho, seria bom se a FUNAI, se ele trabalhasse então podia fazer um projeto, tirar uma quantidade de madeira e comprar um alimento, mas ele não faz, não faz. Eu tenho toda certeza, eu digo isso lá pros quinto dos inferno, pode fazer o que quizer, de minha parte ali continua essa briga de sempre, por causa do projeto até que eles não terminam de fazer um projeto passa anos e anos, porque já tão tempo fazendo projeto e mais projeto. Então na minha opinião, falei pro pessoal, disse pra eles que seria bom, se nós entrasse em contato, de fazer uma viagem, ou eu podia ir sozinho, eu disse que eu tenho coragem de ir, não que eu sei ler e escrever, mas com um pouco de inteligência a gente leva no papo, requiere um outro órgão aqui dentro, pra experimentar porque pra fazer um projeto de trabalho, agora se querem outro, como o senhor ajudar num projeto de fazer um plantiu, experimente. Mas não que eu vou pedir não. Por causa que, olha, eles o que eles fizeram aqui dentro no tempo passado fizeram um projeto de tirar 1.200m³ de madeira, tiraram três anos madeira. Agora hoje ele não vai

cortar mais aí nós tranquemos um caminhão e trator pra poder reclamar pra polícia regional e até que veio a polícia federal. Esses tempos passados, a FUNAI dizia que o índio não trabalha, mas esses tempos passados, não sei qual é o ano, mas mais ou menos em 62 em diante, 65, 68 vinha donativo diretamente da América do Norte. Vinha, aqui tinha um pastor, até me esqueci o nome do pastor, ele viu o sofrimento do índio, queria trabalhar, não tinha, não tinha recurso. Ele fez um pedido pra lá, o senhor está a par, aí veio banha, azeite, leite em pó, farinha, veio bastante comida pros índios ocupar o mês sem trabalhar, descansaram, e bastante.

PROF. SÁLVIO: Já teve agricultura boa aqui então!

VEICÄ: É, quando veio esse alimento, então eles plantaram bastante, bastante, bastante. Mas o pastor é que pagava o despacho lá do porto pra cá, até que a FUNAI achou que o pastor estava descabeçando e cortou, não sei como foi, cortaram e acabou, mas ali eles pegavam a farinha, pegavam azeite, pegavam leite, pegavam tio-vio, um tipo de farinha de trigo não sei o que ele era, cozinhava ficava como arroz, era uma espécie de alimento de lado. Coisas ótimas do alimento que veio, os índios trancavam e colhiam, eu me lembro que eles vendiam, naquele tempo eu vim do Rio Grande, existiam, a última, o alimento que chegou existia, até daqui levei pra lá. Bom, então ali, seria bom se outro órgão requeresse essa donativa, agora se a FUNAI quer experimentar nós, seria bom fazer um contato, um projeto de uma quantidade de madeira, mas que ficasse um outro órgão atendendo de a par junto como o senhor está aqui, né pediu a licença uma ordem pra atender jutno. E quando veio aquele alimento, ela caía na mão do chefe como estava findando ele recolhia pra ele, alimento que veio agora pela FUNAI poucos dias passados, eles estavam contando que eles queriam mantimento, que eles estavam contando...

PROF. SÁLVIO: Essa cantina que o senhor estava contando, veio quando, que época mais ou menos?

VEICÄ: Ele veio agora do tempo de Dival, no ano passado, quando estava findando então eles recolhiam pra lá, pra eles, isso eu

digo porque eu lá sei, então quando estava no fim, ele repartia pro pessoal o mais chegado dele. Então aí, nunca nada pode..., alguém nunca pode trabalhar certo aqui dentro: Então seria bom fazer um projeto assim com negócio de cantina de mercadoria aqui dentro pro índio fazer o trabalho. Nesses tempos veio... até veio roupas, sarunques, material pra aula, ficou lá, lá embaixo, depois de ser distribuído mas pra quele que ele gosta. Eu aqui continuo comprando com 3 crianças na aula, tô comprando, não g_{an}ha nada até. Até que a mulher diz ó, pede, nós não temos dinheiro pra comprar agora, fui lá então pedi agora, por último pedi, e deram 3. Mas seria que a FUNAI então fizessem um contato de quantidade de madeira, os índios roçassem e les dessem um dinheiro para o índio, usar também, porque quando o senhor vai comprar o senhor vai com a idéia que o interesse da sua patroa, pra trazer pra ela. As vezes um grampo, as vezes um chinelo, di_{go} ó, me traz outra coisa, mas eles querem dominar aonde que esta briga sempre, sobre o projeto que eles querem fazer. Então agora fazer um projeto que exista lenha, existe palanque, então se eles tirassem a madeira de lei, a madeira branca eles tinham que dá pra o índio comprar o interesse dele. O senhor vê a mi_nha casa ali ó, o que que tem aqui, pode olhar, a mulher já faz dois anos, quer que eu compre o guarda roupa, que móveis, eu tenho roupa ai, não é muita coisa, mas tá ai, pichado agora...

KOPAKO: O que eles enc_{er}gam agora, antes ping_uém enc_{er}gava.

VEIÇÄ: Então agora, assim como o estatuto diz, o senhor sabe melhor que a gente, o senhor tá a par, o índio, o Dr. Sílvio queria fazer um projeto pra o índio fazer a roça e usar como tábuas de estatuto os direitos, então se a FUNAI quer madeira, então que eles tiram lá madeira de lei e deixa a madeira branca pra gente comprar lata de leite. Quando eu vou pra baixo, eu vou de a pé.

KOPOKO: Fazer um chuveirinho bom, um galinheiro grande, poder criar...

PROF. SÁLVIO: Mesmo que os senhores quisessem fazer um galinheiro vocês não podem tirar madeira?

KOPAKO. Não, não pode fazer aqui, não pode. Não pode não tem di-
reito.

PROF. SÁLVIO: Vocês tem que ir lá na madeireira compra a madei-
ra?

VEICÃ: Ai sim.

PROF. SÁLVIO: Pois é, mas eu estou falando, a madeira está aqui,
É, e dizem que o que está em cima do território do
Índio, é do Índio.

VEICÃ: Eles suberam que quem estava vendendo a madeira que vie-
ram correr por lá pra olhar, pra vender escondido não. Pois é
meu, se eu vou tirar, eu vou tirar, ai nós vamos comer, não va-
mos fazer, vamos experimentar, ai nós vamos fazer como fizemos,
que os Índios tão roubando madeira ai nós fizemos a pegada pra
vê como vai o negócio pra frente, como vaivim autoridade pra gen-
te começar, o Dr. Luiz mandou nós roça o mato, nós rocemos, e
quando foi roçado ninguém deu a mão, ficou parado tudo ali. As-
sim é agora o projeto da roça, da cantina, que o senhor pensa
como o Índio pode fazer o trabalho. Seria bom, uma cantina aqui
para o Índio, mas só o órgão da FUNAI não adianta cuidar porque
não adianta, que eu estou com 50 e poucos anos, tô vendo tudo,
eles podem...

PROF. SÁLVIO: Não é certo, mesmo porque, por exemplo, quando o
juiz manda, por exemplo, se tem uma criança que
os pais morrem, então o juiz pega esta criança que
tem bens, os pais quando morreram deixaram uma por-
ção de coisas pra ela, ai então o juiz pega, (is-
so eu não vou gravar porque...)

VEICÃ: Existe a assembléia onde se reúne os deputados, se exis-
tisse só uma assembléia de um partido só nesse mundo, no Brasil
onde for, como vai passar o funcionário pobre, então ai está a
ARENA e o MDB. Assim tinha que ser, assim tem que ser aqui. Ou-
tro órgão aqui dentro, nem que eles não dão licença pra elester-
minar a área chefiando o posto, não mais tá a par de toda coisa

que é feita aqui dentro pra fazer pra comprar um alimento, quanto vai custar saber, pra distribuir, estar a par, fulano tantos quilos, chegou 10 quilos, por certo repartir de colherinha em colherinha. Mas é que não dá. Se é repartido o dinheiro. Não posso, não posso, não tem jeito, eu vou colher mais ou menos uns 80 a 100 sacos de milho, o meu milho tá lá fora.

PROF. SÁLVIO: Não tem aonde guardar, não tem paiol, um rancho pra botar?

VEICÃ: Olha, a FUNAI tem bastante madeira ai, rachar uns paus, fazer um rancho, tá certo, vou fazer, vou fazer, mas se eles souberem que eu tô derrubando 3 paus pra rachar, tá vendendo, já tranca. Tudo isso a gente tá vendo um acontecimento, o sofrimento de todos os índios, aqui dentro. Todo, toto, aqui tinha índio que tinha criação de galinha, porco, vaca, cavalo, hoje não tem mais porque não teve ajuda que desse um meio pra aumentar, não teve, não houve, então o índio não tem, e aonde o índio pega o dinheiro e vai beber cachaça, pega o dinheiro e bota fora. ai é que está como a gente vê, a gente tá enchergando tudo, agora pra fazer um projeto assim, de trabalho, eu não acho assim, um ponto, seria bom, como que vai me dar na idéia, a única ideia era bom botar uma cantina aqui, vamos dizer assim pra dois mil assim não adianta, já apostei e não vigorô, então precisa de um bom armazém, e pegar e botar o serviço, mas ter outro órgão pra atender, se eles vão tirar 2000³ de madeira, ele está a par, quando chegou no final. Dá o direito do índio vender a lenha, a madeira branca, fazer um galinheiro, vender mesmo pra comprar um sapato, as eles quorem dizer, é, faça a roça, da roça vende e compra o que precisa pra cá...

PROF. SÁLVIO: Mas antes da roça, de poder vender a roça tem que plantar, tem que capinar.

VEICÃ: Ai é que tá, quando chega 10.000,00 pra comprar alimento pra trabalhar, mas esse chefe ai é criança, eu não vi ele, mas é criança, pensa que o índio é criança, mas ele não conhece nem o estilo do índio, como o senhor está aqui, eu garanto que ele

vai embora, e aqui não veio e nunca veio aqui. E principalmente gente que vem de fora, que vão na casa do índio tomar um ximarrão ou um café.

KOPAKO: Uma pessoa assim tinha, assim pode chefiar o posto, vem se senta, conversa, assim o chefe devia de fazer com o índio.

PROF. SÁLVIO: Eu acho que o chefe devia primeiro, só o primeiro mês perder para andar de casa em casa, o primeiro mês, nem fazer nada, ir de casa em casa, conversar, ver quem é que mora, conhecer as pessoas, quantos filhos o senhor tem, quantos netos, ver quem é que está aqui.

VEICÃ: Eu tenho um boi, eu tenho um boizinho, não é um boi de serviço, mas eu vou domar ele agora. Eu quero agora ir lá falar com esse chefe, perante o senhor que está aí.

PROF. SÁLVIO: Eu vou ficar até o fim de fevereiro. Quero dizer, hoje eu vou a Blumenau, mas segunda feira eu volto. Até fim da semana que vem, depois eu vou pro Bugiu né. Mas na outra semana eu ainda estou aqui.

VEICÃ: Então eu quero, só pro senhor escutar e ver, o que ele vai dizer, eu vou lá pedir um bom emprego, pra aparelha vitrini, só pro senhor escutar, porque eu nunca precisei dizer pro chefe minha patroa tá doente me leva pro hospital. Tá meus filhos já grande, eu tenho um grande amigo meu, que o senhor também conhece, Dr. Lima, ele que cuidou dos meus filhos. Ele diz assim: Olha, eu vou controlar os hospitais com as irmãs, aí nós vamos controlar com aqueles que pode pagar, então a despesa nunca assim grande, quem pode pagar 5, quem pode pagar 6, quem pode pagar 3, o pessoal lá, minha mulher foi operada, em fim tal, então a FUNAI, o chefe, nunca fui pedir uma enchada pra ninguém. Porque eu já conheço, mas eu vou pedir, um bom emprego. Agora, esse arame de cerca veio parou aqui, parece um mês, um mês e meio, então ele veio me visitar ele veio me visitar três vez aqui em casa. Assim como o senhor veio me visitar, é muito bom, o que eu vou precisar do senhor, fio de arame, pra cerca, eu que

ro, as outras coisas eu não vou falar, mas principalmente esse ai, botou, fez pedido e tal, esse chefe ai agora se eles dessem essa liberdade pro índio, a FUNAI fizesse um contrato na madeira pra fazer um projeto, desse ao índio a madeira branca pra comprar os seus interesses. Será que a FUNAI não gosta que o índio anda bem, de gravata, carro, bicicleta, a cavalo. Eu acho que a FUNAI, sabe o que eu acho que eles querem? Eu acho que eles querem que ele volte lá do estilo do mato.

PROF. SÁLVIO: Eu acho que eles querem que o índio vá pra cidade ser servente de pedreiro e morar na favela. Ai eles acabam de carregar tudo pra eles.

VEICÃ: É, porque eu disse pra minha patroa, eu vou tentar este ano, se ficar nessa mesma agonia, eu vou vender toda essa minha criação, eu vou comprar um chão lá fora e vou trabalhar. Eu souro, mas eu preciso mas mesmo não me encomodo mais, a FUNAI e nem a FUNAI comigo, e eu vou sair, já tou com 10 boca e a mulher e os filhos pra dá todos de comer. Eu quero fazer um serviço mais fácil, eles não deixam, como eu tava contando, nós temos mato e eles não deixam utilizar. Quero fazer um empréstimo não dá, porque eu estou na tutela, sou criança, sou menino.

PROF. SÁLVIO: E não dá pra hipotecar.

VEICÃ: Eu fui no Branco do Brasil, pra fazer um empréstimo, o cadastro está limpo, quem é que vai me avaliar, só fui eu, tá limpo, e como é que eu vou botá.

KOPAKO: Pensando bem é triste, porque uma pessoa dessa, como é que vive. Os órgãos da gente não dá nada, como é que uma pessoa dessa pode viver. Não pode, o senhor vê.

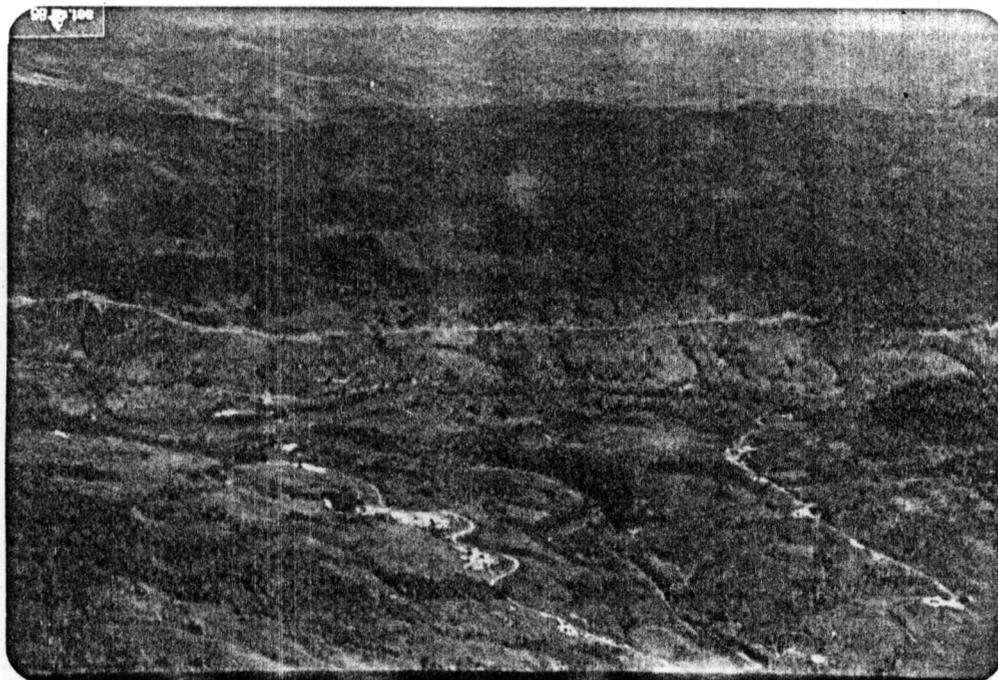
PROF. SÁLVIO: Falta todo aquele, falta o início, um empurrão.

KOPAKO: Primeiro é a comida, não tem essa comida, ai como é que vão fazer, nada, tem que pescar, pesar pra você poder dar pros meus filhos comer, pra viver até amanhã, ai o civilizado passa ai e vê o índio pescando, diz, o índio não trabalha, ele é ma-

landro, é malandro, tá pescando. Mas ele não sabe porque. É, lá eles tão enchergando um terreno bom, é, o índio não trabalha, só vive pescando. Mas eles não sabem porque que o índio tá lá pescando. Falta tudo, falta o começo. Mas eles não, o pai deles ajuda. Agora os meus pais quando vieram do mato não sabiam o que era dinheiro. Agora os pais deles já sabia, então a gente encherga aquilo, então a gente quer fazer assim também. Vamos supor que, meus filhos ficam grande, tu já tem um dinheirinho lá guardado, fazer uma coisa, fazer uma roça, comprar umas roupas boas pra gente trabalhar, pra ele poder casar, como é que eu vou, não dá e os índios é que vão sofrendo. Mas como é que a gente pode fazer agora, de que jeito...

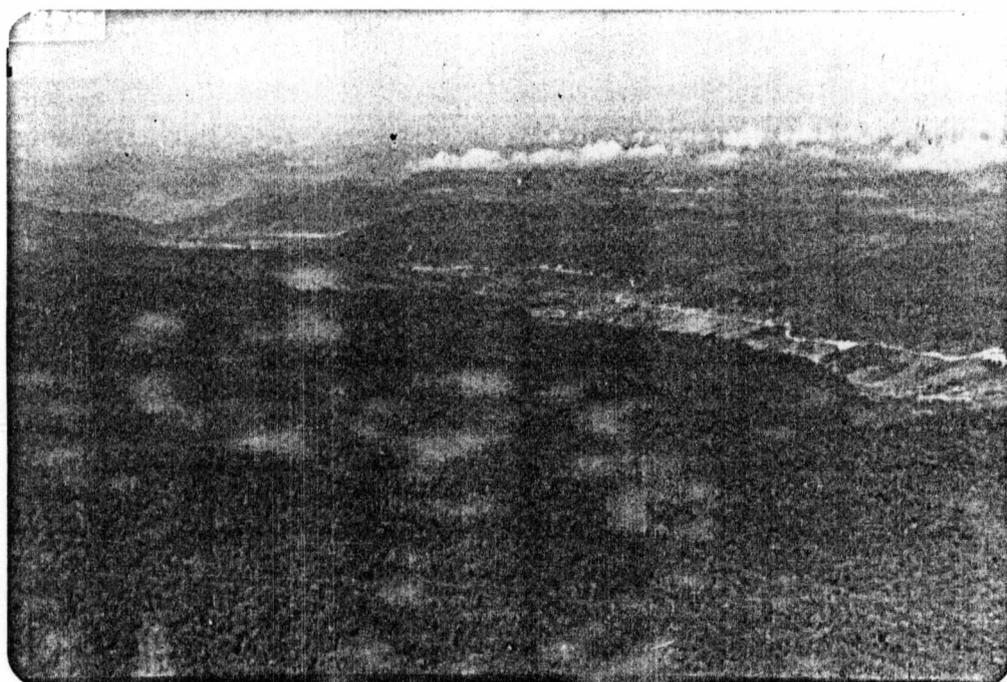
PROF. SÁLVIO: Mas eu acho, olha, eu acho que existe meio sabe, eu acho que existe meio, o senhor vai em Blumenau, na imprensa, no jornal, isso não adianta, mas existe essa forma de o índio se organizar, como tá fazendo agora, eu acho que agora, de agora em diante, o índio vai se organizar sabe. Em termos assim mesmo nacionais e termos mundiais, eu tenho muita esperança, e esse trabalho que eu estou fazendo...

A N E X O III



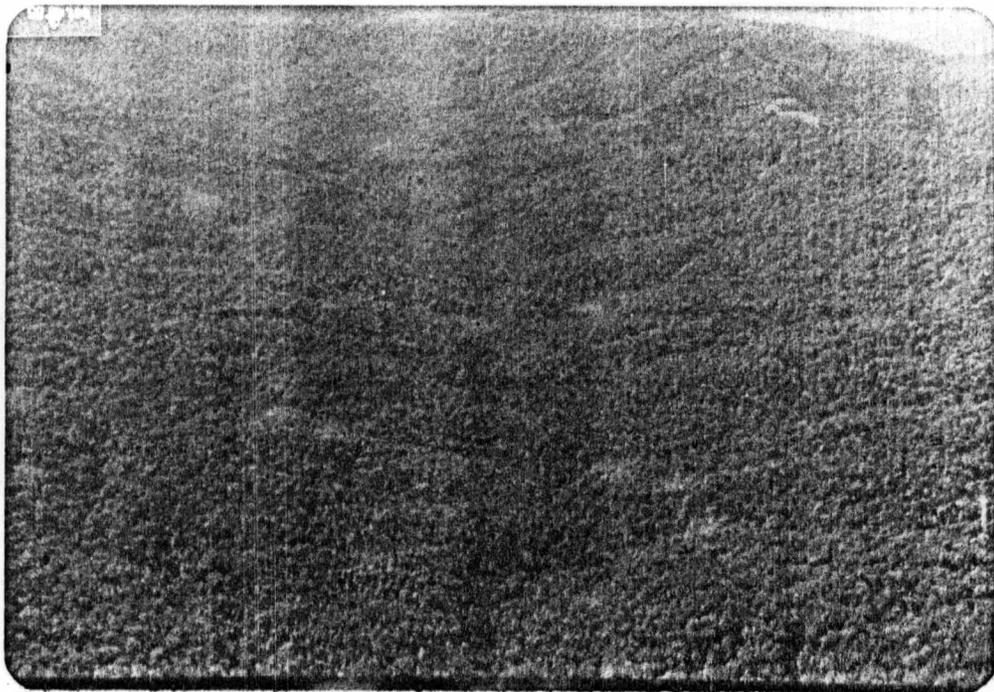
1. Vista aérea da foz do rio Plate. Em baixo, à esquerda, o novo conjunto da Sede do Posto. Cortando longitudinalmente, no meio da foto, a nova estrada de contorno que atravessa a Reserva no sentido sudeste-noroeste (da esquerda para a direita). Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



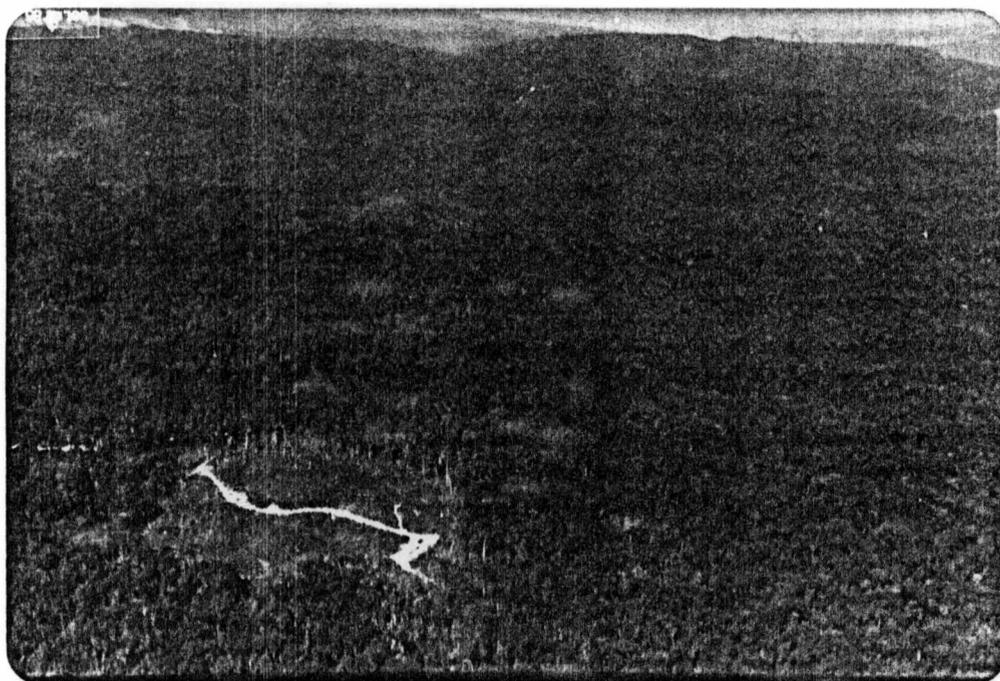
2. Vista aérea parcial da Reserva indígena de Ibirama. Novamente a estrada de contorno. No canto superior esquerdo, a localidade de Barra Dollmann, onde se localiza a construção da barragem. Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



3. Vista aérea da Reserva indígena. Vale do Rio Plate: floresta ainda intocada. Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



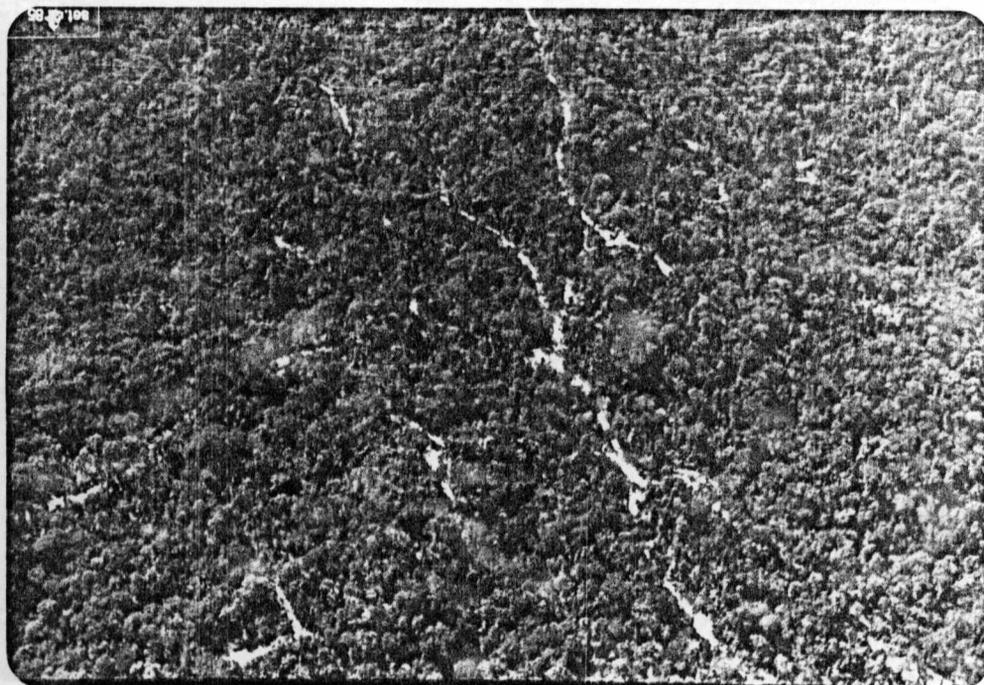
4. Vista aérea da Reserva indígena. Região conhecida como "óleo".
Em primeiro plano, um desmate para feitura de roça comunitária da aldeia do Bugio. Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



5. Vista aérea da Reserva indígena. Região do Bugio: caminhos de retirada da madeira. Julho-1985.

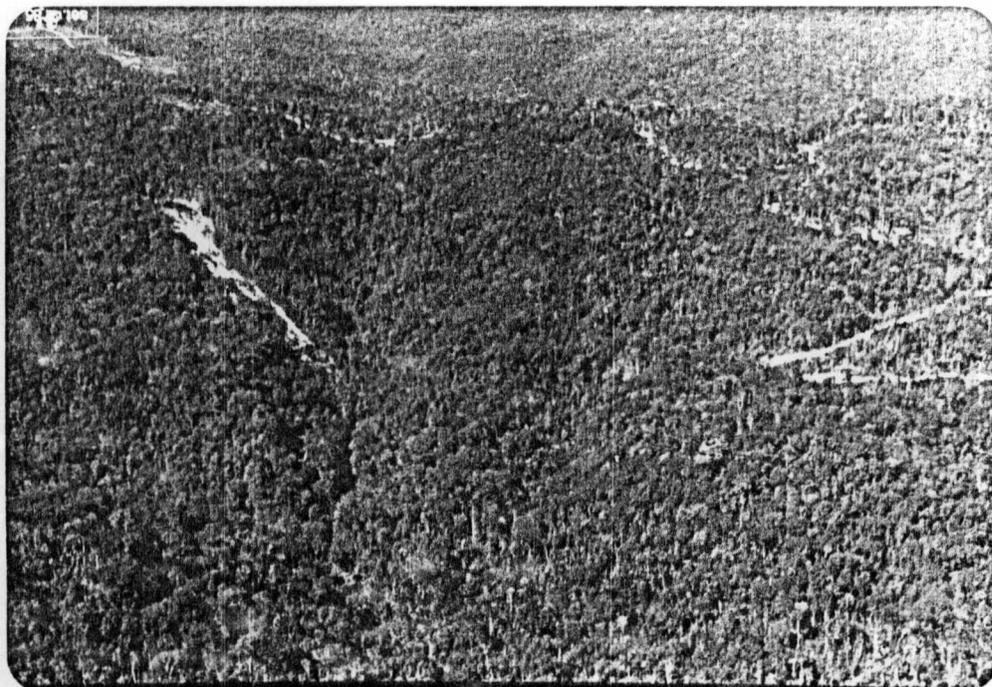
Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



6. Vista aérea da Reserva indígena. Região do Bugio: caminhos de retirada da madeira. Julho de 1985.

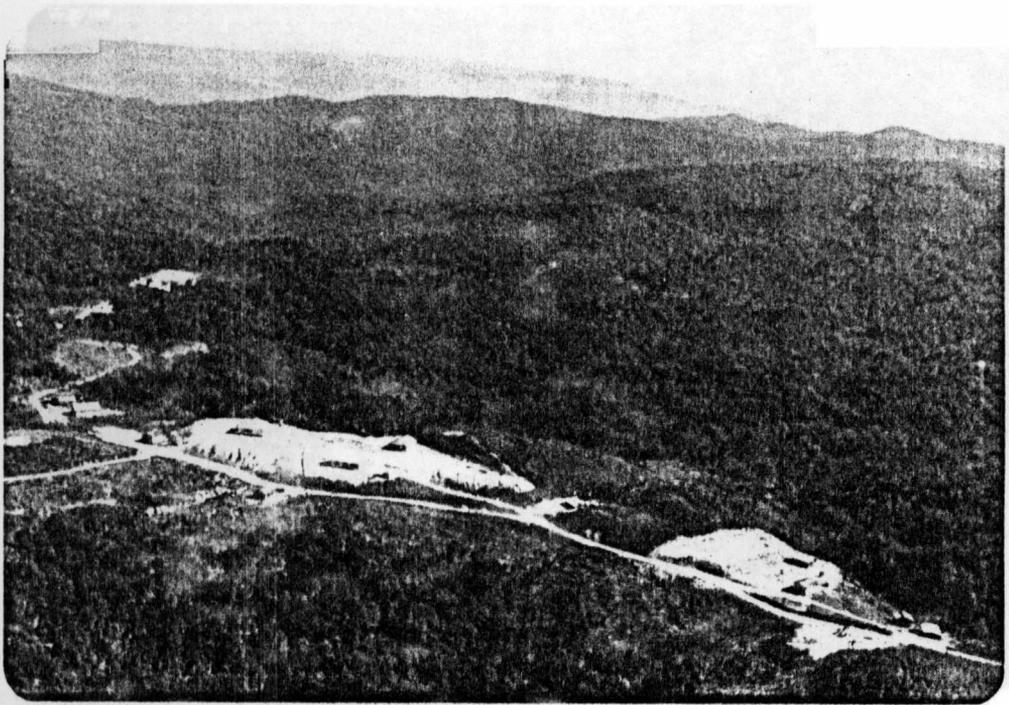
Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



7. Vista aérea da Reserva indígena. Região do Bugio: à esquerda, observa-se um grande deslizamento de terra devido ao desmatamento. Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



8. Vista aérea da Reserv indígena. Região do Bugio: instalações centrais da aldeia. Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



9. Vista aérea da Reserva indígena. Região do Bugio: casas e processos de erosão. Julho de 1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.



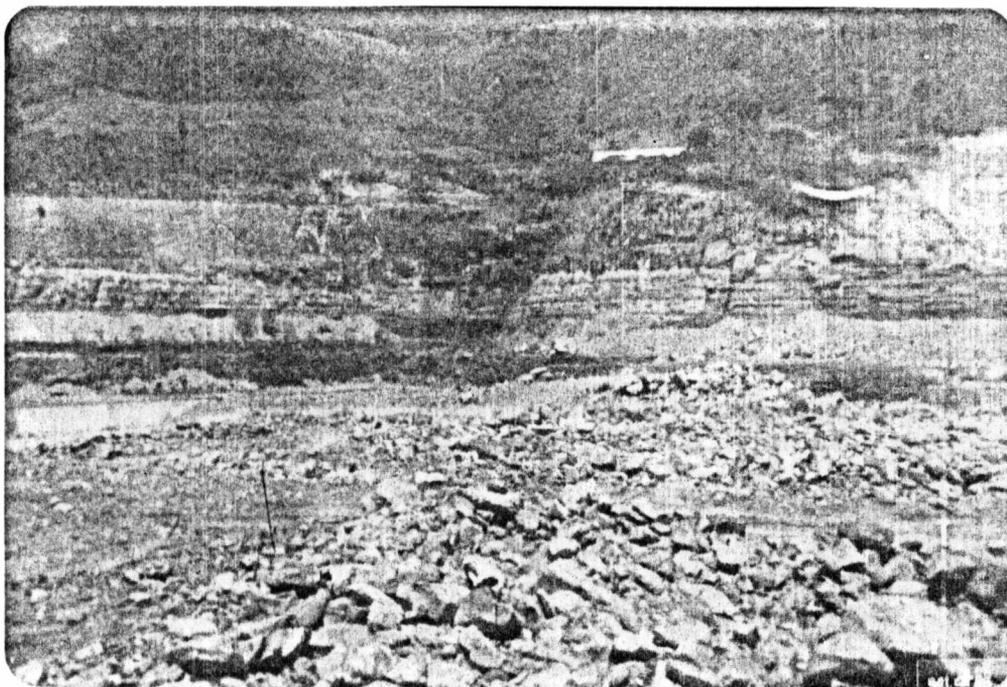
10. Processo de desmate no óleo para feitura de roça comunitária da aldeia do Bugio. Fevereiro-1982.



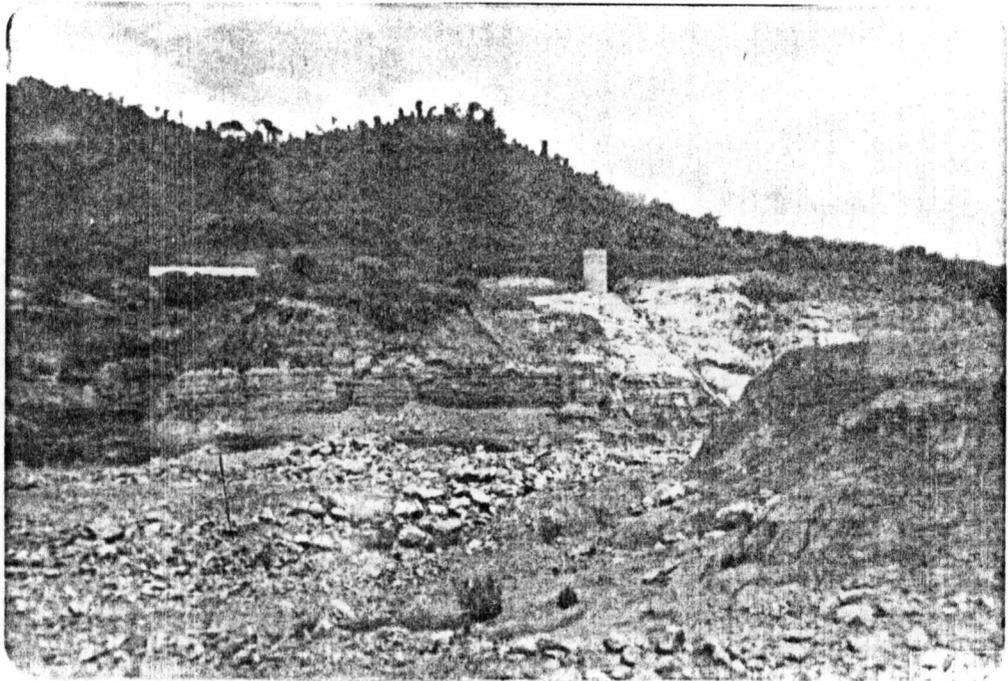
11. Região do óleo: caminhão esperando carregamento de toras.
1982 Fevereiro-1982



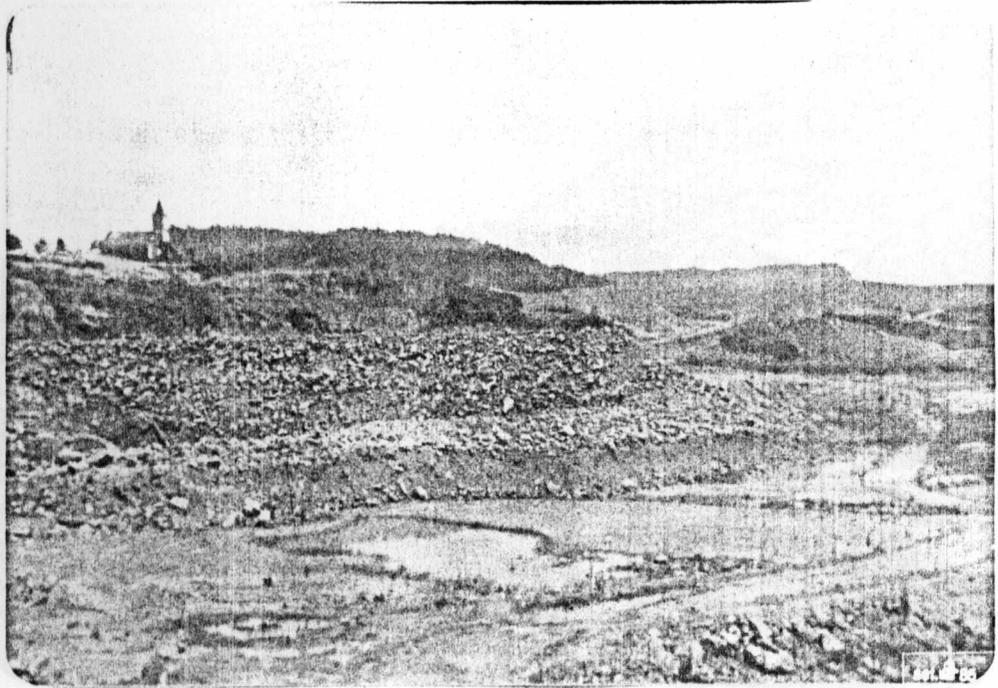
2. Região do óleo: o mesmo caminhão, já carregado. Fevereiro-1982.



13. Barragem Norte. Restos das ensecadeiras destruídas pela enchente de 21 de dezembro de 1980. Fevereiro-1982.

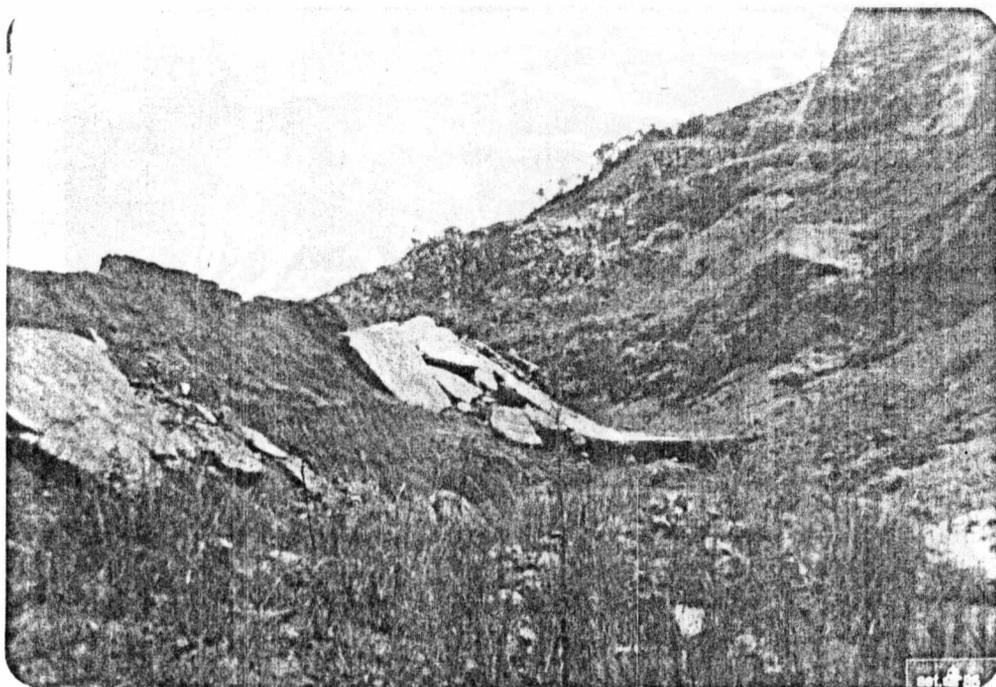


14. Barragem Norte. Restos das ensecadeiras: ao fundo, a "chaminé" que leva à futura sala-de-máquinas no interior da montanha. Fevereiro-1982.



15. Barragem Norte. Restos das ensecadeiras. Fevereiro-1982.

uma das ensecadeiras



16. Barragem Norte. Restos da cortina de cimento de proteção de
uma das enseadeiras. Fevereiro-1982.



17. Vista aérea da Barragem Norte. Em primeiro plano, vê-se as entradas dos túneis e as "tulipas"; à esquerda, a estrutura de escoamento de emergência nas cheias (esta estrutura será soterrada e inutilizada pela barragem); à direita, o vertedouro da barragem. Em último plano, a ponte de acesso à nova Sede do Posto indígena (distante sete quilômetros dali). Julho-1985.

Foto gentilmente cedida por prof. Lauro Eduardo Bacca.